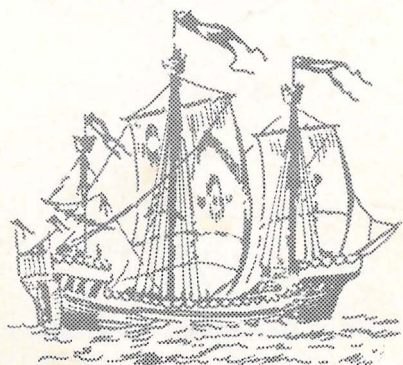
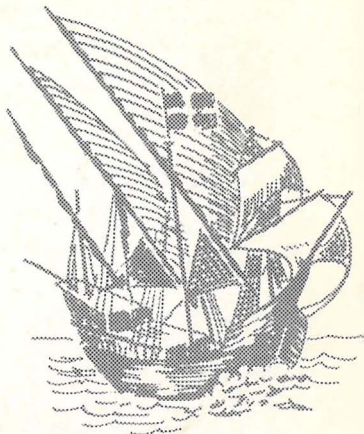


*Dupl.*



# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas	ANO XIX	Nº 126	p. 109 – 188	abril/junho/87
----------	---------	--------	--------------	----------------

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**

D. Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof. Antonio José de Pinho

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Prof. Ruy Rodrigues Machado

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Prof. Paulo Cosiuc

---

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA

## E HISTÓRICA

MUSEU UNIVERSITÁRIO

PUCCAMP

Responsável

**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

---

ANO XIX – Nº 126

ISSN-0101-4919

ABRIL/JUNHO/1987

---

### SUMÁRIO

#### Artigos

Documentos goianos . . . . .	111
Odilon Nogueira de Matos	
Racismo: tema ainda a ser trabalhado . . . . .	121
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Sugestões para pesquisa à margem de um velho guia ferroviário . . . .	122
Eva de Ávila Rossi	
A Inglaterra e a crise do escravismo: o caso de Pernambuco . . . . .	131
Odaléa C. D. Bianchini	
Raimundo Lopes. . . . .	148
Moisés Gicovate	
Registro Bibliográfico. . . . .	150
Periódicos . . . . .	156

## **Noticiário**

Sesquicentenário do Barão Homem de Melo . . . . .	159
Almir de Oliveira e seu livro sobre Gonzaga . . . . .	160
Edgard Cerqueira Falcão. . . . .	162
José Honório Rodrigues . . . . .	163
Bruno Kiefer . . . . .	164
Nota de pesar . . . . .	165

## **Um pouco de música**

Adendo a uma discografia. . . . .	166
-----------------------------------	-----

<b>Memória Campineira: Heitor Penteado, prefeito de Campinas. . . . .</b>	<b>168</b>
---	------------

## **Textos**

Representação do povo à Assembléia Legislativa de Pernambuco . . .	171
--	-----

Bizâncio e Roma ( Tácito ) . . . . .	172
--------------------------------------	-----

<b>Vultos da Historiografia Brasileira: Craveiro Costa . . . . .</b>	<b>174</b>
--	------------

## **Seleta**

Formação social das Alagoas . . . . .	178
---------------------------------------	-----

Craveiro Costa

## **Rabiscos de um escrevinhador**

Curso de Bandeirologia . . . . .	180
----------------------------------	-----

Rebuscando o passado botucatuense . . . . .	181
---	-----

Legislativo interessado em cultura. . . . .	182
---	-----

O último livro de Sérgio Buarque de Holanda . . . . .	183
---	-----

Uma revista de História da Economia . . . . .	184
---	-----

Bom amigo e companheiro ( Renato da Silveira Mendes ) . . . . .	185
---	-----

O ensino do Comércio e da Economia . . . . .	186
--	-----

Japão: história e cultura . . . . .	187
-------------------------------------	-----

Odilon Nogueira de Matos

Embora com bastante atraso, cremos ainda oportuno o registro de diversos volumes referentes a Goiás, recebidos por gentileza da preclara historiadora goiana Gilka Vasconcelos Ferreira de Sales, professora da Universidade Federal de seu Estado. Integram os volumes a coleção sugestivamente denominada **Documentos Goianos**, dirigida pela Professora Gilka e editada oficialmente pela Universidade Federal de Goiás. Destina-se a coleção, segundo palavras da própria apresentação, à “divulgação de obras de importância cultural, inéditas ou já publicadas, com edições esgotadas, que se encontram dispersas, confinadas em algumas bibliotecas particulares, disseminadas em coletâneas e revistas de indiscutível valor, é certo, mas inacessíveis à maioria dos pesquisadores e aos interessados (...); a exemplo de outras congêneres, deverá abranger todas as áreas do conhecimento, pois intenta divulgar as produções mais expressivas e marcantes dos esforços do indivíduo e da comunidade aqui radicados”. Programa vasto, como se vê, pois abrange igualmente as áreas da erudição e da ficção. Temos conhecimento de doze volumes, publicados entre 1978 e 1982. Não podemos informar se a coleção teve prosseguimento. Esperamos que tenha tido ou ainda venha a ter, pois será uma pena se se interromper iniciativa de tal natureza.

Inicia-se a coleção com o **Almanach da Província de Goyaz para o anno de 1886**, organizado e redigido por Antônio José da Costa Brandão, com 157 páginas. Vem esta reedição prefaciada pelo Professor José Cruciano de Araujo, na época (1978) Reitor da Universidade Federal de Goiás. Seu prefácio cuida da origem dos almanaques, do pouco que se sabe da vida do autor do almanaque goiano e de uma apreciação de seu conteúdo: “a par de uma breve notícia corográfica das comarcas, vilas e paróquias da Província, oferece uma messe palpitante de dados sobre a instrução pública e a demografia”, tudo precedido de uma “Breve exposição sobre a Província de Goiás e a origem de seus habitantes”.

Do autor, informa o prefaciador ter militado na Guerra do Paraguai, fixando-se depois na cidade de Goiás. Além de dois almanaques, deixou **Apontamentos para a História de Goiás**, que permanecem inéditos até hoje. Infelizmente, faltam, na presente reedição, indicações bibliográficas relativas à primeira edição. Não é bastante saber que foi publicada na cidade de Goiás, em 1886. O ideal teria sido estampar um clichê com a página-de-rostro da edição original.

O segundo volume, **Romanceiro & Trovas Populares**, apresenta-nos “esparços” de Antônio Americano do Brasil, coligidos e prefaciados por Basileu Toledo França. O prefácio, além de conter o “perfil de um homem lúcido”, ou seja a biografia do autor, que o prefaciador considera “a maior cabeça que Goiás já produziu”, acrescentando que ninguém se lhe compara, em qualquer época, porque “as qualidades de vários cidadãos ilustres se acham reunidas neste goiano excepcional, glória perene das nossas letras”, vale mesmo como excelente contributo à história da literatura goiana.

Teve Americano do Brasil vida movimentada, embora curta, pois faleceu com apenas quarenta anos. Formado em medicina no Rio de Janeiro, ingressou no Corpo de Saúde do Exército. Participou ativamente, se bem que por pouco tempo, da vida política, como deputado federal pelo seu Estado, de 1921 a 1924. Atacado de cruel enfermidade, que suportou estoicamente, retornou ao Planalto Central em busca da saúde perdida. Na ocasião, já havia publicado **Cancioneiro de trovas do Brasil Central**, editado em São Paulo por Monteiro Lobato.

No segundo semestre de 1925, ei-lo já instalado na antiga Vila Formosa de Couros. De ex-deputado federal, ex-secretário de Estado e ex-médico do Hospital Central do Exército — diz Toledo França — passou humilde e resignadamente a médico de roça e cidadão comum da pequena comunidade onde foi viver. Clinicava ali e na região vizinha, exercendo, ainda, as atividades de advogado provisionado (“advogado formado em medicina”, como ele próprio dizia), viajando em cavalgadas ou nos primeiros “fordecos” que por lá apareceram. A partir de 1927, passou a viver em Santa Luzia, onde encontrou a morte, tragicamente assassinado cinco anos depois, a 20 de abril de 1932, “vítima de intrigas e maledicências de lugar pequeno”, informa o prefaciador da edição de seu livro.

Americano do Brasil escreveu muito, particularmente sobre história, medicina, sociologia e folclore, que foi o campo a que mais se dedicou. Pouca coisa do que escreveu foi publicada. Elaborou uma História de seu Estado para o grande **Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**, editado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por ocasião do centenário da Independência (1922), mas o volume em que sua colaboração deveria sair não chegou a ser publicado.

O presente volume ( 1978, 224 páginas ) reúne dois trabalhos de sua autoria, salvos agora do esquecimento: **Romanceiro e Mil e uma trovas luizianas**, e vem ilustrado com fotografias e documentos. Dois trabalhos que se completam em sua grande obra, segundo plano do próprio autor. Foram escritos em Santa Luzia, entre 1927 e 1929. Basileu Toledo França encerra seu prefácio sugerindo aos poderes públicos de seu Estado a publicação das obras completas de Americano do Brasil, “para que não desapareça esta notável parcela da cultura literária e popular do Estado de

Goiás, a qual se deve a uma inteligência privilegiada, posta ao longo de toda a vida a serviço de sua terra e de sua gente”; procedendo a um levantamento de tudo quanto o autor goiano escreveu ( publicado e inédito ) e com uma notícia bem circunstanciada das homenagens que lhe foram tributadas: páginas em prosa e verso em sua honra, seu nome dado a entidades culturais e como patrono na Academia Goiana de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, a inauguração de seu busto em Silvânia ( a cidade onde nasceu ) e até um município do Estado batizado com o seu nome.

\*

Vem a seguir pequeno volume, o terceiro ( 1979, 52 páginas ), consagrado a Leopoldo de Bulhões, o maior estadista goiano da República. Enfeixa duas conferências proferidas por Benedicto Silva: “O estadista Leopoldo de Bulhões”, realizada no Ministério da Fazenda, então no Rio de Janeiro, em 1956; e “A vida retilínea de Leopoldo de Bulhões”, na Academia Goiana de Letras, em 1978. A primeira deu título ao volume. Por um lapso, na capa figura “Leopoldo Bulhões” em vez de “Leopoldo de Bulhões”, que é como ele, de fato, se chamava. Encerra o volume uma série de “conceitos” de Leopoldo de Bulhões e de opiniões e juízos sobre ele, de várias e notórias individualidades do País.

O estadista goiano ( 1856-1928 ) – convém recordar – iniciou sua carreira política ainda ao tempo do Império; foi constituinte em 1890/1891, deputado federal, presidente eleito de Goiás ( cargo que não chegou a exercer ) e senador da República até 1902, quando Rodrigues Alves o chamou para seu Ministro da Fazenda, função que desempenhou novamente no breve governo de Nilo Peçanha ( 1909-1910 ); elegeu-se mais duas vezes senador pelo seu Estado; deixou várias obras, entre as quais **Discursos Parlamentares** e **O meio circulante e a abolição dos escravos**, publicadas em 1882 e 1884, respectivamente.

\*

O quarto volume ( 1980, 255 páginas ) consta de uma reedição fac-similar da **Viagem às terras goyanas**, de Oscar Leal, publicada originalmente em 1892 pela “Typographia Minerva Central”, Largo do Pelourinho, 17, em Lisboa. O autor era credenciado como membro da Sociedade de Geografia de Lisboa e de outras “corporações científicas” e a obra vinha precedida de um prólogo de Pinheiro Chagas e “adornado com várias gravuras de Pastor, photo-gravuras de Reinhol e enriquecida com uma carta do Sul de Goyaz” e ainda “desenhos do auctor”.

A presente reedição vem apresentada pelo Professor Atico Villas Boas da Mota, do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universida-

de de Goiás. Vale a pena transcrever este trecho de sua apresentação: “Em primeiro lugar, gostaria de registrar o escasso material sobre o autor nas fontes brasileiras. Bom seria o trabalho de se vasculhar os arquivos portugueses nos quais serão encontrados muitos dados que esclarecerão as atividades ‘desbravadoras’ do último andarilho romântico que nos visitou. Seu livro não representa apenas um simples relato de viagem, mas, sem qualquer sombra de dúvida, uma cadeia de vivências destacando-se a figura do curioso viandante de maneira muito integral, cujo retrato de corpo inteiro apoia-se na maneira de enxergar o mundo pelo lado otimista, engraçado e irônico. Acostumei a descobrir nas páginas de Oscar Leal a figura do repórter; suas análises nem sempre são aprofundadas; suas críticas não vão além do pitoresco ou do romântico. Valem as passagens que servem como documentário de costumes. Quase nada sabíamos a respeito das festas da antiga Barro Preto não fosse a descrição que dela faz o viajante lusitanófilo, não lhe escapando pormenores mundanos que se fazem presentes durante aquela tradicional festa religiosa. As figuras dos seus hospedeiros são sumariamente esboçadas. Registrou as manifestações teatrais e os inúmeros festejos cívicos e religiosos”.

O viajante descreve sua patética aventura partindo de São Paulo para fugir ao “*tedium vitae*” de que fora acometido. Documenta o que pode, conforme testemunha a Professora Gilka Vasconcelos Ferreira de Sales: “Face a face com a natureza, enfrenta perigos pondo à prova a sua coragem e perspicácia, não raras vezes emuladas pela tolerância e paciência requeridas nas paragens desconhecidas, ante as enchentes inevitáveis e os obstáculos surgidos”.

Embora o prefaciador se refira ao “escasso material sobre o autor nas fontes brasileiras”, informa que no **Dicionário** de Sacramento Blake encontram-se preciosas referências à vida de Oscar Leal, através das quais se percebe quão versátil, inquieto, curioso e boêmio ele foi. Nasceu no Rio de Janeiro em 1862. Tinha, portanto, apenas vinte anos quando realizou a viagem a Goiás, que descreve neste livro. Filho de portugueses, foi mandado a educar-se em Portugal. Tão logo se formou, regressou ao Brasil, iniciando a partir de então uma série de viagens pela América Latina e depois pela Europa. Era formado em cirurgia dentária, segundo informa Sacramento, não se sabendo se chegou a exercer a profissão. Tudo indica ter sido pessoa de posses. Revelou-se ainda divertido prestidigitador e animador teatral, devendo ter causado sucesso nos sertões de Goiás, segundo conjectura o prefaciador do livro.

\*

O quinto volume — **Presidentes e Governadores de Goiás**, de Joaquim Carvalho Ferreira (1980, 188 páginas) — constitui subsídio va-

lioso para a história administrativa de Goiás. Trata-se de obra póstuma ( seu autor faleceu em 1970, tendo nascido em 1902 ) e de sua edição para esta série cuidou o Professor Emanuel Augusto Perillo, cujo prefácio contém não apenas os traços biográficos do autor, mas ligeira apreciação sobre o interesse do livro: “não obstante possíveis imperfeições, a obra se configura rica em ensinamentos históricos”. Curiosa observação do prefaciador: “o silêncio do autor no período que medeia entre fins de 1937 e término de 1945; dá a impressão de uma acefalia no governo estadual”. É que nesse período ( o chamado “Estado Novo” ), Goiás, como todas as unidades da Federação, voltou ao regime de intervenção federal e, tal como ocorreu também na maior parte dos Estados, o interventor que exerceu o poder discricionário imposto pela Carta de 10 de novembro de 1937, foi o mesmo governador já existente ( Pedro Ludovico Teixeira ), mantido durante o octênio de duração do regime. E acrescenta o prefaciador: “O autor, por razões que se desconhecem, nada quis dizer sobre esse período”. Da assinatura do ato transferindo a capital do Estado para Goiânia ( 23 de março de 1937 ) o autor pula para o que aconteceu após a queda de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945...

O livro arrola desde o primeiro presidente da Província, o pernambucano Caetano Maria Lopes da Gama ( que exerceu a presidência de 1824 a 1827 ) até Belarmino Cruvinel, que governou o Estado apenas por três meses, em 1946. Biografias sucintas, com as realizações mais significativas de cada governo. Será de toda a conveniência se alguém de Goiás se dispuser a atualizar o livro, chegando até aos governos atuais. Afinal são quarenta anos que nele ficam faltando. Registre-se que o autor foi professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás e membro da Academia Goiana de Letras. Observe-se ainda que o livro resultou de artigos publicados originalmente na “Folha de Goiás”, recolhidos e revistos por amigos para a efetiva publicação em volume.

\*

O volume sexto consiste em mais uma coletânea de escritos, desta vez sobre História deixados por Antônio Americano do Brasil: **Pela História de Goiás**, com introdução, seleção e notas de Humberto Crispim Borges ( 1980, 215 páginas ). Além da introdução, o volume traz uma nota bio-bibliográfica sobre o autor, seguindo-se, depois, dezesseis textos selecionados, publicados originalmente em jornais de Goiás, a saber: 1. Centenário de Goiás; 2. A cidade de Goiás; 3. O desbravador dos sertões ( o Anhangüera ); 4. Relatório da Capitania de Goiás, em 1812 ( do Cônego Luiz Antônio da Silva e Souza ); 5. A fonte da Boa Morte; 6. Um pasquim histórico; 7. O Frei Caneca de Goiás ( Cônego Luiz Bartolomeu Marques ); 8. O nascimento do príncipe ( o futuro D. Pedro II ); 9. Os recenseamentos; 10. O bispo cego ( D. Francisco Ferreira de Azevedo ); 11. O assassina-

to do ouvidor ( Jerônimo José da Silva Castro ); 12. O primeiro ouvidor do Norte ( Joaquim Teotônio Segurado ); 13. Questão de limites Goiás/Pará; 14. No prólogo da Independência; 15. O governo Jardim ( José Rodrigues Jardim, quarto presidente de Goiás, governando de 1831 a 1837 ); 16. Pobre História, de Goiás; 17. O Brigadeiro Felipe ( Felipe Antônio Cardoso ).

A essas dezessete crônicas publicadas na imprensa goiana ( e com indicações precisas do local e data de publicação ) segue-se o estudo sobre “Cunha Matos em Goiás”, publicado primeiramente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1927 ( tomo 96, volume 150 ). Este capítulo vem precedido de uma nota biográfica de Cunha Matos, de autoria de Crispim Borges, o organizador do volume, e a ele segue-se uma série de seis documentos de Cunha Matos.

\*

O volume sétimo contém um estudo dos aspectos físicos ( geológicos, climáticos, biogeográficos e geomorfológicos ) do **Complexo Termal de Caldas Novas** ( 1981, 98 páginas ), elaborado por uma equipe de professores do Departamento de Geografia e Geologia e do Instituto de Química e Geociências da Universidade Federal de Goiás: Antônio Teixeira Neto, José Eduardo Albuquerque de Macedo Costa, José Ubiratan de Moura, Orlando Francisco da Rocha Almeida, Roberto Luiz Franco Bucci e Valter Casseti. Embora versando sobre matéria especializada, o livro vem vasado em linguagem acessível mesmo aos leigos, concluindo com um capítulo bem sugestivo sobre “Aproveitamento turístico e área de influência do Complexo de Caldas”.

\*

O volume oitavo — **Deslocados de Guerra em Goiás**, de Jan Magalinski ( 1980, 222 páginas ) — estuda uma cooperativa agrícola formada em Itaberaí, nas proximidades da cidade de Goiás, reunindo imigrantes de onze nacionalidades, sendo a maioria poloneses, rumenos, ucranianos e iugoslavos, que para o Brasil vieram após a Segunda Guerra Mundial. Trata-se, com efeito, da primeira cooperativa organizada na América Latina por “deslocados de guerra”. O próprio autor é um integrante desse grupo de refugiados e originalmente seu trabalho foi uma dissertação de mestrado apresentada à Universidade de São Paulo, e para a qual o autor teve como orientador o eminente antropólogo João Baptista Borges Pereira, o que já constitui uma excelente recomendação. Consta seu livro de quatro capítulos: no primeiro, traça o autor a caracterização do grupo de “deslocados” e seus antecedentes históricos; no segundo, oferece um esboço histórico da imigração polonesa no Brasil; no terceiro, cuida do interesse de Goiás pelos problemas de imigração; e finalmente, o quarto é todo consagrado ao

estudo da cooperativa criada no interior de Goiás. Anexo documental, fontes e fotografias complementam o volume. Trabalho conscienciosamente elaborado, dentro das exigências metodológicas das ciências sociais.

\*

O nono volume é uma homenagem à grande poetisa goiana Cora Coralina, com a reunião dos **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais** (1980, 217 páginas). Trata-se de terceira edição do livro, tendo as duas anteriores sido publicadas em 1965 (Rio de Janeiro, José Olympio) e 1978 (Imprensa da Universidade Federal de Goiás). “Homenagem aos setenta anos de contribuição da autora à vida cultural regional, onde seus versos estão impregnados dos objetos imediatos e caseiros, das vivências interioranas, sem cair no folclorismo, mas sempre universalizando esta região agressiva e ao mesmo tempo hospitaleira, que é Goiás”, diz a nota da editora apresentando o livro. Diversas páginas em prosa e verso, em homenagem à autora, precedem seus poemas: “Cora Coralina, professora de existência”, de Oswaldino Marques; “Lição de vida”, de Lena Castelo Branco Ferreira da Costa; “Um privilégio e uma oportunidade”, de Sílvia Alessandri Monteiro; e poemas de Célia Siqueira Arantes e Circe Camargo Ferreira. E ainda as “orelhas”, com excelente comentário de J. B. Martins Ramos. Cora Coralina, cujo verdadeiro nome era Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, veio a falecer quase centenária em 10 de abril de 1985.

\*

De **Tecelagem Artesanal** cuida o décimo volume, apresentando-nos uma pesquisa etnográfica realizada em Hidrolândia por Marcolina Martins Garcia (1981, 188 páginas). Tal como volume sobre os “deslocados da guerra”, há pouco mencionado, também este resultou de uma dissertação de mestrado na área da Antropologia Social, apresentada à Universidade de São Paulo e elaborada sob a orientação da etnóloga Thekla Hartmann, agora devidamente revista e ampliada, “quer pela oportuna sugestão da Banca Examinadora, quer pela própria evolução de nossa pesquisa”, esclarece a autora. Assim, foram acrescentados dados complementares, mapas e anexos, bem como um capítulo enfocando as transformações sofridas pela tecelagem artesanal, acréscimos que vieram trazer “mais algumas informações no sentido de apresentar um trabalho tão atualizado quanto possível”. Apresentação de Saul Martins. O livro descreve o aspecto material da tecelagem e alguns aspectos a ela relacionados. “Limita-se à descrição dessa atividade humana numa área geográfica específica tal qual foi possível ser apreendida nos dias atuais. Focaliza mais especificamente a matéria-prima, tanto a usada na tecelagem propriamente dita, quanto a empregada na tintura dos fios, os instrumentos e seu uso, as diversas fases

do trabalho, as duas formas de ajuda mútua que ocorrem entre as tecedeiras. A análise das coleções etnográficas feitas durante a pesquisa de campo permite, ainda, um ensaio de tipologia dos tecidos e repassos, além de um primeiro passo na investigação do mundo de representação das tecedeiras de Goiás” ( da nota de contracapa ).

\*

Os dois últimos volumes da coleção — o undécimo e o duodécimo — são consagrados à música em Goiás. O grande Estado central foi, desde os tempos coloniais, um foco bem vivo de atividade musical. A velha cidade de Goiás, bem como Pirenópolis, tornaram-se famosas pelas suas realizações nos domínios da música, apresentando ambas uma boa quantidade de autores e de conjuntos musicais em nada inferior ao que se fazia em outras cidades do País. Não só música sacra, como secular. Muitos desses compositores goianos estão tirados do esquecimento graças a pesquisas como, por exemplo, a da professora e também notável pianista Belkiss Carneiro de Mendonça, já bem conhecida dos melômanos pelos seus excelentes discos. É de sua autoria o volume 11, intitulado **A Música em Goiás** ( 1981, 385 páginas ). Seu livro informa sobre as manifestações musicais em diversas cidades, notadamente em Goiás e Pirenópolis. Os serões familiares, concertos e serestas são descritos, enfocando seus principais participantes — intérpretes ou compositores — como também os conjuntos musicais existentes. As festas religiosas, especialmente as da Semana Santa mereceram um destaque especial, pelo que elas representam não apenas como realizações artísticas, mas pelo seu significado social.

Exaustiva pesquisa realizou a autora fazendo reviver pessoas e momentos, cujas memórias estivessem, talvez, ameaçadas. Seu livro é enriquecido com inúmeros exemplos musicais, excelentemente transcritos, e ainda com expressivas ilustrações. Ao fim da leitura, o leitor sente-se tentando a perguntar: “que fazer para divulgar essa música ? ” É certo que alguns discos já têm sido editados ( em Goiás mesmo e o próprio autor desta nota tem o privilégio de possuir um deles ), mas por serem de edição local, têm pouca divulgação. O que é pena, pois os compositores goianos merecem ser conhecidos.

Trabalho de pesquisa tão meritório quanto o anterior é o último da coleção (129) e que se refere particularmente à **modinha** na velha Vila Boa de Goiás ( 1982, 342 páginas ). Sua autora, a Professora Maria Augusta Calado de Saloma Rodrigues — informa nota de contracapa — tem se votado dedicadamente aos estudos folclóricos, tendo se graduado nesta especialidade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem trabalhos publicados sobre a música em Goiás ( particularmente em Pirenópolis ), elaborou roteiros musicais para documentários cinematográficos e gravou

em disco o **Primeiro Recital de Compositores Goianos** e, posteriormente as **Modinhas Goianas**, para o saudoso Marcus Pereira, ela própria atuando como solista (soprano). Talvez seja este seu novo livro o mais completo estudo já elaborado no Brasil sobre a **modinha**, embora restrito a um local, no caso a antiga capital de Goiás. E tal como o livro de Belkiss, vem fartamente ilustrado com fotografias, documentos e exemplos musicais. "Orelhas" bem redigidas por José Mendonça Teles.

\*

Eis, ligeiramente noticiada, a preciosa coleção **Documentos Goianos**. Como dissemos de início, não temos conhecimento de volumes posteriores ao décimo-segundo. Fazemos votos para que a coleção, em tão boa hora idealizada e iniciada, tenha prosseguimento. Há muita coisa boa sobre a terra goiana à espera de reedição, obras raras, de acesso quase impossível aos interessados de hoje. A Professora Gilka Vasconcelos Ferreira de Sales, provavelmente a idealizadora dos **Documentos Goianos** ou, pelo menos, a sua coordenadora, há alguns anos teve oportunidade de apresentar a uma reunião da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência em Curitiba, comunicação sobre a historiografia goiana do século XIX e seu próprio trabalho poderá constituir excelente roteiro para reedições que se pretenda fazer: a **Corografia**, de Cunha Matos, os relatos de viajantes estrangeiros, a **Viagem ao Araguaia**, de Coutó de Magalhães, a monografia do Visconde de Taunay sobre Goiás em 1875, os escritos do Cônego Silva e Souza, os **Anais**, de Pereira de Lencastro, e tantos outros mais, aos quais poderão juntar-se estudos modernos (como já o fez a coleção), inclusive trabalhos de grau universitário, de uma instituição tão atuante como sabemos ser a Universidade Federal de Goiás.

Para a **Notícia Bibliográfica e Histórica** é muito significativo oferecer esta "notícia" dos doze volumes da Coleção **Documentos Goianos**. O primeiro número especial desta publicação (nº 25, de agosto/setembro de 1971) foi todo consagrado a Goiás, reunindo dezessete textos de interesse para a história goiana, desde relatos referentes às primeiras explorações do território até escritos relativos à nova Capital do Estado. Preparamo-lo ao ensejo da realização em Goiânia em setembro de 1971, do Sexto Simpósio Nacional de Professores Universitários de História. Embora trabalho modesto e até impresso em condições precárias, despertou enorme interesse entre os participantes da importante reunião, o que nos animou a realizar idêntico trabalho com outras regiões do Brasil, ao ensejo de novos simpósios da Associação Nacional de Professores Universitários de História: Minas Gerais (1973), Sergipe (1975) e Santa Catarina (1977).

No textuário goiano que esta revista apresentou em 1971, limitamo-nos à divulgação dos textos. Faltou um trabalho, por pequeno que

fosse, de comentários aos mesmos, quando nada para situá-los na conjuntura do tempo. Alguém fez esta crítica, inteiramente justa. Mas o fascículo já estava impresso. Talvez um dia o retomemos, com os mesmos textos, mas com os comentários reclamados.

Ao encerrarmos estas considerações sobre a coleção **Documentos Goianos**, queremos testemunhar à Professora Gilka Vasconcelos Ferreira de Sales nossos agradecimentos por nos ter enviado a coleção, permitindo-nos, assim, conhecer o excelente empreendimento a que se abalanchou a Universidade Federal de Goiás e que poderá servir de exemplo a tantos outros institutos universitários do País.

## RACISMO: TEMA AINDA A SER TRABALHADO

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci  
UNESP — Franca

Procurando resgatar o racismo dominador do branco e o sufocado, mas, de igual modo reagido, do negro, o historiador Oiliam José lançou, pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, seu "Racismo em Minas Gerais".

Trata-se de trabalho didático que vai desde os Fundamentos do Racismo Branco até os Resquícios Racistas, passando pelas Contribuições do Negro e os Castigos Recebidos, analisados numa linha idealista, onde o A. enfatiza sempre que a escravidão foi uma forma de egoísmo e de racismo e a convivência entre brancos e negros, em situação diversas, acabou por propiciar uma interculturação.

Ademais, como tentou demonstrar Oiliam José às p. 142/43, "a escravidão, na Capitania e na Província de Minas, foi amenizada de vários modos, a ponto de se considerar geralmente menos infeliz o negro para aqui destinado", explicitando que naquela região houve "mais compreensão e fraternidade na aplicação do escravismo".

Reafirmando a falta de condições do negro ao ser libertado, para viver em nível de eficiente competição com o branco, evidencia a degradação a que se viram forçados, onde os abusos e as diferenças sócio-econômico-político-culturais persistiram e de maneira intensa. A sociedade que até poderia ter esperado que, para se mostrarem dignos de sua nova condição, os libertos entendessem que a liberdade que lhes foi oferecida consistiria na aplicação ao trabalho, constituição da família, respeito à moralidade e obediência a quem se serve, viu-se frustrada em suas pretensões, até porque, desfeita a aliança forjada pela luta contra a escravidão, o negro viu-se sozinho, diante dos novos senhores para os quais continuava a interessar, principalmente, como força de trabalho. Com tais perspectivas fechadas, elas somente se reabririam, na medida em que o negro começasse a questionar o novo sistema, procurando, por si, uma saída para sua situação.

Transformadas as relações de produção, não modificou-se o lugar ocupado pelo negro no processo produtivo e, seu comportamento divergente vai ser novamente relegado a mera questão policial. Eis o porque do tema estar ainda hoje a exigir um amplo debate a fim de que as distorções e as incoerências possam ser revistas e novas perspectivas sejam colocadas à reflexão de uma das mais significativas raízes históricas brasileiras.

## SUGESTÕES PARA PESQUISA À MARGEM DE UM VELHO GUIA FERROVIÁRIO\*

Eva de Avila Rossi

A implantação das ferrovias no Brasil, a partir de meados do século passado e em decorrência de numerosas providências gerais e provinciais ( ou estaduais, após a proclamação da República ), fez surgir, mais para o fim do século — e como seria mesmo de se esperar — numerosas publicações visando ao atendimento de tudo quanto pudesse contribuir para a conscientização em torno do novo melhoramento e que pudesse também servir à sua melhor eficiência. Além de obras técnicas, elaboradas por engenheiros responsáveis pela construção das ferrovias, de relatórios relativos à construção e ao rendimento das estradas, e ainda de numerosos planos e projetos de ampliação da rede ferroviária — muitos deles inexecutáveis por dificuldades várias, inclusive por suas ambições — há a considerar a publicação de variado material tendente a informar aos usuários das ferrovias: mapas, guias, catálogos, tarifas de preços, horários dos trens, dados estatísticos, etc.

Se os primeiros foram e ainda são bastante utilizados por todos quantos no Brasil se ocuparam ou se ocupam de ferrovias, quer sob o aspecto histórico, geográfico ou econômico, convém lembrar que as publicações do último tipo mencionado raramente se vêem citadas, o que significa, supõe-se, sua pouca utilização. E algumas delas são preciosas e sobretudo expressivas por representarem documentos-testemunhos de uma época.

Um primeiro material desta natureza aparecia com frequência incorporada aos tradicionais almanaques, fonte preciosa que ainda está por ser avaliada. Todos eles enfatizavam o transporte ferroviário. Sirva, como exemplo, o **Almanaque da Cidade de Campinas para 1901**, organizado por Leopoldo Amaral, no qual as informações ferroviárias ocupam boa porção, inclusive com um excelente mapa da viação férrea paulista da época.

Pensando neste material como fonte de informação para a história ferroviária paulista e brasileira em geral, foi que nos animamos à

---

(\*) Comunicação apresentada à Quinta Semana da História, realizada em Franca, SP, em outubro de 1983, sob o patrocínio do Instituto de História e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Publicada primeiramente na **Memória** da referida Semana ( pp. 433 a 440 ), aqui se reproduz por ter saído, na publicação original, sem a necessária revisão.

presente comunicação, destinada a mostrar o interesse de raríssimo guia publicado em fins do século passado, do qual só conhecemos uma referência, que logo adiante se mencionará, mas que não procurou tirar do precioso texto os elementos históricos e geográficos que ele sugere.

Trata-se do **Indicador Geral da Viação do Brasil: linhas férreas, fluviais e marítimas**, publicado em 1898 por J. Cateysson e impresso pela conhecida casa Aillaud & Cie., de Paris, com filial em Lisboa. Volume bastante informativo e, portanto, utilíssimo, em tudo quanto concerne à viação brasileira da época. “Trabalho nacional, que não só serve de preciosíssimo auxílio aos que viajam, como também revela ao estrangeiro que o Brasil não é um país atrasado como alguns pensam”, conforme se escreve na apresentação, frase que adquire maior significado quando se considera que o volume foi preparado por um estrangeiro e impresso em França.

Embora o **Indicador** de 1898 se refira a transportes em geral, a parte preponderante, que maior número de páginas ocupa, é, sem dúvida, a ferroviária, com abundância de informes, inclusive com mapas esquemáticos das estradas então existentes, que totalizavam 14.700km, dos quais cerca de 2.500 em São Paulo.

Deste guia ocupou-se há cerca de trinta anos, o Engenheiro Moacyr Silva, em artigo publicado na “Revista Brasileira de Geografia” (abril/junho de 1954). Seu trabalho extraiu do guia informações úteis, como a relação de todas as estradas de ferro (inclusive sua quilometragem) e reprodução de alguns dos mapas esquemáticos, mas sem qualquer comentário quanto ao seu interesse histórico e geográfico, como seria de se esperar de um especialista em geografia dos transportes. No guia entretanto, há muito mais do que informações inerentes a trabalhos dessa natureza, como procuraremos mostrar.

Seria muito valiosa uma análise do **Indicador** de 1898 para o país todo. Não o podendo fazer, pois alongaria demais esta comunicação, vamos nos ater a São Paulo, região onde a história ferroviária apresenta aspectos bem característicos.

Ao encerrar-se a era ferroviária (década de 1940), possuía o território paulista dezoito ferrovias, das quais apenas quatro com mais de mil quilômetros de extensão. As outras quatorze colocavam-se abaixo dos quatrocentos quilômetros. A menor delas não passava de quatorze, ou seja, menos que o percurso de muitas linhas de ônibus urbanos nas grandes cidades dos nossos dias. Convém lembrar que não é apenas em São Paulo que isto ocorre, mas em quase todos os Estados, como o guia de 1898 abundantemente exemplifica. Mais ainda: se analisarmos a evolução das grandes estradas, tal como as tínhamos em meados de nosso século, verificaremos que elas resultaram em grande parte da fusão de numerosas estradas menores, que foram construídas de acordo com as necessidades e para

atender aos interesses imediatos da produção cafeeira, e ainda assim na medida das conveniências e aspirações das localidades imediatamente interessadas e na proporção dos seus meios de ação. Fato bastante significativo é que as próprias estradas maiores estimularam e facilitaram a construção das pequenas estradas, inclusive abrindo mão de seus "privilégios de zona", porque sabiam elas que tais estradas seriam suas tributárias e cedo ou tarde demonstrariam incapacidade de subsistência e acabariam por elas absorvidas.

O binômio café/ferrovias foi estudado pelo Professor Odilon Nogueira de Matos, tanto com referência a São Paulo, como ao Rio de Janeiro<sup>1</sup>. Os exemplos das pequenas ferrovias foram exaustivamente citados, bem como o processo que levou à anexação dessas pequenas ferrovias pelas empresas maiores. E mesmo antes do aparecimento de **Café e Ferrovias**, diversos outros autores que trataram da história ferroviária do Brasil (Palhano de Jesus e José Luiz Batista, entre outros), chamaram a atenção para a freqüência de tais ocorrências.

Na época (1898), apenas uma ferrovia de São Paulo podia considerar-se completa: a **São Paulo Railway**, que, partindo de Santos em 1860, atingiu São Paulo em 1866 e Jundiá em 1867. Não se interessando a companhia inglesa que a construía pela conquista do interior, preferiu deter-se em Jundiá, pois um privilégio de quase um século assegurou-lhe o monopólio no transporte para o porto de Santos. Assim, qualquer estrada que se construísse no interior de São Paulo se tornaria sua tributária e isto, naturalmente, lhe bastava. Coube, então, a fazendeiros, capitalistas e homens públicos de São Paulo (mas principalmente fazendeiros) levar os trilhos para as áreas que, na época, já vinham sendo dominadas pelos cafezais. Surgem, num mesmo decênio (entre 1870 e 1880), quatro importantes empresas ferroviárias: a **Paulista**, a **Mogiana**, a **Ituana** e a **Sorocabana**.

Pela época do aparecimento do **Indicador** que estamos comentando, todas estas ferrovias estavam em franco desenvolvimento, devendo-se registrar que a **Ituana** e a **Sorocabana** havia se fundido numa só empresa. Seus pontos extremos, na conquista do interior, assim podem ser indicados:

1. A **Paulista**, com a linha tronco em Jaboticabal e os ramais de Pirassununga, Descalvado, Santa Veridiana, Porto Ferreira, Santa Rita do Passa Quatro, Jaú, Santa Eudóxia (nas proximidades de São Carlos), e Ribeirão Bonito, áreas estas em franca ascensão cafeeira.
2. A **Mogiana** caracterizava-se por duas ocorrências importantes: tornou-se a estrada dos pequenos ramais e foi a primeira ferrovia

(1) Matos, O. N. — **A Evolução das Vias de Comunicação no Rio de Janeiro**, em "Boletim Paulista de Geografia", nº 3, São Paulo, 1949. — **Café e Ferrovias**, 3ª edição, São Paulo, Divisão do Arquivo do Estado, 1981, Coleção "Monografias", vol. 3.

paulista a alcançar as divisas do Estado, penetrando em território mineiro. Isto acarretou expressiva consequência: a captura para a economia paulista de quase todo o sul de Minas e do Triângulo Mineiro. Seus ramais atingem Sapucaí, Amparo, Serra Negra, Pinhal, Poços de Caldas e Canoas, articulando-se em alguns lugares com ferrovias mineiras para o melhor exercício do processo de captura, a que nos referimos.

3. A **Sorocabana**, após deitar alguns pequenos ramais ( Cerquilho, Tietê, Porto Martins... ) transpôs a “cuesta” de Botucatu, acompanhando de perto o médio vale do Tietê, com uma linha para o sul, até a divisa do Paraná ( mas ainda não alcançada na ocasião ) e uma bifurcação, além de Botucatu: uma, na direção de Bauru ( que só seria alcançado no começo deste século ) e a linha principal para os chamados “sertões do Paranapanema”, visando, naturalmente, alcançar o rio Paraná, o que só foi conseguido na segunda década deste século. Na época que nos interessa, Cerqueira César, a primeira cidade pioneira além Botucatu, constituía ponta de trilhos.

Destas três grandes ferrovias, a primeira a dar por completa a sua rede foi a **Mogiana**. Após uma tentativa frustrada de alcançar o litoral, apenas completou alguns pequenos ramais e na primeira década deste século construiu uma linha subsidiária ao tronco, partindo de Ribeirão Preto e ligando-se novamente à linha principal em Uberaba. Isto propiciou à importante ferrovia campineira transpor o rio Grande e a divisa de Minas não em um, mas em dois pontos.

A **Sorocabana**, alcançando as barrancas do rio Paraná pouco depois de 1920, nada mais pretendeu construir, enquanto que a **Paulista** foi a última das ferrovias paulistas a prosseguir em seu plano de expansão, visando ao espigão divisor do Peixe e do Aguapeí que se transformou numa das mais ricas regiões do Estado. Foi só na década 1950/60, portanto meio século após a época que estamos analisando, que a grande empresa deu por terminada sua rede, alcançando, também, as barrancas do rio Paraná.

Um mapa que nos mostrasse essas três grandes ferrovias que, na época do **Indicador** (1898), cobriam praticamente metade do território paulista, mostraria também o caráter subsidiário e dependente de numerosas estradas pequenas, que aparecem como autônomas no guia do fim do século, algumas delas sobrevivendo até a década 1930/40. Para o quadro dessas micro-estradas, o **Indicador** parece-nos precioso:

1. A **Bragantina**, que, numa extensão de 52km ligava Campo Limpo, nas proximidades de Jundiá, a Bragança ( hoje Bragança Paulista ), estrada esta que acabou sendo incorporada à **São Paulo Railway**.

2. **Companhia Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro**, com 18km, que se transformou num tramway e depois numa linha de

bondes, quando se acentuou o processo de conurbação da capital paulista com o então município de Santo Amaro. Conservou o caráter de “estrada de ferro” até quase o seu desaparecimento e até há poucos anos ainda se podia ver, à entrada de Santo Amaro, sua estação terminal ( com o marco quilométrico “18” ), infelizmente demolida, pois com ela desapareceu o último testemunho da ferrovia. Esta pequena estrada tem enorme importância para o estudo da história urbana da zona sul de São Paulo.

3. **Companhia Agrícola da Fazenda Dumont**, talvez a mais importante empresa agrícola do Brasil no século passado; a pequena estrada, de bitola reduzida ( 0,60m ) foi concedida a partir de uma estação da **Mogiana**, especial para servir à grande propriedade.

4. A **Itatibense**. Vinha de longe a idéia de ligar as importantes fazendas de Itatiba à linha principal da **Paulista**, o que se concretizou em 1890, com esta pequena estrada que teve sua estação inicial em Louveira ( entre Jundiá e Campinas ) e que nunca passou de Itatiba, com apenas 20km de extensão.

5. A **Cantareira**, construída na Capital, de bitola reduzida ( 0,60m ), originalmente para servir aos empreendimentos de abastecimento de água da cidade de São Paulo, na Serra da Cantareira. Bifurcando-se no bairro de Santana, uma linha tomava a direção dos grandes mananciais da serra, depois de passar pelo horto florestal do Tremembé, enquanto que a outra tomava a direção de Tucuruvi e Guarulhos, tendo nesta cidade seu ponto terminal. Tal como no caso da **Santo Amaro**, esta minúscula ferrovia está intimamente ligada à história da zona norte da cidade de São Paulo, tendo contribuído para o desenvolvimento de seu povoamento. Após longos anos de existência autônoma, foi incorporada à **Sorocabana**, que alargou-lhe a bitola para um metro. Mas foi das primeiras a ser suprimida quando adveio a crise ferroviária.

6. **Estrada de Ferro de Bananal**. Era velha a idéia de ligar o chamado “Norte” de São Paulo à linha principal que punha São Paulo em ligação com o Rio de Janeiro. A primeira concessão desta pequena estrada ( cuja estação veio pronta da Bélgica... ) data de 1880, visando à ligação de Bananal com Barra Mansa, na província fluminense. Ligeira modificação no decreto original determinou que o entroncamento da pequena ferrovia se fizesse não propriamente em Barra Mansa, mas na estação de Saudade, a menos de três quilômetros daquela cidade. Apesar de não chegar a trinta quilômetros, sua construção foi demorada, sendo entregue ao tráfego somente em 1889. Dos seus 28km apenas 11 estão em território paulista e, com o tempo, acabou sendo incorporada à **Central do Brasil**.

7 e 8. Finalmente, refere-se o guia de 1898 a dois importantes empreendimentos campineiros, de que resultaram a **Funilense** e o **Ramal Férreo Campineiro**. A primeira destinava-se a servir o bairro do Funil

(atual cidade de Cosmópolis), importante área de colonização, na qual foram levados a efeito alguns empreendimentos pelo próprio governo estadual, através de núcleos coloniais. Fundada em 24 de agosto de 1890, sua realização efetiva se deveu a grandes fazendeiros da região, como José Paulino Nogueira, José Guatemozin Nogueira, Artur Nogueira, João Aranha e o Barão Geraldo de Rezende. A municipalidade de Campinas concedeu à **Funilense** grandes facilidades, inclusive permitindo que sua estação inicial se localizasse junto ao Mercado Novo da cidade, então em construção e onde permaneceu até que a estrada fosse incorporada à **Sorocabana**.

Quanto ao **Ramal Férreo**, iniciativa de Antônio Pompeu de Camargo, destinava-se a ligar a Campinas o bairro das Cabras, área de algumas das mais importantes fazendas do município. Incorporada em 1889, foi inaugurado em 1894, estendendo-se por 33km até Cabras e mais um pequeno ramal ligando o bairro de Joaquim Egídio a uma importante fazenda apenas a 10km de distância. Posteriormente, a pequena estrada foi adquirida pela Companhia de Carris Elétricos de Campinas e transformada numa linha de bondes elétricos, subsistindo até a década de 1950/60.

Diversas outras estradas "miúdas" existiram em São Paulo, mas que, à época da publicação do guia de 1898, já haviam sido incorporadas a ferrovias maiores: a **Companhia Ramal Férreo de Rio Pardo** (incorporada pela **Mogiana** em 1888), a **Descalvadense** e a **Companhia de Santa Rita** (anexadas à **Paulista** em 1891 e 1896, respectivamente).

Quando da publicação do **Indicador**, a ligação São Paulo — Rio de Janeiro, que se efetuara em duas etapas e por duas estradas diferentes, inclusive com bitolas desiguais e tendo como ponto de encontro a cidade de Cachoeira, no vale do Paraíba, já havia sido unificada e igualada na bitola de 1m60, quando da formação da **Central do Brasil**. No guia, vem mencionada, também, outra estrada que muito importante viria a se tornar: a **Minas-Rio**, a qual, apesar do nome, nunca teve o Rio como ponto inicial; partia de Cruzeiro, no vale do Paraíba (perto de Cachoeira) e, transpondo a Mantiqueira numa rota tradicional do bandeirismo de mineração, alcançava logo o território mineiro. Com o tempo, veio a constituir a **Rede Sul Mineira**. O fato de ela entroncar-se numa ferrovia que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro fez dela uma estrada de muita importância para a vida econômica de São Paulo.

Conclui o guia, na parte que o analisamos, indicando os portos que serviam à navegação nos rios paulistas. De fato, em diversos pontos do Brasil procurou-se pôr em prática um sistema conjugado de ferrovias com a navegação fluvial. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a **Paulista**, com relação ao Mogi-Guaçu; a **Sorocabana**, com relação ao Piracicaba e ao Tietê; e a **Rede Sul Mineira**, com o rio Grande. A própria **Paulista**, em certa época, chamou-se **Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais**. A este

respeito, observa o Professor Odilon Nogueira de Matos, em seu ensaio sobre as vias de comunicação no tempo do Império: "Este sistema conjugado poderia ter dado excelentes resultados se tivesse havido com relação às vias fluviais o mesmo interesse que houve para com a estrada de ferro. O que ocorreu, entretanto, foi exatamente o oposto: a não adaptação da rede fluvial a condições de circulação mais eficientes implicou no abandono cada vez maior dessa pequena e quase primitiva navegação fluvial, a ponto de desaparecer completamente. Os nomes de **Porto Ferreira**, **Porto Martins** ou **Porto João Alfredo**, em cidades paulistas, apenas evocam um passado que, afinal, não está tão distante".<sup>2</sup>

Um exame mais detalhado do guia de 1898 sugere-nos diversos temas, todos da maior relevância na história paulista:

1. As condições do povoamento. À época da publicação do guia, cerca de metade do território paulista ostentava ainda, nos mapas, a conhecida legenda "Terras desconhecidas habitadas por índios". Só no início da centúria atual essas "terras desconhecidas" começaram a ser povoadas de maneira mais regular, transformando-se, com o tempo, em autênticas zonas pioneiras. Eis porque não há, no guia, referência alguma às regiões que foram mais tarde cortadas pela **Noroeste** e pela **Araraquense**. A estrada de ferro, em São Paulo, com uma única exceção, não foi pioneira. Como já foi observado por autor que tratou pormenorizadamente do assunto, ela segue "de perto" o povoamento. Daí ter sido construída "aos saltos", ficando algum tempo numa localidade à espera de que a região adiante se desenvolva até oferecer condições econômicas que justifiquem o avanço dos trilhos.<sup>3</sup> Parece-nos extraordinária importância para a história do povoamento, o estudo dessas áreas "adiante das ferrovias", onde as mais diversas formas de ocupação do solo — algumas primitivas, outras já revelando certa estrutura administrativa — são encontradas, especialmente na forma de **Patrimônios**.

2. Embora a história ferroviária de São Paulo tenha sido estudada de um modo geral, desde a clássica obra de Adolfo Pinto, que data do início do século (São Paulo, Vanorden, 1903), até hoje nenhuma ferrovia paulista mereceu uma monografia satisfatória. Há trabalhos historiando a construção das estradas (Gaspar, para a **Sorocabana** e Correia das Neves, para a **Noroeste**), ou então cuidando das origens de alguma ferrovia (Célio Debes, para a **Paulista**). Trabalho importantes, sem dúvida, mas longe de serem completos, especialmente no sentido de mostrar a importância econômica das ferrovias e o desenvolvimento das regiões por ela servidas. A obra de Fernando de Azevedo sobre a **Noroeste** (**Um trem corre para o**

(2) Matos, O. N. — **Vias de Comunicação**, em "História Geral da Civilização Brasileira", dir. por Sérgio Buarque de Holanda, vol. 6, p. 58. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

(3) Mongeig, P. — **Ensaio de geografia humana brasileira**. São Paulo, Martins, 1940.

**Oeste**, São Paulo, Martins, 1950), ressentem-se da falta de um bom conhecimento geográfico da região, embora seja obra de leitura obrigatória. Nada temos, na bibliografia ferroviária paulista, do tipo do livro de Estevão Pinto sobre a antiga **Great Western** ou da monografia de mestrado de Cássia Maria Muniz Carletto sobre a pequena **Estrada de Ferro de Nazaré**, na Bahia. Não se conhece o destino dado aos arquivos das diversas pequenas estradas paulistas. Não basta saber que todas elas estão diretamente vinculadas ao café. Infelizmente, elas desapareceram sem que suas memórias fossem preservadas. Seria o caso de se fazer um apelo à Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (tão empenhada em salvar velhas ferrovias) no sentido de procurar o que ainda possa ser encontrado como testemunho de um passado afinal tão próximo de nós. E mesmo com relação às grandes empresas as dificuldades são inúmeras. A criação da **Fepasa**, em 1972, unificando todas as ferrovias paulistas (com exceção da **Noroeste** e da **Central**, que são da alçada federal), poderia representar uma vantagem para a pesquisa histórica, mas o que aconteceu foi exatamente o contrário, uma vez que a própria empresa não tem demonstrado nenhum interesse em recordar o passado ferroviário de São Paulo. A simples extinção dos nomes das ferrovias foi um atentado à história, numa total descaracterização, pois — caso único no Brasil — seus nomes serviam (e apesar de tudo ainda continuam servindo) para designar as regiões do Estado de São Paulo.

3. O problema dos capitais e da mão-de-obra, sobretudo nas pequenas ferrovias. Estradas “cata-café”, como as denominou o Professor Odilon Nogueira de Matos, resultaram da conjugação de esforços de diversos fazendeiros das áreas que não foram atingidas diretamente pelos troncos principais. Quando não havia possibilidade de a própria ferrovia principal lançar um ramal, a solução era a construção de uma estrada independente, que se entroncasse no ponto mais adequado da ferrovia principal. Como este processo se desenvolveu.

4. O “porque” de certos ramais, que nos parecem hoje de difícil explicação, insere-se num contexto significativo da história do povoamento. Como entender os pequenos ramais da **Sorocabana**, um deles tendo apenas 8km, outro 15 e um terceiro mal passando de 20? Que representavam, por exemplo, Tietê, Redenção, Porto Martins, Porto João Alfredo na conjuntura econômica da época?

5. Já lembramos — e aqui repetimos, para reforço, e como sugestão de pesquisa — o papel da **Cantareira** e da **Santo Amaro** na história urbana de São Paulo.

6. O problema do entrosamento da rede ferroviária com a navegação fluvial.

7. A função ferroviária de algumas cidades, como, por exemplo, Campinas. O mapa divulgado no guia de 1898 não apresenta ainda

nem a **Sorocabana** e nem a **Funilense**; aquela procedia de um ramal que tinha como ponto inicial a estação de Mairinque e acabou, com o tempo, constituindo-se em elemento de ligação entre as “zonas privilegiadas” da **Paulista** e da **Sorocabana**. Com mais estas duas ferrovias, Campinas viria a adquirir, no mapa do Estado, a forma estelar que tão bem a caracterizava no quadro ferroviário do Brasil.

8. O aspecto arboricular da rede ferroviária paulista, que já vinha se configurando na época que estamos analisando. O relacionamento, através de tráfego mútuo quando possível ou das disjunções quando a diferença de bitola as exigiam, e ao mesmo tempo as formas de rivalidade entre as estradas ( caso, por exemplo, da **Paulista** e da **Mogiana** na captura de Ribeirão Preto ).

9. O processo de fusão das ferrovias, que, aliás, começou cedo na história ferroviária de São Paulo, com a **Sorocabana** e a **Ituana** em fins do século passado. Os problemas jurídicos que daí decorrem.

10. As tentativas ( frustradas ) de atingir o litoral, quebrando o monopólio da **São Paulo Railway**: São Sebastião, Ubatuba e mesmo Santos foram os pontos visados. Mas, só na década 1920/30 isto se concretizou com a construção do trecho Mairinque-Santos, da **Sorocabana**, então empresa estatal.

11. As ferrovias perante o Estado. A demora do Estado em se interessar pelo problema. A influência da livre-empresa. Só neste século ocorreram casos de encampação por parte do Estado de algumas ferrovias.

12. A influência estrangeira na vida ferroviária paulista; influência não apenas técnica e econômica, mas também social e cultural.

Acreditamos que as sugestões aqui alinhadas, como temas de pesquisas inspiradas por um velho guia ferroviário de 1898, possam contribuir para um conhecimento mais amplo da história sócio-econômica de São Paulo, especialmente se considerarmos que todas elas — e muitas outras ainda — permanecem à espera da argúcia do pesquisador. O guia de 1898, sendo o primeiro trabalho no gênero que se publicou no Brasil, deverá ser analisado também nas partes referentes a outros Estados, nos quais certamente idênticas sugestões poderão ser oferecidas aos interessados em história ferroviária.

## A INGLATERRA E A CRISE DO ESCRAVISMO: O CASO DE PERNAMBUCO

Odalea da Conceição Deniz Bianchini

Apesar de ser o café o produto que passou a dominar a pauta das exportações do Brasil a partir de meados do século XIX, é preciso lembrar que foi o açúcar o produto que permitiu a estruturação inicial da sociedade brasileira tendo por base a terra e a mão-de-obra escrava, pois sabe-se que foi a cana-de-açúcar o gênero escolhido pela Coroa portuguesa para a ocupação da terra. A escolha, como sabemos, ocorreu porque a produção do açúcar era uma atividade da qual os portugueses já possuíam experiência — lembramo-nos das ilhas do Atlântico — bem como por ser um produto bastante rentável na Europa, considerado mesmo como uma especiaria, chegando a fazer parte dos dotes de reis e rainhas.

Além da experiência com a produção de açúcar e do seu valor na Europa, outros fatores levaram os portugueses a escolha da cana-de-açúcar como base econômica da colonização do Brasil. O primeiro deles, a quantidade de terras disponíveis, fato, aliás, de que o rei D. João III largamente se serviu para atrair os colonos ao Brasil. As terras “eram doadas pelo rei ou donatários de preferência aos que pudessem montar engenho. Mas, uma condição era básica nas doações: o aproveitamento efetivo das terras.”<sup>1</sup>

Outros fatores, além do solo adequado e das chuvas, eram as matas existentes, quer para a utilização nas construções, quer para o uso nas fornalhas dos engenhos. A existência da mão-de-obra indígena foi outro fator importante que, aliás geraria conflitos intermitentes desde o início da colonização entre os donatários e comerciantes de pau-brasil e, depois, entre os padres jesuítas e os colonos. Tanto é assim, que “até os próprios jesuítas favoreceram o tráfico escravo africano, num esforço para salvar os índios das mãos do mameluco português”.<sup>1a</sup>

Por outro lado, a construção dos engenhos exigia somas elevadas de capitais, não só com a importação de máquinas e edificação dos prédios — o engenho e demais dependências — mas, também com a mão-de-obra. Esta, de início não constituiu problema, pois o indígena supria as necessidades iniciais. Mas, não acostumado ao trabalho forçado a que logo foi submetido, não somente resistia à ação do branco causando transtornos à produção, como também sucumbia em quantidade diante da rudeza do regime de trabalho. Assim, nos meados do século XVI, Duarte

Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, já solicitava ao rei de Portugal, na sua carta de 27 de abril de 1542 o envio de mão-de-obra escrava, negra, da África, que passou a ser o elemento fundamental na lavoura canavieira, como o seria mais tarde na do café.<sup>2</sup>

Assim sendo, podemos afirmar que a Civilização Brasileira nasceu sob o signo do açúcar e da mão-de-obra escrava africana.

A quebra do monopólio português provocou a queda do preço do açúcar brasileiro, principalmente a partir de meados do século XVII com a concorrência das colônias holandesas, francesas e inglesas, situadas nas Antilhas.<sup>3</sup> Além disso, naquela época, a Colônia portuguesa estava sujeita ao Pacto Colonial, típico do Mercantilismo, devendo comerciar com o exterior e vice-versa através da intermediação da Metrópole. Nessas condições, os produtores de açúcar teriam forçosamente de aceitar as taxações impostas, quer sobre os produtos exportados, quer sobre os artigos de que tinham necessidade.<sup>4</sup>

Apesar das dificuldades da lavoura canavieira por todo o século XVIII, o preço do açúcar entra em ascensão nas primeiras décadas do século XIX. O fato é justificável até certo ponto pela “desorganização do trabalho da indústria açucareira nas colônias espanholas e inglesas, pelos desastres de S. Domingos e devido às guerras napoleônicas.”<sup>4a</sup>

Enquanto no Brasil, a produção continuava a ser feita pelo braço escravo, tornando o seu açúcar mais competitivo no mercado externo, a Inglaterra que abolira o tráfico de escravos em 1807, pressionava o Brasil no sentido de seguir o seu exemplo.

O problema da mão-de-obra escrava, nas condições brasileiras, era importante porque contribuía para uma produção a custos menores, uma vez que a economia da época era agrícola e a mão-de-obra escrava era adequada. Por outro lado, a manutenção do trabalhador era fácil, pois realizada pelos próprios escravos nas culturas de subsistência dos engenhos e fazendas. Compreende-se, assim, a luta da Inglaterra contra o sistema escravo no Brasil e em outras áreas.

De fato, numa análise de questão, Octávio Ianni escreve que “a despeito das peculiaridades de cada país, quanto à decadência do escravismo e ao andamento do processo abolicionista, é inegável que a extinção da escravatura iniciou-se no âmbito do capitalismo inglês em expansão”<sup>5</sup>. Tratando das especificidades do escravismo no Brasil e nos Estados Unidos da América do Norte o autor nota a generalização do trabalho escravo no Brasil “muito mais do que nos Estados Unidos tomados em conjunto” onde praticamente a escravidão localizou-se no Sul mas que, apesar disso, a escravidão do Sul na América do Norte, foi muito mais resistente “para ser suplantada pela formação social capitalista”. Continuando, diz Octávio Ianni: “Apesar dessas peculiaridades, é inegável que em todos os casos o

capitalismo inglês desempenhou um papel importante no conjunto do processo da abolição das formas de trabalho compulsório”.<sup>6</sup>

Por outro lado, a persistência com que a Inglaterra insiste em condenar a escravidão, após ter sido no século XVIII a principal potência participante no tráfico, demonstra suficientemente as transformações trazidas pela Revolução Industrial, bem como os interesses em jogo para a economia inglesa. Daí a Declaração das Potências, que a Inglaterra obtém para a Abolição do Tráfico de escravos, pela qual os plenipotenciários reunidos no Congresso de Viena — assinada também pelos plenipotenciários portugueses junto à Áustria, França, Grã-Bretanha, Prússia, Rússia, Suécia e Espanha — declaram “a abolição universal do tráfico dos negros como uma medida particularmente digna da sua atenção, conforme ao espírito do século e aos princípios generosos de seus Augustos Soberanos”. Contudo, no mesmo documento, apesar da Declaração conjunta, os plenipotenciários portugueses ainda conseguiram arrancar ao Congresso algumas concessões, contra os desejos da Inglaterra em relação ao comércio ilícito de escravos, afirmando que a dita declaração não deve influir no Termo que cada Potência em particular possa considerar como o mais conveniente para a abolição definitiva do Comércio dos Negros.<sup>7</sup>

Assim sendo, Portugal consegue anular até certo ponto as pressões inglesas. Mas esta continua, e, pouco depois, a 28 de julho de 1817 Palmela e Castlereagh assinam uma convenção, em Londres, que nada mais foi do que uma complementação do tratado de 28 de janeiro de 1815. Pelo tratado de 1815 concedia-se à Inglaterra o direito de ditar as providências que seriam tomadas em conjunto pelos dois países na repressão ao tráfico ao Norte do Equador. Pela convenção de 1817 ficava estabelecido o direito de visita e busca, pelos quais os dois países poderiam fiscalizar mutuamente as embarcações mercantes de ambos os países. E como a Inglaterra era a parte interessada na repressão ao tráfico, não é difícil concluir a ampliação de objetivos que obtivera. Dizia mesmo o art. 5º da referida Convenção que “as duas Altas Partes Contratantes, para melhor conseguirem o fim que se propõem de impedir todo o comércio ilícito de escravos aos seus vasos respectivos, consentem mutuamente em que os navios de guerra de ambas as Marinhas Reais possam visitar os navios mercantes de ambas as Nações, que houver motivo razoável de se suspeitar terem a bordo escravos adquiridos por um comércio ilícito. Os mesmos navios de guerra poderão, mas somente no caso em que de fato se acharem escravos a bordo, deter e levar ditos navios, a fim de os fazer julgar pelos tribunais estabelecidos para este efeito”<sup>8</sup>. Aliás, sobre este aspecto, deve-se dizer que os negros apressados pelos ingleses muitas vezes eram levados para trabalharem nas colônias das Antilhas...

Para reconhecer a Independência do Brasil, a Inglaterra fez tábula rasa sobre a questão do tráfico. Suas pretensões foram consubstan-

ciadas no Tratado de 1826, feito entre o Governo brasileiro e o Governo britânico, o qual formalizou o reconhecimento da Independência do Brasil.<sup>9</sup>

O art. 1º do Tratado de 1826, ratificado em 1827, dizia que “acabados três anos de troca das ratificações do presente tratado, não será lícito aos súditos do Império do Brasil fazer o comércio de escravos na Costa da África debaixo de qualquer pretexto, ou maneira qualquer que seja. E a continuação deste comércio, feito depois da dita época, por qualquer pessoa súdita de Sua Majestade Imperial, será considerada e tratada de pirataria”.<sup>10</sup> Assim sendo, “o comércio negreiro duraria, pois, até 13 de março de 1830, tendo sido reconhecida pelo Brasil a validade das convenções anglo-portuguesas de 1815 e 1817”.<sup>11</sup>

Dessa forma, o Brasil aceitava palavra por palavra todos os artigos e disposições dos tratados de 1815 e 1817 assinados entre Inglaterra e Portugal, portanto, ainda na fase colonial.

Não há dúvida de que se atrelava a nossa independência à Grã-Bretanha. Como afirma Alan Manchester “as questões comercial e do tráfico escravo convergiram em 1822, quando se tornaram o preço exigido pela Grã-Bretanha para reconhecer a Independência brasileira.”<sup>11a</sup>

Como “grande participante do tráfico com uma longa fé de ofício como mercadora de negros tendo posto ao seu serviço a marinha real, os seus reis e ministros, disputando aqueles contratos à França, ameaçando por eles levar a guerra à Espanha, eis que a Inglaterra, em 1807, renuncia a essas atividades, das quais fora, durante mais de um século, a maior beneficiária”.<sup>12</sup> Como entender então porque em 1807, e não antes, a Inglaterra declarava extinto o tráfico de escravos? Sabe-se que, desde meados do século XVIII, a Inglaterra passava por um processo de transformação na produção que se convencionou chamar de Revolução Industrial, e que cada vez mais ampliava as conseqüências na vida econômica mundial. Interessava-lhe, mais, depois de alguns anos, a utilização da mão-de-obra livre — criando um eventual mercado consumidor — do que a mão-de-obra escrava considerada mais barata. Inadequada, e dispensável nas condições metropolitanas das indústrias inglesas chocava-se, no entanto, com o problema, diverso, de algumas de suas colônias e de outro setor de sua economia. Assim, não foi sem luta que chegou à abolição em seus domínios tendo de vencer uma oposição interna que via na abolição do tráfico, um desastre para a produção nas colônias.

Não são poucos os historiadores que ao analisar os meados do século XIX brasileiro não se detenham no problema da abolição da mão-de-obra escrava, assunto polêmico que praticamente dominou, através do partido conservador e liberal, o cenário político do Império durante toda a segunda metade daquele século. A questão aqui, tal como na Inglaterra era na época das mais contraditórias. Num estudo recente sobre a

agricultura brasileira, a historiadora Maria Yeda Leite Linhares, afirma o seguinte: “para muitos críticos da política conservadora, a cessação do tráfico teria se constituído num verdadeiro desastre ao provocar a desarticulação da lavoura e o encarecimento dos gêneros alimentícios (...) Para os liberais, tão bem representados por Sebastião Ferreira Soares, a produção agrícola não havia sido afetada pela “cessação do nefando comércio” já que a produção de todos os gêneros continuava a crescer. A causa real da carestia residia no fato de que os capitais disponíveis a partir da cessação do tráfico se reuniram em “associações” de crédito (...) e com maior ênfase passaram a constituir verdadeiros monopólios que controlavam o comércio de gêneros alimentícios...”<sup>13</sup>

A historiadora Célia Freire, detendo-se também na questão, afirma que “a conservação da mão-de-obra existente em regime de trabalho escravo, significava não só a preservação dos padrões sócio-econômicos como dos psico-mentais consagrados (...) Assim não era de admirar o alarme que causavam as idéias emancipacionistas...”<sup>14</sup>

Na Inglaterra, batalhavam pela abolição Thomas Clarkson, William Wilberforce e principalmente os negociantes de Bristol e Liverpool que no século XVIII (1778) apresentaram reivindicações ao Parlamento no sentido de abolir o tráfico. Nesse período chega-se mesmo a pedir ao Duque de York a supressão do uso de açúcar já que este estava intimamente ligado ao trabalho escravo, visando com isso, indiretamente, abolir o tráfico. Venceu este grupo com a abolição do tráfico em 1º de janeiro de 1808, dando cumprimento a um ato de fevereiro de 1807.

A questão da perseguição ao tráfico negreiro pela Inglaterra, está assim intimamente ligada à “situação das Índias Ocidentais” cuja situação foi agravada pelo fato de que a produção excedia ao consumo interno. Esse excedente, estimado em 25%, tinha de ser vendido nos mercados europeus em concorrência com o açúcar brasileiro ou cubano mais barato. Isso só podia ser feito com subsídios e subvenções. E assim, os plantadores das Índias Ocidentais estavam, de fato, sendo pagos para que pudessem competir com alguns dos melhores fregueses da Grã-Bretanha”<sup>15</sup>

Assim, a política externa britânica passa a insistir na instituição do trabalho livre, desencadeando, uma verdadeira batalha contra o tráfico, bem como uma política protecionista à produção agrícola de suas colônias. Tanto mais que sabia da impossibilidade de alguns dos principais concorrentes de suas colônias poderem modificar em curto prazo a estrutura de suas produções. Com efeito, sobre o assunto é interessante observar-se o que diz Eric Williams a respeito dos plantadores de cana das Índias Ocidentais: “as vantagens superiores de seus concorrentes tornavam a competição e a tarefa protecionista indispensável à sua própria defesa (...) No caso do Brasil, alegavam a facilidade com que os brasileiros podiam

arranjar trabalhadores para seu solo fértil. Fosse qual fosse a situação dessas colônias, o refrão deles era o mesmo, proteção (...)”<sup>15a</sup>

No fundo a Inglaterra orientava sua política externa no sentido de encarecer a mão-de-obra escrava tornando-a de tal forma anti-econômica que a opção teria de ser a mão-de-obra livre.

É claro que em bases iguais a Inglaterra só poderia levar vantagem. Segundo Olga Pantaleão “as leis inglesas haviam abolido o tráfico para as possessões nas Antilhas, todas elas dedicadas à produção do açúcar. Em consequência disto, previa-se uma diminuição da mão-de-obra e um encarecimento da produção. A conservação do tráfico pelo Brasil permitiria ao açúcar brasileiro manter preços mais baixos e isso poderia dar-lhe superioridade no mercado europeu.”<sup>16</sup>

O processo da abolição do tráfico de escravos como sabemos, ultrapassa a fase colonial, para culminar em 1850, com a lei Eusébio de Queirós. Tentou-se por todos os meios protelar os acordos, tratados e convenções assinados desde a fase colonial, e a questão se arrastou pelo Brasil independente a dentro, pois temia-se a escassez de mão-de-obra, justamente no momento em que a lavoura cafeeira, baseada também no braço escravo estava em plena expansão.

Segundo Célia Freire “a data de 1850 assinala o estancamento da fonte africana, quando não era mais possível o adiamento da solução do problema de substituição do braço escravo, (...). A escravidão, estava, pois, condenada, e sua conservação seria apenas o adiamento da questão”.<sup>17</sup>

Enfatizando a questão diz Maria Bárbara Levy, “cortada a fonte de fornecimento de estoques de mão-de-obra africana, a população escrava, vinte anos depois, estava envelhecida. Como o crescimento vegetativo desta parte da população era negativo afigurava-se um quadro de carência de força de trabalho”.<sup>18</sup>

A população escrava estava envelhecida, e sobretudo, asfixiada agora com a Abolição do Tráfico, principal fator de reprodução dessa mão-de-obra. Logo, será precário o quadro da força de trabalho escravo após a Lei Eusébio de 1850, razão inclusive, que força o cafeicultor a buscar, de um lado, soluções internas, ao adquirir do Norte a mão-de-obra que lhe falta, e de outro lado, soluções externas, na medida em que forçava uma política de imigrantismo junto ao Governo Central.

O problema da mão-de-obra na lavoura, mostra o fazendeiro brasileiro, tal como o das Antilhas, procurando de preferência adquirir escravos homens ao invés de mulheres; daí não ser suficiente “a procriação de escravos no país (...) sendo necessário um incessante afluxo do exterior para preencher as lacunas; (...). Na busca de soluções para as províncias centrais entre Bahia e S. Paulo, compram os escravos das províncias do Norte, mais pobres”.<sup>19</sup>

Portanto, 1850 é o divisor de águas para o problema da escravatura no Brasil, que de maneira gradual vai sendo extinta quer pela legislação adotada, quer pelos costumes maus tratados impostos ao escravo. Calógeras analisando o problema observa que “a morte, as emancipações, as fugas atacavam todos os dias sem cessar o bloco servil, cujo esfacelamento se processava mais depressa do que se havia a princípio suposto”.<sup>20</sup>

A Abolição do Tráfico e a expansão acentuada da lavoura cafeeira nas províncias do Rio de Janeiro, Minas, Espírito Santo, e sobretudo, São Paulo, fazem com que os cafeicultores impossibilitados de importar escravos da África, mandem buscá-los no Norte e Nordeste, cujo comércio interprovincial não raras vezes será objeto de discussões nas Assembléias Provinciais e no Parlamento do Império.

Com relação a Pernambuco, este dispunha até 1822 da ordem de 97.633 escravos atingindo em 1867 a casa dos 250.000 quase triplicando.<sup>21</sup> Em 1873 o número de braços desce para 106.236 escravos, e em 1885 para 84.700,<sup>22</sup> o que está em desacordo com a informação do Presidente da Província que em 1880, tratando da classificação de escravos, para efeito da distribuição do fundo de emancipação, informa que o número da população escrava nos municípios da Província é de 91.992.<sup>23</sup> Isto talvez se explique pelo fato de que quanto maior fosse o número de escravos declarados, maior seria o fundo a receber do Governo Central.

Em 1887, Pernambuco possuía, de acordo com o Relatório do Presidente da Província de 27 de outubro daquele ano, 41.122 escravos de ambos os sexos e 259 liberados e arrolados.<sup>24</sup> Na idade de 60 a 100 anos, existiam em Pernambuco, em 1º de janeiro de 1885, cerca de 7.260 escravos.<sup>25</sup> Houve, assim, na Província, entre 1867 e 1887 um decréscimo da mão-de-obra servil em torno de 83,5%.

A Província de São Paulo que até 1822 dispunha de 77.667 escravos, passa, em 1854, para 117.731; em 1872, o número é de 156.612; em 1876, 168.950, atingindo em 1883 a casa dos 174.622 escravos matriculados.<sup>26</sup> Houve assim, um aumento da população escrava em São Paulo, entre 1822 e 1883, da ordem de 120% evidenciando o acentuado crescimento da lavoura cafeeira. Deve-se, contudo, atentar para o fato de que os números relativos à população escrava, sobretudo, até 1872, estão a merecer um estudo mais completo, pois, como se sabe, trata-se de um período pré-estatístico.

Assim, boa parcela dessa população, a menos é óbvio das manumissões e dos fatores que atuavam costumeiramente no seu desaparecimento, teria vindo do Norte e Nordeste para as províncias do Centro-Sul, conforme se vê pelas informações constantes do relatório do Diretor Geral de Estatística, Conselheiro Manoel Francisco Correia,

que tratando da diminuição da população escrava nas várias províncias do Norte e Nordeste afirma: “comparando a diminuição que soffreo essa população, nas diferentes províncias, com o número de óbitos e manumissões que ocorrerão no mesmo tempo, reconhece-se que sairão do Maranhão 2.603 escravos; de Pernambuco 1.703; de Alagoas 1.125; de Sergipe 2.782; de Sta. Catarina 104; de Minas Gerais 2.753; e de Goiás 578; e entrarão para o Pará 223; para o Espírito Santo 523; para o Rio de Janeiro 11.927; para São Paulo 13.784; para o Paraná 287; para o Rio Grande do Sul 4.259 e para Mato Grosso 430”;<sup>27</sup> e pela descrição que a seguir fazemos, só no decênio de 1855 a 1864, foram exportados de Pernambuco, 4.123 escravos.

“Ano financeiro de	1855 a 1856	33
Idem .....	1856 a 1857	145
Idem .....	1857 a 1858	5
Idem .....	1858 a 1859	2
Idem .....	1859 a 1860	139
Idem .....	1860 a 1861	950
Idem .....	1861 a 1862	1016
Idem .....	1862 a 1863	516
Idem .....	1863 a 1864	1033
Idem .....	1864 a 1865	285
		<u>4123,</u>

cujo resultado fornece um termo médio de exportação no decênio, de 400 escravos anualmente”.<sup>28</sup>

Por outro lado, os dados referentes ao crescimento da população escrava em Pernambuco entre 1822 e 1867, demonstram que até então os grandes proprietários ainda mantinham uma posição de relevo dentro do Império. Tanto assim, que “continuava a supremacia do Norte do Brasil na produção dos artigos de exportação, enquanto a Província de São Paulo começava seu notável desenvolvimento”.<sup>29</sup> É a partir daí que observa-se o declínio da lavoura canavieira, acompanhado de insistentes pedidos de ajuda ao Governo central.

Enquanto o Sul, além do escravo, recorria à fonte alternativa de mão-de-obra livre representada pelo imigrante europeu, o Norte em dificuldades, passou a utilizar o braço livre nacional, relativamente abundante, tanto na área canavieira, como nas regiões semi-áridas a Oeste.<sup>30</sup>

Pode-se dizer quase sem receio de errar que se estabeleceu entre as duas grandes regiões, uma atitude diversa quanto ao regime de trabalho, que irá provocar sérias controvérsias no Parlamento do Império, não só quanto a Abolição total do uso da mão-de-obra escrava no país, como também contra o comércio interprovincial. Serão duas posições pra-

ticamente antagônicas, em que não raras vezes levanta-se o problema de uma possível ruptura da unidade nacional, pondo assim em risco a integridade do Império, que segundo a bancada sulista na Câmara dos Deputados, não poderia ser obtida à custa da abolição do tráfico interprovincial. De fato, os representantes das províncias do Sul dizem apreciar “a integridade deste vasto país mas não tanto que, para conservá-la queiramos tolerar a liquidação geral das fortunas e a destruição violenta da propriedade escrava, para que tanto têm concorrido as grandes remessas, que nos tem feito as províncias do Norte, de escravos, que nos vendem por avultada soma”.<sup>31</sup>

Por outro lado, tudo o que se referisse a questão escrava no Brasil, era do interesse da Inglaterra. Nesse sentido não são poucas as pressões exercidas sobre os nossos homens públicos.

Assim sendo, em 1857, Mr. Scarlett, empenhava-se com Paranhos para que procurasse um meio de resolver o problema da mão-de-obra servil; Paranhos, por sua vez, dirigia-se a Nabuco “não podemos fazer alguma coisa em nosso próprio interesse, visto que o Norte vai ficando sem braços, e que ao mesmo tempo nos livre dessas importunações do Foreign Office? O tráfico, meu caro colega, há de ser por muito tempo a alavanca inglesa contra nós. Tiremos a essa alavanca o maior número de pontos de apoio que nos for possível tirar”<sup>32</sup>. Assim, de um só golpe Paranhos tentava resolver o problema. Primeiro, porque fazendo ver que “o Norte vai ficando sem braços”, apontava a necessidade de promover o trabalho livre; e segundo, na medida em que se caminhasse nessa direção, afastaríamos as importunações do Foreign Office.

A sugestão de Paranhos trazia no seu bojo as idéias contidas no Projeto de 1854 de J. M. Wanderley, Barão de Cotegipe, de que trataremos mais adiante, Wanderley, apontava que a colonização do Sul estava sendo enormemente dificultada devido ao mercado de escravos do Norte; isto poderia acabar gerando um antagonismo político entre as duas grandes regiões, semelhante ao que ocorrera nos Estados Unidos da América do Norte: “a consequência de uma mudança radical nas condições das províncias será o antagonismo político entre as províncias do Sul e as províncias do Norte, porque estas, logo que não tiverem escravos, se empenharão para que os não haja no Sul, as províncias do Sul quererão o contrário, e veríamos saltar deste choque de interesse entre nós os mesmos perigos que têm ameaçado a união dos Estados Unidos da América”<sup>33</sup>

Dai porque detendo-se no assunto, Joaquim Nabuco, acreditava que talvez Sir Henry Howward estivesse se referindo a J. M. Wanderley quando escrevia a Lorde Clarendon que “um dos homens públicos mais distintos do Brasil lhe dissera que a primeira coisa a fazer era parar o transporte de escravos de uma província para outra, removê-los das cidades para o interior e ligá-los à gleba, preparando assim o caminho para a emancipação”.<sup>34</sup>

É de ver, portanto, que tudo caminhava no sentido de uma ordem conjuntural existente. De um lado, a Inglaterra querendo expandir seus mercados fazia seus investimentos no Brasil índice, aliás, da expansão do capitalismo financeiro, levado “a procurar investimento no exterior e a encaminhá-los principalmente, para países “atrasados”, onde podiam ser realizados lucros mais altos”.<sup>35</sup> Frédéric Mauro analisando a questão diz que até 1870 “os investimentos europeus, resumiam-se nos pequenos grupos capitalistas especializados”, mas que “depois todo mundo empresta ao estrangeiro”; explicando o motivo, diz que na Europa as taxas de juros estão baixas, atingindo o teto de 3% e que “ao contrário, fora da Europa pode-se emprestar a 5,6 e até 7%”.<sup>36</sup>

De fato, eram dessa ordem os juros pagos pelos investimentos estrangeiros. No caso de Pernambuco, toda a implantação incluindo materiais, mão-de-obra para a instalação de estradas de ferro foram importadas da Inglaterra, tendo inclusive ingleses à frente da administração. São, geralmente, companhias organizadas em Londres, como é o caso da Recife and São Francisco Railway, que receberam dos cofres públicos do país garantias de juros de 5 a 7%.<sup>37</sup>

Tais investimentos não se limitaram apenas às estradas de ferro. A região do Recife era local de especial interesse para os britânicos. Não só por mais de meio século suas transações comerciais foram feitas por ali, como também companhias telegráficas, a Western Brazilian Submarine, bancos, linhas regulares de vapor, luz, gás e a rede de esgotos estavam nas suas mãos, “muitos milhões de libras estavam investidos aí. As linhas de bondes pertenciam aos britânicos e eram operadas por eles”.<sup>38</sup>

Essa situação, aliás, não era uma exclusividade de Pernambuco, repetia-se em todas as grandes cidades do Brasil. Sendo assim, não era de admirar o esforço em que se empenhava a Inglaterra em inserir o Brasil no sistema capitalista mundial, numa situação de dependência, ao qual fôramos praticamente atrelados com a Abertura dos Portos. Tratava-se, na verdade, no caso da abolição da escravatura, de exigir do Brasil, a “retribuição” para os investimentos feitos, e ao mesmo tempo, impedir ou dificultar, um desenvolvimento maior do surto industrial que aqui se iniciara com a Abolição do Tráfico, reforçando para si o mercado dos manufaturados.

Do ponto de vista da dinâmica interna conjuntural, temos a lavoura cafeeira do Centro-Sul em acentuada expansão; grande lavoura, que a exemplo da canaveira, exigia um emprego enorme de mão-de-obra. Esta começa a ser atraída do Norte, pelo Sul na tentativa de suprir a carência de braços que a cessação do tráfico acarretara. Portanto, se do lado inglês o objetivo, em decorrência da conjuntura mundial existente, concentrava-se em forçar o abandono total do trabalho escravo, do outro lado, há um esforço do cafeeicultor, no sentido de manter e até reforçar o **statu quo** ocupando o braço escravo disponível no país.

Não são raros os casos de apreensão de barcos conduzindo escravos das províncias do Norte para o Sul; esses casos, são geralmente trazidos para discussões no Parlamento do Império, onde o deputado afirmando sempre ser um adepto fervoroso da abolição, acaba propenso à continuação do regime servil no país. As sessões do Parlamento são ricas a esse respeito. Na de 11 de junho de 1851, o deputado Benevenuto Augusto de Magalhães Taques baiano, a respeito do processo contra a embarcação Maria-Até-Ver suspeita de estar sendo empregada no tráfico ilícito, diz que: “eu também tenho algum horror ao tráfico, o meu coração nunca foi tão favorável ao tráfico, porém entendo que se deve ter alguma atenção para com as circunstâncias do país; creio que não é possível fazer grandes mudanças de chofre, devemos ainda aqui imitar a natureza, que obra gradualmente em tudo”.<sup>39</sup> O deputado, apesar da influência das idéias liberais, de que é tocado, deixa transparecer o que no país há de mais profundo, a estrutura econômico-social herança do Brasil colônia.

Na sessão de 26 de julho de 1851, é a vez das discussões sobre o apressamento pelos ingleses do brigue Piratinim, com escravos despachados pela polícia da Bahia para um porto do Império. Assim, dava-se conta de que “um lavrador abastado da província de São Paulo, presidente (sic) na cidade de Jacarey, tendo necessidade de reforçar a sua lavoura, veio à Corte procurar escravos ladinos para comprar; e não achando aqui suficiente sortimento, ou talvez não os achando por preço razoável, dirigiu-se ao mercado da Bahia, donde teve notícias taes que o induzirão a crer que ali faria uma especulação mais vantajosa”.<sup>40</sup>

O envolvimento das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, na compra de escravos do Norte é algo que vai se acentuando com o transcorrer do tempo. Com freqüência cada vez maior discute-se na Câmara a questão do tráfico interprovincial. Não iremos aqui reproduzir todas essas discussões; basta que se consulte os Annaes do Parlamento Brasileiro para daí certificar-se que as discussões mais calorosas prendem-se ao problema da mão-de-obra escrava.

Na sessão de 11 de agosto de 1854 foram apresentados dois projetos de autoria de João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe, tratando da questão escrava. Pelo primeiro ficava “proibido o commercio e transporte de escravos de uma para outras províncias do império”, exceptuando-se os que “viajassem em companhia dos respectivos senhores, em número marcado em regulamento do governo”.<sup>41</sup> O segundo tratava da alimentação do escravo velho alforriado.

Como pelo primeiro projeto só ficavam à margem da proibição do tráfico, os escravos que viajavam com seus senhores, os parlamentares viam aí uma brecha para a interferência inglesa, já que o projeto subordinava o tráfico às mesmas penas da lei Eusébio de Queiroz. Daí a intervenção de Silveira da Motta que de maneira calorosa defendia, do ponto de vista

jurídico, o direito de propriedade, a livre disposição dela; do ponto de vista econômico, não via nenhum benefício, pelo contrário, acreditava que o braço escravo devia ser empregado na indústria de maior rentabilidade e que “nas províncias onde a cultura da cana dá menos renda que a cultura do café, quando os braços escravos diminuírem e não forem substituídos o que se seguirá é que os salários correspondentes aos braços escravos crescerão”.<sup>42</sup> Sob o aspecto político, via graves conseqüências para o Império, pois o projeto equiparava o transporte interprovincial de escravos com o contrabando africano, e sujeito a severas sanções pela lei Eusébio de Queiroz de 1850, não sendo difícil uma interferência, como já dissemos, por parte da Inglaterra. Não só não via meios de impedir o tráfico por mar, como achava impossível uma fiscalização por terra dado a imensa vastidão territorial brasileira. Do ponto de vista moral do projeto, não via, por exemplo, como impedir a separação dos membros da família escrava, acreditando que o projeto nada iria resolver, uma vez que os escravos podiam ser vendidos de um para outro município sem nenhuma restrição, “pois senhores, um escravo que é vendido na capital da Bahia e conduzido para o Rio de São Francisco, lá para esses confins, limites com a província de Minas, têm mais alguma esperança de ver a seu pai, a sua mãe ou a sua mulher que deixara na cidade da Bahia ?”<sup>43</sup>

Esses e outros documentos fornecem as dimensões da crise do trabalho escravo no Brasil, de tal sorte que as províncias que tinham seus produtos tradicionais em baixa, as setentrionais principalmente, podiam ter como certo os mercados sulistas — com produtos em alta — para a mão-de-obra escrava disponível. Com efeito, Paul Singer abordando a questão da mão-de-obra no fim do século XIX diz que “a mão-de-obra utilizada nos canaviais do Norte foi (...) fortemente atraída para o Sul devido à melhoria da rentabilidade dos cafezais” e que nem todos os esforços “dos governos das províncias, criando elevados impostos sobre a movimentação da mão-de-obra cativa, foi suficiente para impedi-la”.<sup>44</sup>

O projeto Wanderley apesar do apoio da bancada nortista, sobretudo das zonas açucareiras, não foi aprovado, devido principalmente à oposição das províncias cafeicultoras, que viam, conforme já salientamos, inúmeros inconvenientes, entre eles, a violação do direito de propriedade.

Se anteriormente ao projeto Wanderley havia protestos da grande lavoura nortista contra o tráfico interprovincial, pode-se dizer que a partir daí há um desinteresse que vai se acentuando aos poucos. Isto fica evidente na década de 1870 quando os deputados do Sul se agitam no sentido de abolir o tráfico interprovincial e os do Norte permanecem numa atitude de quase indiferença. É que para o Norte o problema agora não o afeta muito tendo em vista uma lavoura em declínio. Além do mais, o tráfico da mão-de-obra, devido à oferta inelástica de capitais, principalmente durante a crise de meados de 1870, representa uma fonte de recursos para

fazer frente às perdas advindas de uma má safra, de uma queda de preços ou do incremento da taxa de juros.<sup>45</sup> Sobre o assunto, nas sessões da Câmara dos Deputados de 25 a 30 de agosto de 1854, o Deputado Viriato depõe contra o projeto Wanderley afirmando que quando estivesse convencido de que, o escravo não era uma propriedade, os seus argumentos não teriam aplicação; defendendo a situação vigente diz que “desde que o preço dos escravos principiou a subir pela maior procura deles no Sul do Brasil os valores de grande porção da riqueza pública do Norte dobrarão. O escravo que era vendido por 500\$ chegou ao preço de 1.000\$”.<sup>46</sup>

Essa a grande questão a envolver o parlamentar do Império, fosse ele um conservador, fosse um liberal e muitas vezes porta voz dos interesses agrários. Não poucas vezes, Tavares Bastos, liberal confesso, da tribuna da Câmara pregava a necessidade da imigração como solução possível para a crise da mão-de-obra.

Dentro do processo emancipacionista, Pernambuco, a exemplo de outras regiões brasileiras, também teve pela frente inúmeros fatores que dificultaram o ritmo da sua produção; sem contar a legislação imposta, de precária execução é certo, há que se contar as enfermidades epidêmicas. A de cólera que assolou Pernambuco em 1855/56 matou cerca de 3.000 indivíduos, entre estes, grande quantidade de escravos; a febre amarela, no princípio da década de 1860 junto com a cólera, fez do escravo sua primeira vítima, decorrência, aliás, da debilidade desta população fruto dos maus tratos, da falta de higiene das senzalas, da alimentação insuficiente e precária, sem contar os precários conhecimentos médicos, o desgaste físico pelas condições penosas de trabalho a que era submetida. Haja vista para o uso das máscaras de latão ou folha de flandres “que os escravos dados ao vício de bebida ou ao hábito de comer terra (conseqüência da verminose) eram obrigados a usar”.<sup>47</sup>

Em 1871 e 1873 novamente outro surto de febre amarela; em 1878 e 1879 a varíola e a seca dizimaram a população desta vez cerca de 2.500 vítimas ao todo, ressurgindo em fins de 1880 quando liquidou 2:500 indivíduos só no Recife.<sup>48</sup>

Pode-se avaliar, embora sem poder precisar, o impacto causado por essas epidemias sobre a produtividade escrava. Haveria necessidade, para um cálculo mais aproximado, que se possuísse estatísticas completas do número de escravos, dos que eram alforriados, dos que eram exportados para outras províncias ou mesmo daqueles que deixaram Pernambuco em companhia dos seus senhores. Para o ano de 1872 a Diretoria Geral de Estatística registrou o número de 93.496 escravos. Octávio de Freitas acredita que entre 1850 a 1873 a população escrava sofria uma redução por ano de 3.413 vidas.<sup>49</sup>

Além disso, as alforrias e as emancipações representavam outro tanto na redução da população escrava. De acordo com a legislação brasi-

leira, em determinadas circunstâncias, o escravo poderia tornar-se livre. Assim, o decreto nº 1303, de 28 de setembro de 1853 declarava que os africanos livres, cujos serviços fossem arrendados por particulares, ficavam emancipados depois de quatorze anos, quando o requeressem; o decreto nº 3.310, de 24 de setembro de 1864, concede emancipação a todos os africanos livres existentes no Império do Brasil. Aqui é preciso abrir-se um parêntese para lembrar da existência da Guerra do Paraguai para onde o negro não só era enviado, como formava o maior contingente de nossas tropas...

O decreto instituía uma liberdade que como tal, era de direito, mas o que persistiu subjacente a ele, de fato, foi a escravidão. Estão aí os documentos passíveis de serem explorados, reveladores das penosas e difíceis tramitações, que a lei impunha para que o escravo conseguisse o fim almejado. Enfim, tudo isso fazia parte de uma sociedade, onde o açoite e a palmatória constituíam pena disciplinar comum, reconhecida e autorizada pela própria legislação. Onde açoitados eram os soldados e os marinheiros quando incorriam em certas faltas. Onde o homem livre que caía no desagrado do senhor, ou o desacatava, sofria, muitas vezes, os efeitos do rebenque. Onde "a sociedade estava organizada em função do domínio e da prepotência do pai sobre o filho, do marido sobre a mulher, do senhor sobre o escravo, das autoridades sobre o povo".<sup>50</sup>

Por outro lado, nem sempre as alforrias concedidas eram sinônimo de generosidade. Muitas vezes, a libertação significava a dispensa do senhor de sustentar escravos velhos e doentes. E à medida que avançava a campanha abolicionista, elas foram se tornando cada vez mais frequentes. No caso de Pernambuco, só nos primeiros quatro meses que antecederam a Abolição, foram registradas pela imprensa 700 alforrias.<sup>51</sup>

Da mesma forma que no Centro-Sul, as fugas favorecidas pelos abolicionistas de Pernambuco e pela polícia, no apogeu da crise, representavam outra forma de desfalque da mão-de-obra escrava. Há mesmo quem afirme terem sido elas um fator a apressar a Abolição.

Outro fator a influir no processo abolicionista como um todo, foi o das sociedades abolicionistas. Entre os grupos que trabalhavam em prol da campanha, destaca-se, em Pernambuco, a Associação de Socorros Mútuos e Lenta Emancipação dos Cativos, fundada em 1859 pelo Bispo de Recife, João da Purificação Marques Perdigão, e que só pelo título evidencia o desejo de uma lenta abolição. Há também a participação do grupo estudantil. Assim, em 1860 é criada a Associação Acadêmica Promotora da Remissão dos Cativos. Em 1867 é a vez de um grupo baiano, composto de estudantes da Faculdade de Direito do Recife, fundar a Sociedade Patriótica 2 de Julho. Porém, essas associações tiveram fôlego curto. Outros grupos vieram substituir-lhes; e em 1872 outras cinco foram fundadas. Por volta de 1884 totalizaram 21 organizações atuando principalmente no Recife.<sup>52</sup>

Tais grupos pregavam costumeiramente em praça pública muitas vezes comprando alforrias, noutras, invadiam as senzalas e libertavam os escravos; doutras, facilitavam-lhes a fuga e noutras provocavam revoltas contra os senhores. Grupo mais ativo no processo foi o que ficou conhecido por Clube do Cupim, que dedicava-se à libertação dos escravos por todos os meios.<sup>53</sup>

Entre outras formas de agir, do Clube, estava a adoção de nomes de guerra ( das vinte províncias do Brasil ), já que vinte eram os sócios efetivos mantendo em segredo suas verdadeiras identidades; invadiam as senzalas, burlavam as autoridades, usando muitas vezes disfarces, vestindo os negros de "marinheiros da armada, de soldados de polícia, de pacatos operários e assim iam escoltados por uma invisível alcatea de cupins"<sup>54</sup> despachando os escravos para o norte e principalmente para o Ceará onde a Abolição havia se dado em 1884.

O fato é que o processo da Abolição caminhava a olhos vistos; desintegrava-se o trabalho escravo secular; abolição tardia, sofrida, quando já não era mais possível manter o **statu quo**. Avançava uma nova forma de relação de trabalho que se esboçara no período colonial, tomara certa forma no Império, e que agora surgia no início deste século, de forma inequívoca, o trabalho livre assalariado, no qual se destaca o papel desempenhado pelo imigrante europeu.

## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) Célia Freire d'Aquino Fonseca — *A Economia Européia e a Colonização do Brasil*, p. 191.

(1a) Alan K. Manchester — *Preeminência Inglesa no Brasil*, p. 147.

(2) Documentos para a História do Nordeste *Cartas de Duarte Coelho a El-Rey*. (reprodução facsimilar, leitura paleográfica e versão moderna anotada por José Antônio Gonçalves de Melo e Cleonir Xavier de Albuquerque) p. 33.

(3) Ver sobre o assunto, Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*; Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil* e Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil* : ( 1500 a 1820 ).

(4) Roberto Simonsen faz, sobre o assunto, um bom apanhado no seu estudo acima, pp. 389-390.

(4a) Gileno de Carli — *O Açúcar na Formação Econômica do Brasil* — p. 19.

(5) Octávio Ianni — *Escravidão e Racismo*, p. 22.

(6) *Ibidem* p. 22.

(7) Anexo XV ao Ato Final do Congresso de Viena in *Coleção de Tratados*, V, pp. 195-199.

(8) *Idem* pp. 324-339.

(9) Emília Viotti da Costa — *Da Senzala à Colônia*, p. 15.

(10) Antonio Pereira Pinto — *Apontamentos para o Direito Internacional ou Coleção Completa dos Tratados Celebrados pelo Brasil com diferentes Nações Estrangeiras*, 4 vols. ( Rio, 1864-1869 ).

(11) Olga Pantaleão — "O Reconhecimento do Império" in *História Geral da Civilização Brasileira* (dir) Sérgio Buarque de Holanda, Tomo II, 1º vol., p. 358.

(11a) Alan K. Manchester — ob. p. 165.

- (12) Maurício Goulart — **A escravidão Africana no Brasil**, p. 227.
- (13) Maria Yedda Leite Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva — **História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias**, p. 35.
- (14) Célia Freire d'Aquino Fonseca — O Brasil Oitocentista e a Abolição ( Estruturas, população e abolição ) in **Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**, 69, Goiânia, 1971 Anais, SP ( Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas ) da Universidade de São Paulo, 1973, vol. 1, p. 742.
- (15) Eric Williams — **Capitalismo e Escravidão**, p. 170.
- (16) Olga Pantaleão, 1oc. cit., p. 344.
- (17) Célia Freire d'Aquino Fonseca — 1oc. cit., p. 742.
- (18) Maria Bárbara Levy — **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**, p. 95.
- (19) Gottfried Heinrich Handelmann — **História do Brasil**, Tomo II, pp. 340-343.
- (20) João Pandiá Calógeras — **A Política Monetária do Brasil**, pp. 169-170. Koster referindo-se a um engenho que visitara nos incios do século XIX, observou que uma propriedade que fora adquirida com sessenta escravos fortes, quinze anos mais tarde reduzia-se a quatro ou cinco, dizendo que uns fugiram, outros morreram só Deus sabe como, e outros suicidaram-se à vista da casa senhorial, **Viagens ao Nordeste do Brasil**, p. 210.
- (21) Afonso de E. Taunay — **Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil Colonial**, p. 675; Alfredo Gomes **Achegas para a História do Tráfico Africano no Brasil Aspectos Numéricos** in Anais do IV Congresso de História Nacional, V, pp. 41-49, Célia Freire d'Aquino Fonseca, 1oc. cit., p. 748.
- (22) Alfredo Gomes — 1oc. cit., p. 33.
- (23) Relatório do Presidente da Província de Pernambuco Dr. Adelino de Luna Freire, do dia 28-06-1880.
- (24) Relatório do Presidente da Província de Pernambuco D. Pedro Vicente de Azevedo, do dia 27-10-1887.
- (25) Alfredo Gomes — 1oc. cit., p. 33.
- (26) Para os anos de 1822 e 1883 veja-se Alfredo Gomes, 1oc. cit., pp. 33-49 e Célia Freire d'Aquino Fonseca 1oc. cit., p. 748; para 1854, 1872 e 1876, Emília Viotti da Costa, **Da Senzala à Colônia**, p. 189 que afirma tratar-se de um período de grande importação de escravos do Nordeste, registrando-se um aumento de 43%. Veja-se também para 1872 e 1876, Relatório dos Trabalhos Estatísticos apresentados ao Dr. Carlos Leôncio de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império pelo Diretor Geral Conselheiro Manoel Francisco Correa em 20-11-1878. DITO Relatório atribui para o ano de 1872, 169.964 escravos e para 1876, 168.950.
- (27) Afonso de E. Taunay — **Pequena História do Café no Brasil**, p. 52 veja-se também o Relatório acima, p. 120; Alfredo Gomes, 1oc. cit., p. 33; Rui Guilherme Granziera, **Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil**, p. 15.
- (28) Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, do dia 19-3-1866, p. 60.
- (29) Alan K. Manchester — ob. cit., pp. 270-271.
- (30) Evaldo Cabral de Mello — O Norte, o Sul e a Proibição do Tráfico Interprovincial de Escravos in **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco**, 51, p. 313.
- (31) Câmara dos Deputados — **Anaes do Parlamento Brasileiro** — sessão de 8-03-1879, Tomo III, p. 312. Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1879.
- (32) Joaquim Nabuco — **Um Estadista do Império**, p. 209.
- (33) Câmara dos Deputados — **Anaes do Parlamento Brasileiro** — sessão de 01-09-1854, Tomo IV, p. 348. Rio de Janeiro, Typ. H. J. Pinto, 1876, Joaquim Nabuco, ob. cit., pp. 209-210.
- (34) Joaquim Nabuco — op. cit., p. 210.

- (35) Pierre Renouvin e J. B. Duroselle — **Introdução à História das Relações Internacionais**, p. 64.
- (36) Frédéric Mauro — **História Econômica Mundial (1790-1970)**, p. 214. Veja-se também, entre outros, Octávio Ianni, ob. cit., p. 25; Paul Singer, **O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional (1889-1930)** in **História Geral da Civilização Brasileira** (dir) Sérgio B. Holanda, Tomo III, 1º vol., p. 348 e segs.
- (37) Liberato de Castro Carreira — **História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil**, Tomo II, pp. 786-788.
- (38) Alan K. Manchester — ob. cit., pp. 276-277.
- (39) Câmara dos Deputados — **Annaes do Parlamento Brasileiro** — sessão do dia 11-06-1851. Tomo I, pp. 450-451. Sobre o contrabando de escravos para São Paulo, veja-se, entre outros, o estudo de Ana Maria Boccia e Eneida Malerbi, "O Contrabando de Escravos para São Paulo" in **Revista de História**, USP, São Paulo, LVI, (112): 321-374, outubro-dezembro, 1977. Veja-se ainda Câmara dos Deputados, **Annaes do Parlamento Brasileiro** — sessão de 7-06-1852, Tomo I, p. 200. Rio de Janeiro, Typ. de H. J. Pinto, 1877; Idem sessão de 12-07-1852 pp. 174 e segs.; Idem sessão de 13-07-1852 pp. 241 e segs. Nestas sessões discute-se a proposta referente à concessão da verba para o Ministério da Marinha no valor de 800.000\$000 para o combate ao tráfico de escravos no litoral brasileiro. Na sessão de 23-08-1852, Tomo II, p. 698 é aprovada a proposta.
- (40) Câmara dos Deputados — **Annaes do Parlamento Brasileiro** — sessão de 26-07-1851, pp. 319-320-321 e segs. As discussões contra as ações dos cruzeiros ingleses no aprisionamento do brigue Piratinim continuam nas sessões de 9-08-1851, pp. 524 e segs, idem sessão de 4-06-1852, Tomo I, pp. 172-173. Na sessão de 17-05-1853 p. 219 discute-se a propósito do desembarque de africanos em Bananal ou Bracuhy, Tomol; veja-se ainda Sérgio Buarque de Holanda **Rafzes do Brasil**, pp. 41 e segs.
- (41) Câmara dos Deputados — **Annaes**, sessão de 11-08-1854, p. 124. Veja-se também sobre o debate em torno do projeto Wanderley, Wanderley Pinho: **Cotagipe e seu Tempo**.
- (42) Câmara dos Deputados — **Annaes**, sessão de 22-08-1854, pp. 243-244.
- (43) Idem acima, pp. 244-247.
- (44) Paul Singer — 1oc. cit., p. 355.
- (45) Câmara dos Deputados — **Annaes**, sessão de 2-9-1874, Tomo V, p. 43, Evaldo Cabral de Mello, 1oc. cit., pp. 314-415.
- (46) Câmara dos Deputados — **Annaes**, sessão de 25-08-1854, p. 274 e segs. Idem sessão de 30-08-1854 p. 312; Gilberto Leite de Barros, **A Cidade e o Planalto**, Tomo I, p. 196 afirma que "nos anos imediatos à proibição do tráfico negreiro, negociava-se um escravo jovem, grandalhão e sacudido, em São Paulo, na base de 1 e até 2 contos de réis, preço exorbitante...". Rui Guilherme Granziera, chega mesmo a afirmar que o comércio ilícito representava um importante movimento de especulação, uma verdadeira mina de ouro para os comerciantes de escravos, **A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil**, p. 314.
- (47) Emílio Viotti da Costa — "O Escravo na Grande Lavoura" in **História Geral da Civilização Brasileira** (dir) Sérgio Buarque de Holanda, Tomo II, 3º vol., p. 151.
- (48) Octávio de Freitas — **O Clima e a Mortalidade da Cidade do Recife**, pp. 82-83.
- (49) Ibidem, p. 83.
- (50) Emília VIOTTI DA Costa — 1oc. cit., p. 150.
- (51) Diário de Pernambuco de 29 de janeiro de 1888.
- (52) Peter Eisenberg — **Modernização sem Mudança: A Indústria Açucareira em Pernambuco 1840-1910**, pp. 179 e segs.
- (53) Joaquim Maria CARNEIRO Vilella — **O Club do Cupim** in **Separata da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, XXVII, pp. 417 e segs.
- (54) Ibidem, p. 422.

## RAIMUNDO LOPES

Moisés Gicovate

( da Academia Paulista de História )

Raimundo Lopes da Cunha, ou simplesmente Raimundo Lopes, pertence inquestionavelmente à galeria dos “Grandes Esquecidos”. Seu nome foi lembrado recentemente pelo presidente José Sarney em sua mensagem na evocação dos oitenta anos de Euclides da Cunha na Amazônia. Conheci-o e com ele convivi pelos idos de 1931, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, na seção de Antropologia, ao lado de Heloísa Alberto Torres, Alberto Childe e Roquette Pinto. O que desde logo impressionava em Raimundo Lopes era a sua vasta e diversificada cultura, a verdadeira erudição, em contraste com o seu físico, de estatura mediana, simplicidade no trato, um certo sem-cuidado no vestir, fácil comunicação. Seus profundos conhecimentos de geografia, história, etnografia, arqueologia eram de fazer inveja. Bastava uma simples indagação para merecer uma dissertação em que estavam presentes amplos conhecimentos nos diversos ramos das ciências. Uma fonte perene de saber.

Nasceu Raimundo Lopes em Viana, Maranhão, a 28 de setembro de 1894, vindo a falecer no Rio de Janeiro a 8 de setembro de 1941, poucos dias antes de completar 47 anos. Descendia de família ilustre, filho do dr. Manuel Lopes da Cunha, o segundo governador que teve o Maranhão neste século, e de dona Maria de Jesus Sousa Lopes da Cunha. “Para D. Graziela, seu marido era sobretudo um nobre, um desprendido, e se não fossem comuns imperativos de subsistência — diz — talvez melhor lhe fosse trabalhar sem ver dinheiro”

Geógrafo, etnógrafo, naturalista e literato. Não tendo concluído o curso de Direito, era apenas bacharel em Ciências e Letras pelo Liceu Maranhense; catedrático de Geografia e de História do Brasil no referido Liceu; naturalista efetivo do Museu Nacional; membro do Conselho do Patrimônio Artístico Nacional. Sócio efetivo da Academia Maranhense de Letras, onde fundou a cadeira nº 21. Com o aumento do quadro social, foi escolhido por Josué Montelo como seu patrono da cadeira nº 31. Titular efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, onde fundou a cadeira nº 2, tendo como patrono Yves d’Evreux e, posteriormente, patrono da cadeira nº 27, fundada por Tasso Serra. Desde menino manifestou “irresistível vocação para o conhecimento científico”.

Raimundo foi essencialmente homem de ciência. Confirmam-no seus numerosos trabalhos. O primeiro, **O Torrão Maranhense** ( Rio

de Janeiro, 1916 ). Ao retornar à capital, em 1915, trazia em sua bagagem os manuscritos. Contava então 22 anos de idade. Deveria servir de tese para a cadeira de Geografia do Colégio Pedro II. Obra pioneira e que se destaca pelos modernos conhecimentos de geografia e sua aplicação no estudo de seu Estado natal. Vasta cultura aliada a método didático de exposição, vasado em linguagem euclidiana. Visto em perspectiva histórica, constitui obra à parte dentre os estudos geográficos, pela renovação do método e de doutrina. Causa pasmo e admiração.

Decorridos vinte anos, sob o título **Uma região tropical**, apareceu incluído no Boletim do antigo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ( 1936/38 ), do Rio de Janeiro, em sucessivos capítulos, que constitui “em resumo, o alargamento, o aprimoramento ou o fortalecimento das idéias e análise, de seu primeiro livro...”. Em volume, **Uma região tropical**, foi publicado em 1970, pela Companhia Editora Fon-Fon e Sele-ta, do Rio de Janeiro, Coleção São Luiz, v. 2, patrocinado pela SUDEMA. No prólogo desta edição, lê-se: “A presente publicação, idêntica ao texto da edição originária de 1916, constitui pelas notas e ilustrações, trabalho novo”.

Por demais extensa a lista completa de suas publicações, citaremos algumas: **A civilização lacustre no Brasil, Aspectos da formação sertaneja, Entre a Amazônia e o sertão, Gonçalves Dias e a raça americana, A natureza e os monumentos culturais**. Além de um romance, **Peito de Moça**, deixou inédito um mapa etnológico e outro fitogeográfico. Colaborações esparsas em publicações nacionais e estrangeiras.

Destaque especial merece o volume **Antropogeografia**, aparecido em 1956, quinze anos após seu falecimento (Publicações avulsas do Museu Nacional, nº 18, 298 págs. ), com prefácio da Professora Heloísa Alberto Torres. Merece leitura porquanto conta a história do livro e que deve ser registrada: “O casamento, realizado em 27 de junho de 1930 com Da. Graziela Rabelo da Costa, parece ter completado, disciplinado, como diz a ilustre Da. Heloísa Alberto Torres, do Museu Nacional, as atividades ainda vagantes de seu espírito, passando a produzir em estreita colaboração com a esposa”. Diversos capítulos foram elaborados e proferidos como palestras sobre antropogeografia na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, graças a Roquette Pinto. Impossível transmitir o montante de saber acumulado nesta **Antropogeografia**, de Raimundo Lopes, com a probidade característica de verdadeiro cientista. Ilustrações do autor e 207 notas enriquecem a obra, ímpar em nossa bibliografia científica.

Arrancar do esquecimento autores como Raimundo Lopes e reeditar suas obras ( inclusive os esparsos em revistas e jornais ) é uma forma superior de servir a Cultura de nosso país. Oxalá encontrem eco estas sugestões.

de Janeiro, 1916 ). Ao retornar à capital, em 1915, trazia em sua bagagem os manuscritos. Contava então 22 anos de idade. Deveria servir de tese para a cadeira de Geografia do Colégio Pedro II. Obra pioneira e que se destaca pelos modernos conhecimentos de geografia e sua aplicação no estudo de seu Estado natal. Vasta cultura aliada a método didático de exposição, vasado em linguagem euclidiana. Visto em perspectiva histórica, constitui obra à parte dentre os estudos geográficos, pela renovação do método e de doutrina. Causa pasmo e admiração.

Decorridos vinte anos, sob o título **Uma região tropical**, apareceu incluído no Boletim do antigo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ( 1936/38 ), do Rio de Janeiro, em sucessivos capítulos, que constitui “em resumo, o alargamento, o aprimoramento ou o fortalecimento das idéias e análise, de seu primeiro livro...”. Em volume, **Uma região tropical**, foi publicado em 1970, pela Companhia Editora Fon-Fon e Sele-ta, do Rio de Janeiro, Coleção São Luiz, v. 2, patrocinado pela SUDEMA. No prólogo desta edição, lê-se: “A presente publicação, idêntica ao texto da edição originária de 1916, constitui pelas notas e ilustrações, trabalho novo”.

Por demais extensa a lista completa de suas publicações, citaremos algumas: **A civilização lacustre no Brasil, Aspectos da formação sertaneja, Entre a Amazônia e o sertão, Gonçalves Dias e a raça americana, A natureza e os monumentos culturais**. Além de um romance, **Peito de Moça**, deixou inédito um mapa etnológico e outro fitogeográfico. Colaborações esparsas em publicações nacionais e estrangeiras.

Destaque especial merece o volume **Antropogeografia**, aparecido em 1956, quinze anos após seu falecimento (Publicações avulsas do Museu Nacional, nº 18, 298 págs. ), com prefácio da Professora Heloísa Alberto Torres. Merece leitura porquanto conta a história do livro e que deve ser registrada: “O casamento, realizado em 27 de junho de 1930 com Da. Graziela Rabelo da Costa, parece ter completado, disciplinado, como diz a ilustre Da. Heloísa Alberto Torres, do Museu Nacional, as atividades ainda vagantes de seu espírito, passando a produzir em estreita colaboração com a esposa”. Diversos capítulos foram elaborados e proferidos como palestras sobre antropogeografia na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, graças a Roquette Pinto. Impossível transmitir o montante de saber acumulado nesta **Antropogeografia**, de Raimundo Lopes, com a probidade característica de verdadeiro cientista. Ilustrações do autor e 207 notas enriquecem a obra, ímpar em nossa bibliografia científica.

Arrancar do esquecimento autores como Raimundo Lopes e reeditar suas obras ( inclusive os esparsos em revistas e jornais ) é uma forma superior de servir a Cultura de nosso país. Oxalá encontrem eco estas sugestões.

## REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Abramo, Fulvio/Karepovs, Dainis (org.) – Na contracorrente da História: documentos da Liga Comunista Internacionalista, 1930-1933. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987. 182p.

“Escritos entre 1930 e 1933 por dirigentes da Liga Comunista Internacionalista, a primeira organização trotskista brasileira, os documentos políticos reunidos neste volume estiveram desaparecidos por 50 anos. Em 1982, com a criação do Centro de Estudos Mário Pedrosa, pesquisadores partiram à sua procura. Vasculharam tantos arquivos particulares como a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, tanto acervos brasileiros como a Biblioteca Nacional de Paris. Apresentados por Fúlvio Abramo, um dos fundadores da “Liga” e pelo historiador francês Pierre Broué, estes documentos vêm à tona para iluminar a memória do movimento operário brasileiro nos anos 30. Os trotskistas deixaram idéias bem distintas das do PCB stalinista que os renegou, e naturalmente opostas às de historiadores ligados ao imperialismo que sempre combateram. Assustadoramente atuais em sua força militante, são idéias nascidas no fogo cruzado e que, ainda hoje, parecem trafegar na contracorrente da História”. (Da apresentação da editora, a quem devemos a gentileza da remessa do volume).

Almeida, Domingos José de – O cidadão Domingos José de Almeida a seus compatriotas/Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes. Apresentação de Astrogildo Fernandes. Porto Alegre, Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1986. 44p.

Em nosso nº 120, correspondente ao último trimestre de 1985, em homenagem ao sesquicentenário, que então se comemorava, da Revolução Farroupilha, divulgamos na seção de “Textos” o “Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes”. Era da redação de Domingos José de Almeida, mas vinha assinado também por Bento Gonçalves. Publicara-o primeiramente o jornal **Povo**, editado na cidade de Piratini, em 1838, e fora transcrito na “Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro”, tomo 46, parte 2ª, de 1883, donde o extraímos. Muitos leitores interessaram-se em obter mais informações sobre o precioso documento (precioso e raro), indagando se dele não havia edições modernas. Pouco tivemos a responder, além de indicar a fonte donde o havíamos tirado. É com

prazer que registramos o aparecimento de um opúsculo editado pela Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, contendo não apenas aquele manifesto de 29 de agosto de 1838, mas também outro, igualmente valioso, do mesmo. "Cidadão Domingos José de Almeida", datado de Pelotas, 29 de outubro de 1835. Desse curioso mineiro que foi para o Rio Grande a fim de organizar tropas de mulas para serem comercializadas em São Paulo (informa Astrogildo Fernandes) e acabou ficando por lá, escreveu Tarcisio Antonio Costa Taborda ter sido "um liberal e um dos articuladores da Revolução Farroupilha; quando se organizou a República Rio-Grandense, nomeado Ministro do Interior e interinamente da Fazenda, destacou-se por sua visão política e capacidade de trabalho, tornando-se um dos mais eminentes vultos dentre as lideranças do movimento". Ainda da apresentação de Astrogildo Fernandes, os seguintes tópicos: "Os relatos históricos compendiados neste volume refletem a cultura de Domingos José de Almeida, em diferentes ângulos, numa demonstração eloqüente do seu saber e evidenciam sua influência na comunidade gaúcha de então. Importa considerar que ele foi o fundador da cidade de Uruguaiana e, como empresário, foi pioneiro no Rio Grande do Sul e no Brasil da navegação a vapor, lacustre e fluvial, organizando em 1832, uma sociedade que lançou às águas da Lagoa dos Patos a barca a vapor **Liberal**. Mercê sua polimorfa atividade, em particular na cidade de Pelotas, ali foi seu trabalho publicamente reconhecido e, em pleno período imperial, no Areal, onde ficava seu solar residencial, foi erguido em sua homenagem o primeiro monumento republicano no Brasil. Uruguaiana também reverenciou sua memória numa estátua do artista Acário Carvalho, inaugurada a 25 de maio de 1975". Enfim, remata o ilustre professor de Porto Alegre sua apresentação mostrando o interesse dos dois manifestos reunidos neste opúsculo e mais algumas atas da câmara da cidade do Rio Grande, "fontes documentais expressivas para alicerçar estudos e interpretações". Registre-se que a publicação aqui registrada faz parte de uma coleção que vem sendo publicada em Porto Alegre, na qual já saíram pelo menos meia dúzia de volumes, todos de muito interesse não só para a história da Farroupilha, mas da própria história sul-rio-grandense. Recebemo-los por gentileza de nosso querido amigo e colega Astrogildo Fernandes, a quem tributamos nossos agradecimentos. Oportunamente registraremos nesta publicação os outros volumes da série. ONM

Boschi, Caio C. – Roteiro-sumário dos arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil. São Paulo, Arquivo do Estado, 1986. 113p.

“O Arquivo do Estado de São Paulo tem sido sensível quanto às publicações que possam contribuir para melhor compreensão de nossa História. Obras de referência são elementos-chave para esta compreensão e este trabalho de Caio C. Boschi insere-se entre aqueles que podem e deverão se transformar em apoio seguro dos estudiosos da História do Brasil e suas conexões internacionais. Traz no seu bojo indicações bibliográficas de obras gerais sobre arquivos e bibliotecas de Portugal, o que por si só é uma contribuição importante para aqueles que desejam iniciar um estudo sobre a antiga metrópole e suas vinculações com as colônias de seu império. Seguem-se os capítulos tratando dos Arquivos de Braga, Coimbra, Évora, Lisboa, Muge, Penalva, Porto, Vila Real e Vila Viçosa. Em cada cidade destaca um ou vários arquivos e dentro deles ressalta esta ou aquela série de documentos. A partir daí pode o pesquisador brasileiro elaborar previamente um roteiro de investigações. Somente quem já realizou pesquisas exaustivas pode avaliar o que significa este apoio inicial, que agiliza, facilita e ajuda a preparar o percurso a ser vencido. Obras como esta são de fundamental importância para o avanço das pesquisas em História” ( da apresentação de J. Sebastião Witter ). Cremos que nada mais precisará ser acrescentado para ressaltar o interesse deste trabalho. Informa o autor que se trata de um “versão revista, ampliada, atualizada e, em grande parte, modificada” de trabalho publicado em 1975 na “Revista de História”, dirigida pelo saudoso Professor Eurípedes Simões de Paula; e acrescenta, ainda, que a possibilidade de uma nova viagem a Portugal em 1984 permitiu-lhe colher novos dados e reelaborar o texto primitivo. ( Cortesia do Arquivo do Estado ).

Gagliardi, Pedro Luiz Ricardo/Almeida, Wilson Cândido Ferreira Lopes de – Arquivos Judiciários. São Paulo, Arquivo do Estado, 1985. 368 p. ( Coleção “Monografias”, v. 8 ).

Neste volume, que integra a série “Monografia”, criada pelo Professor J. Sebastião Witter ( diga-se mesmo uma de suas grandes realizações de seu tempo de diretor da importante instituição da rua Dona Antônia de Queiroz ), “o leitor encontrará uma fonte nova de consulta, pois os autores, desde o prefácio, fazem história e ao mesmo tempo vão penetrando na área dos Arquivos. Conceituam, analisam e discutem quase toda a questão jurídica relacionada com os papéis de arquivo. Acompanham a trajetória dos livros, dos processos, da vida dos cidadãos, enfim. Nesta caminhada dedicam um capítulo aos Arquivos, mais especificamente aos arquivos judiciários e vão, em seguida, penetrar nos temas mais próximos de seu *métier*. Os últimos capítulos são dedicados ao Código do Processo Civil Brasileiro, à

questão da proteção dos documentos no Direito Brasileiro e aos Autos Processuais. Como se pode sentir, é uma monografia abrangente e que procura dar aos estudiosos da área uma visão dos juristas em torno de assuntos sempre atuais” ( da apresentação do Professor Witter ) ( Cortesia do Arquivo do Estado ).

Peixoto, Silveira – O Mauá em história: saga de uma instituição. São Paulo, Instituto Mauá de Tecnologia, 1986. 154p.

Fundado a 11 de dezembro de 1961, o Instituto Mauá de Tecnologia surgiu destinado a ser a grande instituição que tantos e tão assinalados serviços vem prestando a São Paulo e ao Brasil. Seu começo, contudo, não foi fácil, nem sempre contando com a confiança e a credibilidade por parte dos responsáveis pelo ensino superior em nossa terra. É o próprio cronista da instituição quem o diz: “Dizia-se antes que só as escolas tradicionais ( Politécnica e Mackenzie ) tinham lugar e vez na formação de engenheiros aqui em São Paulo. A ‘loucura Mauá’ ( como alguns a chamavam ) provocava risotas de alguns... Bem poucos acreditavam na viabilidade da idéia... Até aduziam ‘argumentos irrefutáveis’ de que a escola não poderia ir adiante, a coexistir com as veteranas. Chegavam a falar em ‘escolinha’...” Mas, o autor, ao registrar as personalidades ( “algumas das maiores expressões de São Paulo” ) é o primeiro a registrar que “aqueles homens de pro!” jamais aceitariam uma “escolinha”... A simples presença deles já constituía uma garantia da seriedade da entidade que se pretendia fundar e uma como que antecipação do que ela em breve viria a ser. O autor acompanha a instituição desde os seus primeiros passos, mostrando, documentadamente, o papel que ela tem representado na vida paulista, com destaque especial para algumas das grandes figuras que passaram pela organização, hoje instalada em magnífico “campus” em São Caetano, depois de ter se iniciado e por muito tempo permanecido no velho e histórico edifício do antigo Ginásio do Estado, nas imediações do Parque D. Pedro II. A registrar-se o “parêntese” aberto pelo autor ( pp. 41 a 44 ) para tratar do patrono do Instituto, Irineu Evangelista de Souza, Barão e depois Visconde de Mauá. Silveira Peixoto, nosso confrade da Academia Paulista de Jornalismo e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, dispensa apresentação. Jornalista e professor de jornalismo, com incursões pelo campo da História, como o demonstra seu livro sobre Prudente de Moraes ( a ser mais uma vez reeditado, agora pela Editora da Universidade de Brasília ), é autor de uma extensa série de entrevistas com escritores ( **Falam os escritores**, em três volumes ), que constitui excelente subsídio à história da cultura brasileira. ONM ( Cortesia do autor ).

Pessoa, Antônio Leite — A origem da palavra Brasil. Rio de Janeiro, Cátedra. 1974. 100p.

Embora discutível sob vários aspectos, não se pode deixar de reconhecer o mérito do exaustivo trabalho de pesquisa realizado pelo autor em torno da origem do nome de nosso País. Como esclarece a nota de apresentação do volume, “será um dado a mais na bibliografia sobre nossas origens, um dado novo e importantíssimo, com revelações surpreendentes sobre a colonização destas terras por antigos mercadores ibéricos, numa época em que a Espanha era dominada pelos povos árabes, no século VIII, e Portugal uma mera extensão da Espanha. O autor demora-se no estudo da personalidade de Bralj-Ibn, primeiro governador da Espanha árabe, um dos personagens de grande destaque na Idade Média, que os historiadores oficiais, diz o autor, “resolveram apagar da História”. Neste trabalho vemos a correlação de Bralj-Ibn com a madeira a que seu nome ficou ligado: Bralj-ien, Bralje-le, Bralj-ile, Brasile. “Para colher esses dados, desconhecidos da maioria dos brasileiros, diz a apresentação do volume, o autor foi ao século VIII para reconstituir todo aquele período nebuloso da história de povos como os Omníades ( família de tribos árabes ) e Abassidas ( outro grupo liderado por Harum-Al-Rachid ), para encontrar nossas origens”. ONM ( Cortesia do autor ).

Prado, Antonio Arnoni (org.) — Libertários no Brasil: memórias, lutas, cultura. São Paulo, Brasiliense, 1986. 308p.

O organizador do volume e autor também de um dos textos nele inseridos ( o estudo sobre o poeta Ricardo Gonçalves ), teve em mira oferecer o quanto possível uma perspectiva integradora das leituras que, de ângulos diferentes, convergem para um objetivo comum, no caso a apreciação dos movimentos libertários no Brasil. Ao leitor fica o trabalho de “realinhar as idéias em confronto para um balanço do conjunto”. Colaboram no livro Antônio Cândido ( “Sobre a retidão” ), Boris Fausto ( “Os anarquistas e as minhas lembranças” ), Edgar Rodrigues ( “A comunidade livre de Erebangó: imigrantes libertários russos no Sul do Brasil” ), Francisco Correia ( “Mulheres libertárias” ), Malu Gitahy ( “Porto de Santos, 1888 — 1908” ), Miriam L. Moreira Leite ( Maria Lacerda de Moura e o Anarquismo ); Paula Beiguelman ( “O movimento operário ante a grande lavoura no período imigrantista” ), Antônio Arnoni Prado ( “Cenário para um retrato: Ricardo Gonçalves” ), Fábio Lucas ( “A lição libertária de **Vulcões**” ), Flávio Luizetto ( “Um capítulo da história do anarquismo no Brasil” ), Francisco Foot Hardman ( “Lyra da Lapa: acorde imperfeito menor” ). Mariangela Alves de Lima e Maria Thereza Var-

gas ( "Teatro operário em São Paulo" ), Michael M. Hall e Paulo Sérgio Pinheiro ( "O grupo **Clarté** no Brasil" ) e Vera Maria Chalmers ( "A prole de Caim: um estudo do folhetim na imprensa anarquista" ). Enfim, um livro bastante original e de muito interesse para o conhecimento dos movimentos sociais no Brasil. E abrangendo um lapso de tempo bastante apreciável, pois ( por exemplo ) o estudo sobre a colônia gaucha de Erebango remonta ao Segundo Reinado. Sem querer dar destaque, chamaríamos a atenção para os capítulos sobre Maria Lacerda de Moura, Ricardo Gonçalves, Teatro operário e o grupo "Clarté" no Brasil. ONM ( Cortesia da Editora ).

Sicchiera, Luiz — Raízes de São Manuel. S.c.p. (1983). 151p.

Ao contrário do que o título pode sugerir, o presente volume não cuida apenas das "raízes" da cidade de São Manuel, na região central do Estado de São Paulo, embora seja este o tema principal. Cuida também de numerosos fatos "vividos e vistos pelo autor", como esclarece uma das notas de apresentação. Livro despretençioso, de leitura agradável, no qual a informação histórica bastante segura ( pois que resultante de pesquisas ) corre parrelha com a memorialística e a vivência do autor. Este, em sua longa vida de jornalista, certamente teve oportunidade de coligir e colecionar peças documentais de valor para a história e a evolução da cidade. ONM ( Cortesia da Professora Egle Elisabeth Sequeira ).

Wachowicz, Ruy Christovam — Paraná, sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba, 1985. 313p. ( Estante Paranista, v. 21 ).

O povoamento definitivo do território paranaense completou-se em três etapas sucessivas e bem distintas, informa Luiz Carlos Pereira Tourinho ao apresentar o importante livro do Professor Wachowicz. A primeira começou em meados do século XVII, com a presença de Gabriel de Lara, no litoral; a segunda teve início em 1862, com a ocupação das áreas marginais dos cursos superior e médio do rio Itararé por fazendeiros vindos de Minas Gerais. Na ocasião, fundaram Colônia Mineira, hoje **Siqueira Campos**. Porém, o verdadeiro **rush** começou depois de 1930, quando "ondas sucessivas de paulistas, mineiros e nordestinos instalaram-se nas terras da vertente sul do rio Paranapanema". A terceira e última etapa, a que trouxe maiores preocupações, correspondeu à ocupação do sudoeste por gaúchos e catarinenses de origem ítalo-germânica, atraídos pela fertilidade dos solos dos vales do baixo-Iguaçu e do Piqueri. Lembra, ainda, o ilustre presidente do Instituto Histórico Paranaense que o povoamento da região leste já tem sido minuciosamente estudado por diversos histo-

riadores paranaenses, desde Vieira dos Santos até a moderna geração vinculada ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná; e que, quanto à ocupação do Norte, sua história está a exigir uma revisão crítica. E conclui sua observação lembrando que a terceira etapa, a do Sudoeste, encontrou no professor Ruy C. Wachowicz o "historiador talentoso, sobretudo de coragem, para relatar-nos com fidelidade o que ali ocorreu de bom e de mau; de bom, pela excelente qualidade dos colonos que recebemos; de mau, pela incompreensão ou má intenção de muitos dos administradores estaduais". Daí, o livro que ora registramos vir preencher sensível lacuna na historiografia paranaense. O autor já é bastante conhecido pelos seus numerosos trabalhos sobre a história do Paraná. Do que contém seu livro, nos dá conta o apresentador: "Começa relatando a chegada do príncipe D. João ao Rio de Janeiro e a sua preocupação em ocupar os Campos de Guarapuava; fala das expedições que abriram caminho para a Missões do Rio Grande do Sul; da ocupação dos campos de Palmas; da contribuição indígena; do problema da fronteira com a Argentina; do vazio, ainda no início do século XX e do preconceito do pecuarista contra o agricultor; da perda do Contestado; dos inconformados paranaenses que fundaram a Colônia Bom Retiro; comenta a passagem de Luís Carlos Prestes para juntar-se às tropas do General Isidoro Dias Lopes, em Catanduvas; trata da miscigenação; do caso da monarquia sul-brasileira; dos problemas criados com a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande e os interesses da multinacional Brazil Railway; discorre sobre a importância do decreto 300 do Interventor Mário Tourinho, a parcialidade de Getúlio Vargas e a docilidade de Manoel Ribas; historia as tentativas para criar o Estado de Iguçu; os "grilos" e as rebeliões de posseiros e, finalmente, a origem da população que hoje habita a região. Tudo, lembra o prefaciador, "abordado com inteligência e honestidade". O volume integra a preciosa coleção "Estante Paranista", destinada, como título está a indicar, a publicar obras de interesse para os estudos paranaenses, inclusive algumas de ficção. ONM ( Cortesia do Instituto Histórico Paranaense ).

\*

#### PERIÓDICOS

**Ágora**, ano 2, nº 3, julho de 1986. Revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. **Conteúdo:** Os arquivos dos Açores e a história catarinense ( Walter F. Piazza ); Arquivos para Administração e para a História ( Heloísa L. Bellotto ); Cidadania, Preservação de Documentos e

Constituição ( Iaponan Soares ); Um museu religioso ( Aloisius Carlos Lauth ); Afonso de Taunay e a heráldica municipal catarinense ( Edison Müller).

Anais do Museu Paulista. Tomo 34. São Paulo, 1985. **Conteúdo:** A civilização vai ao campo: sindicalismo e cooperativismo rural a partir da década de 30 ( Alcir Lenharo ); Sinfonia Brasileira ( Arnaldo Daraya Contier ); História e doença: a lepra em São Paulo, 1904 – 1940 ( Italo A. Tronca ); A cidade sem alma ( José William Vesentini ); 1875: crise na praça do Rio de Janeiro ? ( Maria T. Ferraz Negrão de Mello ); Evolução da produção alimentar e política agrícola ( Tania Navarro Swain ); Tenentes, Tenentismo, Tenentismo versus Oligarquia: reflexões para uma revisão historiográfica ( Vavy Pacheco Borges ); O imigrante italiano e a luta pelo trabalho familiar ( Zuleika Alvim ).

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Vols. 43 e 44. Curitiba, 1986. **Conteúdo:** Vol. 43 – A criação da Província do Paraná ( Osvaldo Pilotto ); Curitiba em 1853 ( Rodrigo Júnior ); Ilustre descendência dos Carneiro Lobo ( Túlio Vargas ); A modernização rural no Brasil e no Paraná ( Mário Marcodens de Albuquerque ); Estruturas agrárias de Curitiba-Paraná no século XIX ( Odah Regina Guimarães Costa ); Notas para o estudo da cartografia paranaense; Uma avaliação dos ciclos econômicos recentes do Paraná ( Belmiro Valverde Jobim Castor ); Alguns aspectos da telegrafia no Paraná: ligação das colônias militares ( Astrogildo de Freitas ); O milagre de Sarney ( L. C. Pereira Tourinho ); Divonsir Barbosa Cortes ( L. C. Pereira Tourinho ); Resenha bibliográfica ( Helê Veloso Fernandes ). Vol. 44 – Volume todo ocupado com a monografia de Edwino Donato Tempksi, **Caingângues, gente do mato.**

**Ciências e Letras**, nº 6. Revista da Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre, 1986. **Conteúdo:** Carlos Nejar: a busca do épico ( Volny Santos ); Crescimento e diversificação da produção historiográfica rio-grandense no processo de transição republicana ( Marlene Medaglia Almeida ); Brasil de hoje: novos problemas, velhas estruturas ( Vania Beatriz Merlotti Herédia ); O laboratório de bio-geo-arqueologia: uma experiência interdisciplinar ( Carlos Frozi e Sérgio Leite ); Ensino supletivo: aspectos legais, funções e abrangências ( Ely Carlos Petry ); Problemas de saúde escolar ( Claus Dieter Stoebus ). Contatos: Av. Manuel Elias, 2001, Porto Alegre 90000.

**Estudos Ibero-Americanos**, vol. XII, nº 1, julho de 1986. Pont. Univ. Cat. do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. **Conteúdo:** Ilustración en España y América ( Pedro A. Vives Azancot ); Mudança social e a reafirmação da identidade entre os tukuna do Brasil ( Ari Pedro Oro ); Estado Livre do Counani: uma questão diplomática entre Espanha e Brasil no início do século XX ( Sandra M. L. Brancato ); Questão de honra: a greve dos ferroviários da Companhia Paulista, 1906 ( Tania Regina de Luca ); A Casa dos Expostos ( Hilda Agner Huebner Flores ); Italianos em núcleos urbanos e na capital do Rio Grande do Sul entre 1828 e 1875 ( Nuncia Santoro de Constantino ); Fontes para o estudo da questão agrária no Rio Grande do Sul ( Luiz S. Kliemann ).

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, nº 346, janeiro/março. Brasília/Rio de Janeiro, 1985. **Conteúdo:** O Marechal-de-Campo Brown ( Carlos H. Oberacker Jr. ); Quatro caminhos históricos que cruzam a região metropolitana ( Luís de Oliveira ); Os cônegos do Rio e o exílio de D. Pedro II ( Mons. Guilherme Schubert ); A Imperatriz D. Leopoldina nos Estados Unidos ( Mons. Guilherme Schubert ); No centenário de nascimento de Delgado de

Carvalho (Vicente Tapajós); Saudação a Antônio Carlos Vilaça (Marcos Almir Madeira); O pensamento brasileiro na década de 20 (Antônio Carlos Vilaça); Discurso de recepção a Lucinda Coutinho de Melo Coelho (Cybelle de Ipanema); O tabaco no Brasil-colônia (Lucinda M. C. Coelho); A controvérsia Irmãos Wright-Santos Dumont (N. F. Lavenère-Wanderley); Simy Amzalak (Frieda Wolff); Isaac Amzalak e a Sabinada (Egon Wolff); O Embaixador José Carlos de Macedo Soares, o homem e a obra (Edmundo de Macedo Soares e Silva); Crônicas de Araújo Viana; Macedo Soares, um mestre de polidez (Josué Montello); Correspondência do Barão de Mareschal; A corte de D. João VI segundo dois relatos do diplomata prussiano Conde von Flemming (Carlos H. Oberacker Jr.); Bibliografia; Publicações recebidas; Noticiário.

Revista do Museu Paulista. Nova série, vol. 30. São Paulo, 1985. **Conteúdo:** Mercado-rias e rota de comércio intertribal na Amazônia (Antonio Porro); Os estudos de cultura material: propósitos e métodos (Berta G. Ribeiro); Índios e brancos na mitologia Waiápi: da separação dos povos à recuperação das ferramentas (Dominique T. Gallois); Algumas considerações sobre os índios Krikati e Pukobyê (Edson Soares Diniz); A antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda (Giralda Seyferth); Aerofotoarqueologia: um estudo de caso no Projeto Parapanapenama (José Luiz de Moraes); Unidades culturais da tradição nordeste na área arqueológica de São Raimundo Nonato (Niede Guidon); Sociedade wapixána: ritos e mitos (Orlando Sampaio Silva); A representação do índio nos livros didáticos na área de Estudos Sociais (Regina Pahim Pinto e Nobue Myazaki); A comida dos espíritos bope e o seu significado para a cosmologia dos bororo orientais (Renate Brigitte Viertler); Dados preliminares para uma classificação do material cerâmico pré-histórico (Sílvia Maranca).

**Testemunho**, nº 2. Revista anual do Instituto Cultural Santo Tomás de Aquino, Juiz de Fora, 1986. **Conteúdo:** Como nasceu o Instituto (M. C. de Assis Ribeiro de Oliveira); Joaquim Ribeiro de Oliveira (Almir de Oliveira); O século XIII (Wilson de Lima Bastos); Aspectos da economia no século XIII (Wilson J. Beraldo); A vida de Santo Tomás de Aquino no contexto histórico (Franz J. Hochleitner); Aspectos do pensamento jurídico de Santo Tomás de Aquino (Almir de Oliveira); Santo Tomás de Aquino e a piedade cristã (Mozart Geraldo Teixeira); O Instituto Cultural Santo Tomás de Aquino e a Igreja (Henrique J. Hargreaves-). Noticiário. Contactos: Rua Brás Bernardino, 73, Juiz de Fora, MG, 36013.

## NOTICIÁRIO

## SESQUICENTENÁRIO DO BARÃO HOMEM DE MELO

O dia 19 de maio do corrente ano assinalou o sesquicentenário do nascimento de Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, Barão Homem de Melo, nascido em Pindamonhangaba, SP, e falecido a 4 de janeiro de 1918, na localidade fluminense de Campo Belo, posteriormente, em sua homenagem, denominada Homem de Melo. Diplomou-se em 1858 pela Faculdade de Direito de São Paulo, exerceu a advocacia em sua cidade natal, onde foi presidente da Câmara Municipal. Passando a residir no Rio de Janeiro em 1861, foi, nesse mesmo ano, nomeado professor de História Antiga e Medieval do Colégio Pedro II. Exonerou-se em 1864, para vir ocupar a presidência da Província de São Paulo. Posteriormente, presidiu as províncias do Ceará ( 1865-66 ), Rio Grande do Sul ( 1867-68 ) e Bahia (1878). Representou São Paulo na legislatura de 1878 a 1881 e logo a seguir integrou o Gabinete Saraiva como ministro do Império e da Guerra. Ao lado dessa brilhante carreira política, exerceu importantes cargos administrativos. Eleito para a Academia Brasileira de Letras, na vaga de José Veríssimo, não chegou, contudo, a tomar posse, por ter falecido poucos meses depois da eleição.

Desde muito moço manifestou acentuado pendor pelos estudos históricos, publicando seu primeiro trabalho sobre a matéria em 1858. De 1863 data seu livro mais importante, **A Constituinte perante a História**, indispensável para o estudo da formação constitucional do Brasil. Quando presidente da Bahia promoveu a publicação de uma "Coleção de obras relativas à história da Bahia", cujo primeiro volume foi a famosa obra de Rocha Pita, **História da América Portuguesa** ( Bahia, Imprensa Econômica, 1878 ), numa edição considerada por Rubens Borba de Moraes a melhor de quantas se fizeram do célebre livro do autor baiano. Idêntica iniciativa havia tomado, antes, quando presidente do Rio Grande do Sul, mandando coligir documentos de interesse para a história daquela província.

Sua grande dedicação aos estudos históricos levou o terceiro Martim Francisco a dizer, pitorescamente: "Dos quarenta e três milhões de minutos que viveu, Homem de Melo só não pensou em História quando não pensou em coisa alguma". Grande parte do que escreveu encontra-se publicado na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". Sobre ele, por ocasião do transcurso de seu centenário, em 1937, o escritor Aníbal Matos publicou excelente livro editado pelo Departamento Municipal de Cultura, de São Paulo.

ALMIR DE OLIVEIRA E SEU LIVRO SOBRE  
GONZAGA

Quando a NBH procedia a uma revisão da preciosa e conceituada coleção "Brasiliana", da Companhia Editora Nacional, assim teve oportunidade de registrar o volume 260 — **Gonzaga e a Inconfidência Mineira**, de Almir de Oliveira ( nº 53, janeiro de 1974, p. 42 ):

"Ao escrever este livro, o autor afirmou que visou a um propósito reparador, qual o de colocar Gonzaga no lugar que lhe pertence no quadro da História do Brasil. Representa, assim, uma exaustiva pesquisa do documentário da Inconfidência ( especialmente nos **Autos de devassa** ) e na bibliografia sobre o movimento mineiro do século XVIII. A primeira parte cuida dos traços biográficos de Gonzaga e dos depoimentos sobre ele arrolados, de quantos depuseram na devassa, quer como testemunhas, quer como réus, de acordo com a ordem em que vêm publicados na edição do Ministério da Educação; na segunda parte, o autor faz a defesa de Gonzaga. O livro traz prefácio do escritor mineiro Lidolfo Gomes, no qual se salienta que o autor estuda, esclarece e argumenta para concluir pela inculpabilidade de Tomás Antônio Gonzaga, aproveitando o material de que se serviram os autores que o precederam, mas apresentando, também, outros fatos e argumentos de observação própria, que o levaram à convicção inabalável da inocência do magistrado e poeta injustamente condenado a degredo em terras africanas, de onde não mais voltou, falecendo no exílio, mas como vítima da própria desgraça".

O livro de Almir de Oliveira viera a público em 1948. Confessa o autor: "Edição limitada a mil exemplares, em papel de inferior qualidade, por causa das dificuldades da época: mal havíamos saído da II Guerra Mundial. Não tive notícia de reparos porventura feitos ao que nele se escreveu. Poucos registros na imprensa, simples registros, alguns com certa simpatia. Esgotou-se a edição, talvez mais pelo prestígio da **Brasiliana**, que mesmo do livro e de seu autor, que se iniciava como tal. A obra caiu no esquecimento. Vez por outra, chega-me carta perguntando por ele. Tentei reeditá-lo, faz alguns anos. Não o consegui. Deixei o livro no sossego da estante".

Pois bem, deste "sossego da estante", veio tirá-lo, em 1985, quase quarenta anos depois — a Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, que o incluiu em sua preciosa coleção "Reconquista do Brasil", volume 90 da nova série. Justificando esta reedição, escreveu o ilustre historiador de Juiz de Fora e membro da Academia Mineira de Letras:

"Nos últimos anos, o tema da Inconfidência voltou a ser objeto de interesse. Reeditaram-se os **Autos de devassa** por iniciativa conjunta da Câmara dos Deputados e do Governo de Minas Gerais. Um livro de

autor inglês apareceu traduzido com o título a sugerir uma **Devassa na devassa**, sem, porém, devassar coisa de maior monta sobre a Inconfidência e sobre seus partícipes, mesmo porque não terá sido essa a intenção de seu autor. Entraram em circulação alguns livros sérios — mais de uma dezena — tratando da conjuração de 1789, em geral, de Tiradentes, em particular e, também em particular, de Tomás Antônio Gonzaga; deste, mais como poeta e como jurista. Não faltou, também, um livreco sobre Tiradentes, pretendendo ser 'a alguma verdade' (sic), à maneira de Assis Cintra.

Tudo isso demonstra que o episódio mineiro de 1789 ainda desperta o interesse dos estudiosos, que o procuram investigar e interpretar para torná-lo mais bem compreendido. Mas, nenhuma das publicações, aqui lembradas, teve o condão de superar o admirável livro de Lúcio José dos Santos, editado em 1927. E nenhuma delas justifica mudar as conclusões deste livro. Por isto se reedita como da primeira vez, apenas ligeiramente revisto.

Os livros de História do Brasil continuam incluindo Tomás Antônio Gonzaga entre os conjurados de 1789. A figura do poeta é fascinante. Sua inclusão entre os que sonharam a independência do Brasil e por ela conspiraram, continua a obedecer ao mesmo espírito que moveu Luís Vaz de Toledo ao dizê-lo participante da conspiração: dar a este conteúdo de importância perante certas pessoas. Afinal o poeta e magistrado era figura de alta significação em Vila Rica. Para certa mentalidade elitista, é mais interessante ver nos conjurados pessoas de prol que gente de menor tomo social, como Tiradentes. Joaquim Norberto explorou esse veio durante o Império para uma aristocracia meio deslumbrada, que talvez preferisse o movimento patriótico liderado por um grande poeta, que por simples alferes de cavalaria de origem rural.

José Honório Rodrigues disse-me, certa vez, que não se devia usar a palavra **inconfidência** para designar o episódio, nem **inconfidente** para os que nele se envolveram. E justificou: **inconfidência** era delito, pelo qual foram processados e condenados os conspiradores mineiros, e **inconfidente** era o réu de tal delito; mantendo-lhes a denominação, como que nós continuamos a tratá-los à moda da coroa portuguesa daquele tempo, quando, para nós, aquela conjuração não foi crime, nem criminosos os que a promoveram. Por isso, prefere o eminente historiador as denominações **Conjuração Mineira e conjurados**.

Visto sob o aspecto estritamente jurídico o assunto, tem razão mestre José Honório. Acontece que a História se encarregou, entre nós, brasileiros, de retirar da palavra **inconfidência** o labéu que sobre ela pesava, visto que o próprio ato cometido pelos conjurados mineiros foi elevado à categoria de heroísmo cívico. Com isso, limpou-se também a palavra **inconfidente**. Ocorreu, no caso, um processo semântico especial, imposto pela História. Assim como os cristãos dignificaram a cruz, que degradava os nela

supliciados, os brasileiros dignificaram a palavra **Inconfidência**. Passamos a escrevê-la assim, com a inicial maiúscula, para distingui-la da outra, que se escreve com minúscula. Ela não nos lembra um crime de lesa-majestade, mas um ato de amor ao Brasil e à liberdade. Ela denomina lugares, logradouros públicos e até a principal emissora de rádio de Minas Gerais, pertencente ao Estado. Consagrou-a o uso popular e oficial”.

\*

## EDGARD CERQUEIRA FALCÃO

Jornal da Capital de meados do mês passado ( fevereiro ) registrou de maneira bastante imprecisa ( tanto que nem o dia foi mencionado ) o falecimento em Santos, onde residia, do médico e historiador Edgard Cerqueira Falcão, nascido na Bahia em 1904, mas radicado na terra santista desde que concluiu seu curso médico. A cultura brasileira ficou-lhe devendo algumas grandes realizações, cada qual “per se” suficiente para tornar seu nome de referência obrigatória nos catálogos bibliográficos.

Primeiramente, a série das **Relíquias** ( da Bahia, da Terra do Ouro, etc. ), livros que publicou na década de 50, traduzindo o cuidado e o bom gosto que sempre demonstrou em tudo quanto fazia. Muito contribuíram tais volumes, artisticamente apresentados, para divulgar, inclusive no exterior, o que há de mais expressivo na arte barroca das velhas cidades de Minas Gerais e da Bahia. Depois, a obra imensa que realizou, incumbido pela municipalidade santista, por ocasião do bicentenário do nascimento de José Bonifácio (1963), publicando em três alentados volumes praticamente toda a obra científica e política do Patriarca. E tudo em reprodução fac-similar, com anotações preciosas suas e de outros cuja colaboração solicitou. A seguir, a magnífica edição da **Viagem Filosófica**, de Alexandre Rodrigues Ferreira, da qual, infelizmente, só o primeiro volume pôde ser publicado, mas contribuindo para tirar do esquecimento alguma coisa da obra do grande explorador e cientista do século XVIII.

Finalmente, a preciosa coleção **Brasiliensia Documenta**, que criou e dirigiu e na qual foram publicados quase vinte volumes, todos primorosamente impressos, com o cuidado e o capricho que eram muito seus. Tal coleção ( de que ainda cuidaremos oportunamente ) insere textos valiosos antigos ( autores do período holandês, as “Gazetas Médicas” da Bahia e do Rio de Janeiro e a obra de Gabriel Soares de Sousa ), além de outros de sua própria autoria, sobre Oswaldo Cruz e sobre a Basílica de Congonhas do Campo.

\*

## JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

No início de abril do corrente ano, faleceu no Rio de Janeiro José Honório Rodrigues, certamente a maior figura da historiografia brasileira contemporânea. Desde 1940, data de seu primeiro livro — **Civilização holandesa no Brasil** — até pouco antes de falecer, toda a sua vida foi consagrada ao estudo e às pesquisas no vasto campo da História do Brasil. Deixou enorme bibliografia, constante de quase uma centena de títulos, entre livros, opúsculos, artigos em revistas e jornais e colaboração em obras coletivas.

Começou sua atividade historiográfica estudando o período holandês no Brasil, tema de seu primeiro livro de 1940. Revelou-se, por assim dizer, um pioneiro neste campo, no sentido de renovar o que então se conhecia sobre o assunto e, mais importante ainda, divulgando fontes holandesas de interesse para o Brasil. Sua **Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês**, que publicou em 1949, representa inestimável contribuição ao conhecimento do importante capítulo de nossa história.

A partir de certo momento, José Honório Rodrigues pôs de lado os holandeses e passou a se interessar por outra área não menos importante, qual a historiografia e a teoria da História do Brasil, assunto sobre o qual versa boa parte de sua produção. Além da obra que tem esse mesmo título, **Teoria da História do Brasil** ( que permanece única em nossa bibliografia ), deixou **'Aspirações Nacionais'**, **A pesquisa histórica no Brasil**, **Conciliação e reforma no Brasil**, **História e historiadores do Brasil**, **Vida e História**, **História e Historiografia**, **História, corpo e tempo e Filosofia e História**.

Outras obras capitais que deixou, versando assuntos mais diversos: **Brasil e África**, **Notícia de várias histórias**, **O continente do Rio Grande**, **Interesse nacional e política externa**, **O Parlamento e a evolução nacional**, **A Assembléia Constituinte de 1823** e **Independência: revolução e contra-revolução**. Trabalhava ultimamente em projeto de grande vulto, que seria certamente sua maior obra — a **História da História do Brasil** — da qual apenas o primeiro volume encontra-se publicado, constando que o segundo já havia sido entregue à editora. Homem organizado que sempre foi, é possível que tenha deixado material em condições para que Dona Leda, sua dedicada companheira e colaboradora possa dar a publicidade páginas que será uma pena se permanecerem inéditas.

Não contente de tanto escrever de próprio, cuidou ainda José Honório Rodrigues da edição e publicação de muitas obras clássicas ( que prefaciou e anotou ), do prefácio de inúmeras outras, da elaboração de índices e catálogos bibliográficos e ainda de vasto documentário da mais variada natureza.

Convém salientar ter sido José Honório Rodrigues o historiador brasileiro que maior renome alcançou no exterior, não só pela tradução para várias línguas de muitos dos seus livros, como pela colaboração que emprestou a importantes obras coletivas internacionais.

José Honório Rodrigues sempre se mostrou muito amigo desta publicação sempre nos escrevendo, ora para comentar alguma matéria de seu interesse que houvésemos publicado, ora para solicitar algum número atrasado que por acaso lhe faltasse. Aliás, a NBH já lhe prestou singela homenagem, em 1971, dedicando-lhe a nota de abertura de seu número 23, a propósito da publicação de seu livro **História e Historiografia**. A nota que então publicamos foi, bastante ampliada e acrescida da bibliografia do historiador, reproduzida na "Revista de História", nº 88, daquele mesmo ano de 1971. É nossa intenção — já que mais de quinze anos são passados — atualizar a vasta bibliografia honoriana e publicar nota mais circunstanciada num dos próximos números. Por ora, apenas a homenagem sentida da **Notícia Bibliográfica**, a quem por ela tanto se interessou.

\*

### BRUNO KIEFER

A morte de Bruno Kiefer, em Porto Alegre, em 27 de março do corrente ano, aos 64 anos incompletos, veio privar o Brasil de um vulto ilustre nos campos da composição, do ensino, da história, da musicologia.

Nascido em 9 de abril de 1923 em Baden-Baden, República Federal da Alemanha, aos nove anos de idade radicou-se em Porto Alegre. No Instituto de Belas Artes da capital gaúcha iniciou intensivos estudos de música erudita na classe de Ênio de Freitas e Castro. Com Koellreuter aprofundou-se no serialismo dodecafônico. Suas primeiras composições datam de 1957, nas quais se mostra liberal perante os pluriformes caminhos da linguagem musical contemporânea, inclusos os elementos da tradição brasileira. Entre as obras que vieram a lume a partir de 1964, cumpre mencionar **Diálogo** para orquestra e piano; **Suite Electra**; **Convertimento**, ambas para orquestra de cordas; **Trio** para piano, violino e violoncelo; **Incognitas e Sertão**; **Mistério**, ambas para piano, violino, viola e violoncelo; duas **Sonatas** para piano; música vocal de câmara; **Madrigais Gaúchos** para coro misto "a capella", etc.

Dirigiu a Divisão de Música da Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul. Fundou e dirigiu os Seminários Livres de Música, de Porto Alegre.

Detentor de um estilo de ótimo estofo, claro, fluente, sem pedantismo livresco, Bruno Kiefer enriqueceu a parca bibliografia musicológica brasileira com trabalhos de envergadura, merecendo especial referência os seguintes: **Música Alemã: dois estudos; História e significado das formas musicais; Elementos de linguagem musical; Música e dança popular: sua influência na música erudita; A Modinha e o Lundu; História da música brasileira; Francisco Mignone: vida e obra; e Villa-Lobos e o modernismo na música brasileira.** ( De uma nota do dr. José da Veiga Oliveira, em "O Estado de S. Paulo", 25-4-1987 ).

\*

#### NOTA DE PESAR

Além dos dois grandes historiadores e do compositor e musicólogo que vimos de registrar, de fins de dezembro do ano passado até o momento em que fechamos esta edição ( fim de abril ), tivemos a tristeza de assinalar o falecimento de diversas outras figuras de projeção na vida cultural da cidade, do Estado e do País, todos muito ligados a esta publicação, motivo pelo qual registramos seus nomes numa sentida homenagem. **Messias Gonçalves Teixeira**, professor renomado em diversos estabelecimentos de ensino da cidade, cultor devotado da língua portuguesa, sobre a qual escreveu diversos trabalhos, deixando, também, um livro de memórias e as biografias de São Vicente de Paulo e de Paulo Setúbal; pertencia às duas Academias de letras da cidade. **Wilson Brandão Toffano**, agrônomo, que realizou brilhante carreira no Instituto Biológico de São Paulo, também cultor das letras, poeta de muita inspiração e sensibilidade, excelente orador e dotado de grande cultura humanística; ocupava a presidência da Academia Campinense de Letras. **Durval Breda Cardoso** e **Ramão Gomes Portão**, dois brilhantes jornalistas, ambos com excelente folha de serviços à imprensa paulista e ambos integrantes da Academia Paulista de Jornalismo. **Theodoro Heuberger**, grande benemérito das artes, particularmente da música, fundador da "Pró Arte" e da Escola Livre de Música de São Paulo e ainda dos Cursos de Férias ( de música ) de Teresópolis. **Renato da Silveira Mendes**, eminente figura do grupo inicial de geógrafos formado pela Universidade de São Paulo, da qual foi professor; deixou importantes trabalhos de geografia humana, particularmente o livro **Paisagens culturais da Baixada Fluminense** e colaborou mais de uma vez com esta publicação. **Joaquim Inojosa**, jornalista ilustre, pioneiro do movimento modernista no Nordeste, assunto sobre o qual muito escreveu. **Haroldo Valadão**, um dos nossos grandes juristas, mas também dedicado cultor da História, membro atuante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja **Revista** abriga muitas páginas de sua autoria. De quase todos estes mortos que aqui reve-renciamos, o responsável por esta publicação ocupou-se em seus artigos semanais no "Correio Popular", de Campinas.

## UM POUCO DE MÚSICA

## ADENDO A UMA DISCOGRAFIA

Quando preparamos o número especial desta publicação consagrado a Carlos Gomes, a propósito de seu sesquicentenário transcorrido no ano passado (nº 123), julgamos oportuno incluir uma discografia senão completa (dificilmente alguma o será), mas o menos incompleta possível, a fim de dar a conhecer aos leitores o que já se fez em matéria de divulgação fonográfica da obra de nosso compositor. Provavelmente muitos terão estranhado ser tão pequena a discografia de Carlos Gomes, constituída até há pouco de uma monótona repetição dos mesmos trechos orquestrais ou vocais de suas óperas. Ultimamente, contudo, vem sendo feito esforço no sentido de divulgar outras obras de Carlos Gomes, que não sejam trechos de suas óperas: canções e peças para piano.

O referido número de **Notícia Bibliográfica** já estava sendo impresso, portanto sem possibilidade de qualquer alteração, quando apareceram mais três discos com obras do compositor campineiro, os quais não puderam ser citados na discografia elaborada. Para sanar a lacuna, julgamos oportuno divulgar este adendo.

O primeiro dos discos continua a série de canções interpretadas por Niza de Castro Tank, acompanhada ao piano por Achille Picchi. Trata-se do segundo disco de nossa grande soprano, editado, tal como o primeiro, pela Unicamp, com notas do Reitor Paulo Renato Costa Souza e do jornalista e pesquisador Benedito Barbosa Pupo (nº 150-II). Contém treze canções de Carlos Gomes: "Noces d'argent", "Civetuolla", "Bela ninfa de minh'alma", "Fracare Genitor", "Conselhos", "Romance", "Pensa", "Tu m'ami", "La Madamina", "La Moda", "La Boletta", "Canta ancor" e "Povera Bambola". De todas estas, apenas uma — "Conselhos" — havia sido anteriormente gravada.

Pelo segundo disco, da etiqueta "Phonodisc" (O. 34.405.347), responde a pianista campineira Dalva Tirico e reúne seis peças originais para piano e ainda a transcrição para piano da abertura de "O Guarani", do "Hino Acadêmico" e da modinha "Quem sabe". Quase todas as peças originais apresentadas neste disco já constavam de gravações anteriores, de Lídia Alimonda e Fernando Lopes. É este o elenco do disco: "Preludietto", "Uma paixão amorosa", "Caxoeira", "Niny", "Murmúrio", "Grande valsa de bravura", "II fucille ad ago" e "Variações sobre Tronco do Ipê e Ouro sobre azul". Para completar o disco, a pianista acrescentou

duas peças de Sant'Ana Gomes ( "Saudade" e "Frederiquinho" ) e mais a "Fantasia sobre o Hino Nacional Brasileiro", de Gottschalk, indicada, não sabemos porque, como "homenagem a Carlos Gomes", quando a obra do compositor norte-americano nada tem a ver com o nosso conterrâneo.

O terceiro disco, pelo qual responde nossa Sinfônica conduzida por Benito Juarez, volta ao caráter repetitivo de outros discos anteriormente gravados com os mesmos trechos orquestrais das óperas de Carlos Gomes: aberturas de "O Guarani", da "Fosca" e de "Salvador Rosa" e a "Alvorada" de "O Escravo". Apenas uma originalidade: o prelúdio do primeiro ato de "Côndor", que realmente ainda não havia sido gravado, pelo menos em gravação comercial. A louvar-se, neste disco, além de sua qualidade, o patrocínio de importante firma ( 3M do Brasil ), que deu ao disco o rótulo "Scotch" ( nº 1 da série ), a mesma marca de outros produtos da grande empresa. ONM.

\*

\*

\*

## MEMÓRIA CAMPINEIRA (30)

## HEITOR PENTEADO, PREFEITÔ DE CAMPINAS

Heitor Penteado é um dos nomes mais significativos não apenas da história de Campinas, como da própria história paulista. Nascido em nossa cidade a 16 de dezembro de 1878, diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo e em sua cidade iniciou brilhante carreira, a princípio como promotor público e curador de órfãos, cargos que deixou em 1910, quando se candidatou à vereança e à prefeitura da cidade, exercendo esta por um período de dez anos, ou seja até 1920. Posteriormente, foi Secretário da Agricultura, Viação, Comércio e Obras Públicas do Estado e, a partir de 1927, vice-presidente do Estado no governo de Júlio Prestes. Neste cargo, coube-lhe exercer o governo em 1930, quando foi surpreendido pela Revolução de outubro daquele ano, que pôs fim à chamada “Primeira República”. Após 1930, Heitor Penteado ainda voltou a ocupar posições de relevo na vida pública paulista, entre as quais a presidência do Banco do Estado. Faleceu a 8 de maio de 1947.

Em 1923, sendo Heitor Penteado Secretário da Agricultura do Estado, a Prefeitura de Campinas deu seu nome à pequena praça localizada ao lado da Escola Normal (ala da rua General Osório). Todavia, com o tempo, a área da referida praça acabou sendo cedida à Escola Normal, que nela construiu sua praça de esportes. Assim, desapareceu o logradouro público que homenageava o grande campineiro. Posteriormente, seu nome foi dado à grande avenida que contorna a Lagoa do Taquaral, hoje uma das mais belas artérias da cidade. Por sua vez, o Estado deu seu nome à rodovia (hoje praticamente uma avenida) que liga a cidade ao distrito de Sousas.

Por ocasião do centenário de Heitor Penteado, em 1978, significativas homenagens lhe foram tributadas, destacando-se entre estas a sessão solene realizada no Palácio dos Bandeirantes (sede do Governo do Estado), na qual foi orador oficial o médico, historiador e acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho. De sua conferência, destacamos o tópico referente à atuação de Heitor Penteado como prefeito de nossa cidade:

“Em breve e resumida exposição das principais realizações, recorde-se que à frente do Executivo Municipal ele conseguiu consolidar a situação financeira, que deixou de ser altamente deficitária para manter-se

nos limites de orçamentos equilibrados; substituiu, em 1912, os lampiões de gás — hoje tão saudosamente evocados como símbolos de tempos melhores, lembranças nostálgicas de noites de serenatas cantadas pela rapaziada da época, cantadas pelos joviais e travessos filhos, sobrinhos e primos do prefeito — substituiu, repito, os lampiões de gás pela iluminação elétrica e as primeiras 240 lâmpadas de 60 volts, colocadas a título experimental, clarearam a rua dr. Quirino e os largos de São Benedito e da Imprensa Fluminense; ainda em 1912 contratou com a Companhia Campineira de Tração, Luz e Força, a mesma que se encarregou da iluminação, a substituição dos bondes de tração animal, os pitorescos bondinhos de burros, pelos elétricos, que, mais tarde, em treze linhas, ligaram ao centro os bairros da cidade. Transformou o antigo Mercado de Hortaliças, ou Mercadinho, na Casa das Andorinhas, que foi visitada por Ruy Barbosa, autor de famosa página literária sobre as andorinhas de Campinas. Calçou com paralelepípedos as ruas centrais, fez calçadas e arborizou a avenida da Saudade, que leva ao cemitério do mesmo nome, onde ergueu o imponente pórtico e edificou a sede da administração; desapropriou casas para alargar a rua Bernardino de Campos, a partir da praça Antônio Pompeu e a avenida resultante recebeu o nome do humanitário médico Tomás Alves. Construiu sedes para as subprefeituras dos quatro distritos que Campinas possuía: Valinhos, Rebouças (hoje Sumaré), Cosmópolis e Vila Americana (hoje cidade de Americana). Remodelou os serviços de águas e esgotos, multiplicou galerias pluviais, e adquiriu de empresa particular, incorporando à Prefeitura, o serviço de Limpeza Pública. Em 1915 comprou a área e formou o bem conhecido Bosque dos Jequitibás. E neste particular, refira-se que Heitor Penteado foi chamado o 'prefeito dos jardins'. Assim é que em 1913 inaugurou o ajardinamento da praça Carlos Gomes, cujas palmeiras imperiais datavam de 1883; posteriormente reformou os jardins das praças Luís de Camões, do Pará, da Imprensa Fluminense e Pedro II (Largo de São Benedito). Remodelou totalmente, em 1916, a praça Bento Quirino, que era toda pavimentada de mosaico português e servia de pista de patinação, iluminada por dois grandes lampiões. Ora, os raros automóveis existentes passavam por cima do mosaico e ali estacionavam, avariando a pavimentação. O prefeito elevou o nível, arrancou o mosaico e os lampiões, e ajardinou a praça, que é, como se sabe, aquela situada na frente da Igreja do Carmo. Empenhou-se e conseguiu, em 1917, a instalação de uma agência da Caixa Econômica Estadual, e em 1918 desvelou-se na adoção de medidas de assistência ao povo por ocasião da epidemia de gripe espanhola. E agora se revela a melhor faceta do tino administrativo de Heitor

Penteado. Como prefeito ele previu a importância das estradas de rodagem para o desenvolvimento econômico. E, então, abriu estradas que ligaram Campinas aos seus quatro distritos e alargou e melhorou as existentes no município, antes servindo apenas às carroças e cavaleiros.”

( Heitor Penteado no centenário de seu nascimento, p. 20-21. São Paulo 1980. Publicação promovida pela família de Heitor Penteado reunindo discursos e conferências pronunciados por ocasião do transcurso da efeméride centenária do grande paulista. A conferência de Lycurgo de Castro Santos Filho, aqui mencionada, pode ser lida também em “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, volume 76, pp. 42-54. São Paulo, 1980 ).

\*

\*        \*

## TEXTOS

( Sugestões para seminários )

REPRESENTAÇÃO DO POVO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DE PERNAMBUCO

( 27 de junho de 1848 )

Ilmos. srs. deputados provinciais.

O povo desta capital, reunido em torno da Casa de vossas sessões, vem pacificamente usar do direito que lhe concede o art. 179, § 30, da Constituição, pedindo-vos que o atendaís no que passa a expor.

Vinte e seis anos faz que o Brasil é independente e no entanto o povo tem continuado a ser esmagado pela influência estrangeira: têm-se sucedido diversos ministérios e legislaturas, houve a reforma da Constituição, promulgaram-se centenas de leis, e o estrangeiro continuou e continua ainda em seu predomínio feroz, em sua conquista bárbara.

Não satisfeito em haver transportado para a Europa todo o nosso ouro, ele invadiu o nosso comércio de uma maneira espantosa; e, como se isto não fosse bastante para saciar sua avareza, ele trata de apropriar-se de todos os ramos da indústria brasileira. Já não há artista nacional que possa viver de seu trabalho, porque o estrangeiro ambicioso lhe tem roubado todos os meios honestos de uma subsistência lícita; e, não satisfeito com tudo isto, ele tenta contra a vida dos filhos do Brasil, em seu país, como ontem acontecera nesta mesma cidade, segundo deve ter chegado ao vosso conhecimento.

Um estado tão desonroso e aviltante como este não pode ser mais tolerado pelo povo, e portanto ele se apresenta perante vós, encorajado pela consciência do seu direito, pedindo-vos que o salveis da dominação estrangeira, fazendo passar uma lei que garanta aos nacionais unicamente o comércio a retalho, bem como o direito de serem caixeiros, e o exercício dos diferentes ramos da indústria brasileira dentro da província, prevenindo, por meio de sábias disposições, que não seja iludida a providência que do vosso patriotismo se exige.

Outrossim, requer o povo que ordeneis ao presidente da província que, no prazo improrrogável de quinze dias, faça embarcar a todos os portugueses solteiros, que se acharem nesta cidade e nos demais lugares da província, visto serem inimigos implacáveis dos brasileiros, como em

diferentes épocas têm mostrado; assim também, que representeis à Assembléia Geral da nação acerca da necessidade que tem o país de uma Assembléia Constituinte para tratar de uma reforma social que se harmonize com o progresso liberal do século e estado presente da sociedade brasileira.

O povo confia em vós, srs. deputados provinciais, e por isso espera que o atendereis, fazendo passar dentro em três dias a lei de que acima se faz menção, e decretando providências tais que desde já não haja mais um caixeiro estrangeiro, à exceção daqueles que são indispensáveis nas casas de grosso trato, os quais não poderão exceder a um em cada uma delas.

Se não for atendido, o povo protesta usar dos meios que a sua razão lhe sugerir, para libertar-se do insultante jugo que o oprime; e sobre vossas cabeças, srs. deputados provinciais, recairão as consequências de qualquer conflito que proventura haja de aparecer.

Pátio da Assembléia provincial, 27 de junho de 1848.

( Paulo Bonavides e R. A. Amaral Vieira, **Textos políticos da História do Brasil**, pp 449 e 450. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará (1973)).

\*

## BIZÂNCIO E ROMA

( Tácito )

LXII. Os bizantinos, tendo alcançado licença para falar, e pedindo aos padres que lhes diminuíssem também o grande peso dos tributos, mencionaram todas as antigas razões em que se fundavam para isto, principiando pela aliança que haviam feito conosco na guerra que tivemos com aquele rei de Macedônia, chamado vulgarmente Pseudo-Filipe, por ser indigno do tal nome. Referiram depois os socorros que nos tinham dado contra Antfoco, Perseu e Aristônico; quanto na guerra dos piratas tinham auxiliado Antônio; os oferecimentos que haviam feito a Sila, a Lúculo e Pompeu; e afinal os serviços modernos praticados com os Césares, servindo sempre a sua cidade, por mar e por terra, tanto para passagem dos nossos exércitos como para o transporte das suas municações.

LXIII. Com efeito, os gregos edificaram Bizâncio na extremidade da Europa, sobre o Bósforo mais estreito que a separa da Ásia; e a

razão que a isso os determinou foi que, consultando o oráculo de Apolo Pítio para saberem em que parte fundariam a cidade, tiveram em resposta: “que escolhessem um lugar oposto à terra dos cegos”. Por este enigma eram designados os calcedônios que, sendo os primeiros que ali aportaram, e podendo aproveitar os melhores sítios do país, escolheram por fim o pior. Acha-se realmente Bizâncio em um terreno fértil, e sobre um mar fecundo; porque a imensa quantidade de peixes, que sai do Ponto Euxino, atemorizando-se com os muitos e oblíquos rochedos que estão à flor d’água na margem oposta, vêm toda obrigar-se a estas praias. Em razão disto foram os bizantinos em outro tempo muito comerciantes e ricos; mas oprimidos depois com onerosos tributos, pediam agora que estes fossem abolidos de todo, ou pelo menos diminuídos. Favorecia o príncipe o seu requerimento, e propôs que deviam ser aliviados em atenção ao muito que, ainda havia pouco tempo, tinham padecido com as guerras da Trácia e do Bósforo. Perdoaram-se-lhes conseqüentemente os tributos por espaço de cinco anos.

( *Anais*, livro XII. Trad. J. L. Freire de Carvalho. Rio de Janeiro, Jackson, 1964; pp. 303/304; Coleção dos Clássicos Jackson, v. 25 ).

\*

\*        \*

## VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

## CRAVEIRO COSTA ( 1874-1934 )

O historiador alagoano João Craveiro Costa ( literariamente conhecido apenas por Craveiro Costa, que é como subscrevia suas publicações ), que tomamos como “vulto da historiografia brasileira” deste número de nossa publicação, nasceu em Maceió a 22 de janeiro de 1874 e na mesma cidade faleceu a 31 de agosto de 1934. Com exceção de um período de treze anos em que viveu no então Território do Acre, onde foi promotor público, inspetor de ensino, fundador e diretor de jornal, entre outras coisas, sua vida transcorreu toda em Alagoas e os temas alagoanos estão sempre presentes em sua obra: desde um pequeno livro didático sobre a história de sua terra até a biografia do Visconde de Sinimbu, que deixou inédita e só veio a ser publicada três anos após o seu falecimento. Escreveu sobre economia, finanças, estatística, geografia, ensino, política, administração pública e dedicou-se ao jornalismo, que foi, juntamente com a pesquisa histórica, o seu grande centro de interesse. Passou a integrar o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas em 1923, ocupando cargos em sua diretoria e publicando numerosos trabalhos na preciosa revista editada pelo sodalício alagoano.

Ao comemorar-se o centenário de seu nascimento, em solenidade promovida pelo Instituto, o sr. Abelardo Duarte teve oportunidade de proferir magnífica conferência sobre o historiador e jornalista alagoano, com o objetivo, segundo confessa, de tirá-lo do esquecimento: “sofreu a memória do ilustre alagoano um verdadeiro processo de desgaste, na sua terra natal; uma cortina de silêncio, de esquecimento, de indiferentismo, envolveu-o como negro sudário de injustiças”.

Com base nessa conferência de Abelardo Duarte ( outro insigne historiador alagoano ), que pode ser lida em o volume 31 da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano” ( pags. 107 a 122 ), compo-remos esta nota em homenagem a Craveiro Costa, nome que, a partir de certo momento, deixou de ser apenas alagoano para se tomar nacional, uma vez que seus dois mais importantes livros ( a já citada biografia de Sinimbu e **A Conquista do Deserto Ocidental** ) foram publicados na renomada “**Brasiliiana**”, da Companhia Editora Nacional, de São Paulo, inegavelmente a mais vasta e importante coleção de estudos brasileiros até hoje levada a efeito no país. Aliás, convém recordar que um dos primeiros livros de Craveiro Costa — a sua **História das Alagoas** — foi publicado também

por uma das maiores editoras brasileiras, a Companhia Melhoramentos de São Paulo, numa série de “resumos didáticos” das histórias dos Estados do Brasil. O plano da editora era publicar a história de todos os Estados; mas, infelizmente, apenas dez volumes foram editados: Pará, Ceará, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e a cidade do Rio de Janeiro, ou seja o antigo Distrito Federal. E diga-se em abono de Craveiro Costa que o seu volume sobre Alagoas é um dos mais bem feitos dessa preciosa coleção, hoje bastante rara.

“Craveiro Costa não deixou volumosa bagagem histórica, mas nos legou o bastante para o creditar como um dos maiores membros da pequena família de pesquisadores alagoanos no terreno da história e no da geografia, por ele mais palmilhados. Seria o nosso Capistrano de Abreu, com quem aliás possui pontos de contato, se não fosse o homem inconformado com o seu destino, insubmisso aos caprichos da sorte, insatisfeito com o seu dia-a-dia mesquinho, sem condições de dedicar-se inteiramente à pesquisa e ao estudo que demandam tempo e tranqüilidade. Faltou-lhe também certa disciplina de trabalho. Mesmo assim, Craveiro Costa foi quase sobrehumano nessa tarefa. (...) Investigou bastante e conseguiu esclarecer vários pontos nebulosos de nossa formação sócio-histórica. Nesse capítulo, deu ordenação aos episódios, com sentido metodológico, como aconteceu com sua pequena **História das Alagoas**, bastante elucidativa. Entretanto, Craveiro Costa nesse e em outros trabalhos históricos, terá incorrido em imperdoável falha, não dando a indicação das fontes. Está claríssimo que ele não ignorava a importância e, mais do que isso, a necessidade de obediência dessa regra metodológica. Os ensaios e crônicas de sua pena, publicados em jornais e revistas, como a **Revista do Ensino**, onde Craveiro Costa desenvolveu um verdadeiro apostolado de civismo e alagoanidade, inserindo até sínteses biográficas de vultos de nossa história, muito contribuíram para tornar o nome dele bastante conhecido e familiar no meio do magistério alagoano e no próprio meio intelectual da terra, que o apreciava, de há muito já, como ardente jornalista.”

E adiante: “De sua produção histórica, desejo destacar, sem demérito dos seus demais trabalhos, **O Visconde de Sinimbu, sua vida e sua atuação política nacional, A Conquista do Deserto Ocidental: subsídios para a história do Acre** ( ambas incluídas na “Brasileira”, o que dá a medida de seu valor ); **Maceió** ( com um apêndice e anotações de Manuel Diegues Júnior ); **A Emancipação das Alagoas e História das Alagoas: resumo didático**. A primeira dessas obras, publicação póstuma, terá sido aquela escrita com maior calor, com maior entusiasmo. A figura do grande político e estadista alagoano recebeu de Craveiro Costa um estudo sério, com o destaque de sua atuação na política local e na esfera mais larga da política nacional. É uma síntese histórica dos maiores acontecimentos políticos alagoanos e nacionais e um largo painel em que, a partir de 1839, se destaca a personalidade de Sinimbu”.

De **A Emancipação das Alagoas** diz: “É um estudo que fugiu inteiramente aos moldes dos que a respeito do ato de D. João VI separando Alagoas do território de Pernambuco havia na nossa literatura histórica. Buscou outra maneira de tratar o delicado assunto, não incidindo nos desgastados clichês e nas repetições, mas tratando o tema sob o ângulo do materialismo histórico”.

Em **A Conquista do Deserto Ocidental**, o “livro mais meditado de Craveiro Costa”, o escritor alagoano “sagra-se o verdadeiro historiador”. “É nesse livro que se tem conta das imensas possibilidades de escritor firme que havia em Craveiro Costa e que o poderiam levar a um lugar de destaque no cenário das letras históricas no plano nacional. O autor não se cinge a uma abordagem historiográfica dos episódios que culminaram com a independência do Acre, mas intervem constantemente na análise deles. É opinativo. É interpretativo”. De sua **História das Alagoas**, diz: “Como uma síntese histórica não se pode exigir mais do que fez. Deu mostra de que Craveiro Costa poderia se ter lançado à elaboração de uma obra de maior tomo, aproveitando o mesmo esquema”. Todavia, reconhece que o livro não está isento de “seu entranhado partidário político”. Há capítulos que exigem revisão, porém é trabalho meritório. E conclui sua conferência (que, infelizmente não pudemos acompanhá-la em todos os seus passos) afirmando que a obra mestra do historiador alagoano é **A Conquista do Deserto Ocidental**, “um dos nossos livros fortes”, no dizer de Aurino Maciel, ou um livro onde “o historiador se revela em toda sua pujança”, segundo Manuel Diegues Júnior. Se houvesse escrito só este livro, seu nome estaria assegurado nas páginas de nossa historiografia.

#### BIBLIOGRAFIA DE CRAVEIRO COSTA

- O fim da epopéia acreana: notas para a história do Acre.** Maceió, Typ. Alagoana, 1924. Reeditado com o título **A Conquista do deserto ocidental**, com introdução e notas de Abgvar Bastos. São Paulo, Editora Nacional, 1940. Coleção “Brasília”, volume 191. Em 1974, publicou-se uma terceira edição, na mesma série “Brasília”, tendo a mais um prefácio de Arthur Cézár Ferreira Reis.
- Catálogo da seção de documentos relativos ao Estado de Alagoas.** Maceió, Of. Gráfica da Casa Ramalho, 1926.
- História das Alagoas: resumo didático.** São Paulo, Melhoramentos, 1929. Reedição fac-similar em 1983 pela Secretaria de Educação e Cultura de Alagoas.
- Intrusão pública e instituições culturais de Alagoas.** Maceió, Imprensa Oficial, 1931.
- Alagoas em 1931: inquéritos econômicos, financeiros, políticos e sociais** Maceió, Imprensa Oficial, 1932.
- O Visconde de Sinimbu, sua vida e sua atuação política nacional;** pref. Aurino Maciel. São Paulo, Editora Nacional, 1937. Coleção “Brasília”, v. 79.
- Maceió.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1939. Com apêndice e anotações de Manuel Diegues Júnior. Segunda edição fac-similar, em 1981, Maceió, Departamento de Assuntos Culturais.

**Emancipação das Alagoas.** Intr. de Moacir Medeiros de Sant'Ana. Maceió, Arquivo Público, 1967. ( Toda a matéria deste volume fora publicada primeiramente no "Jornal de Alagoas", em 1923 ).

Deixou inéditos **Alma de Alagoas** ( com capítulos publicados na "Revista do Ensino", em 1927 ) e **História administrativa e política de Alagoas**.

Trabalhos publicados na antiga "Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano": **O Patriarca do Instituto** ( José Bento da Cunha Figueiredo Júnior ); **A Confederação do Equador e a Província das Alagoas**; **A primeira Assembléia Provincial**; **Os inquéritos censitários em Alagoas**; **Elogio de D. Pedro II**; **O Visconde de Sinumbu**; **Maceió, seu desenvolvimento histórico**; **Deodoro e o Imperador**; **Calabar perante a história moderna**; **Os deputados alagoanos nas cortes portuguesas**; **A Inconfidência Mineira e Cem anos de jornalismo: memória histórica sobre a imprensa alagoana**.

Uma nota da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas" informa que Craveiro Costa deixou, ainda, numerosos trabalhos históricos esparsos em diversas publicações periódicas; entre outros, os seguintes: **Dicionário corográfico do Estado de Alagoas**; **A ação da maçonaria na Independência**; **A evolução intelectual de Alagoas**; **Município de Pilar**; **O Ouvidor Batalha**; **A Bernarda de 1839** e **Evolução do ensino público em Alagoas**.

## SELETA

## FORMAÇÃO SOCIAL DAS ALAGOAS

Craveiro Costa

A população que nele ( no território alagoano ) se estabeleceu dedicou-se à agricultura. Os povoados surgiram, em geral, dos centros agrícolas, com o engenho por célula, sob a proteção do sesmeiro, senhor da terra, senhor da escravaria, senhor do gado, elementos essenciais do trabalho colonial. A expansão do burgo não afasta o engenho de açúcar e o proprietário para a exercer a sua autoridade sobre as atividades que se congregaram e essa autoridade, dominadora e absorvente, se transmite naturalmente, com a sucessão da propriedade, aos descendentes. E esse predomínio está na razão direta da opulência senhorial.

A organização da comarca quebrantou um pouco esse prestígio formidável, pela imposição generalizadora da lei e domínio legal da autoridade judiciária. Assim, já havia no território um poder maior e legal a que se podia recorrer do arbítrio feudal. E se bem que esse recurso, que a lei assegurava, fosse moroso e, não raro, ineficaz, por se decidir sempre a favor do mais forte, a simples presença de uma magistratura togada, estranha ao meio, amparada pela força das armas, mais ou menos próxima, serviu para cercear um pouco o poderio dos senhores da terra, deixando-os com as suas arrogâncias e as suas violências nos limites do engenho ou da fazenda pastoril.

Dentro, porém, de seus domínios o senhor era soberano, e essa soberania, tomando outro aspecto ao ser criada a capitania, solidificou-se ao ingressar na vida política, que se instaurava. Agora o senhor perde a rudeza colonial ao contacto de outras influências sociais; mas se expande, saindo da raia da propriedade rural e dos limites do município para abranger municípios circunvizinhos, ligando-se a outros magnatas, por diferentes meios de aliança.

Surgem as oligarquias municipais. A província, principalmente ao norte, tornou-se um conglomerado de oligarquias, cada qual com o seu poder central, o seu chefe, ante o qual se dobravam todas as vontades, se amolgavam todas as resistências. Dominavam a província como fatores econômicos, como forças políticas, como expoentes sociais. Economicamente eram os produtores da riqueza; politicamente eram os

grandes eleitores; socialmente eram a aristocracia faustosa que a monarquia brasonava em baronatos e viscondados.

Meia dúzia de famílias enriquecidas na lavoura, com prestígio vindo do período colonial, ficou, durante toda a monarquia, dominando na província. Ao redor delas gravitavam miríades de satélites, desde o cabo eleitoral à turba-multa de anônimos, a cuja dedicação os chefes das oligarquias recorriam, de quando em vez, quando era preciso opor à força numérica do voto a força decisiva do bacamarte.

Os núcleos principais dessas formidáveis oligarquias, que, em propriedades de grandes extensões, haviam firmado a sua riqueza na lavoura da cana, eram Porto Calvo, Porto de Pedras, Maragogi, Pioca, Santa Luzia, Coruripe, Camaragibe, São Miguel e Alagoas. Em 1870 a população escrava desses dez centros agrícolas, que constituíam outras tantas freguesias, era de 32.746 indivíduos para 116.192 habitantes livres. O escravo era a musculatura do regime, o fator maior da riqueza, o elemento primordial da economia pública.

Em 28 freguesias, naquele ano, estava dividida a província. As dez mencionadas constituíam a zona açucareira por excelência. Nas demais 18, a organização econômica tomara por base a indústria pastoril, auxiliada pelo cultivo do algodão. Era a zona dos latifúndios. O braço escravo não precisava ser tão numeroso. A sociedade no sertão formou-se mais democraticamente, como observa o professor Moreno Brandão; os homens que nela se salientaram pela opulência não tiveram na política provincial a mesma ascendência dos senhores de engenho do norte. A distância a que ficavam da capital, onde se reuniam os elementos orientadores da evolução política e onde se faziam as conspirações que levavam ao poder, não permitia a disputa vantajosa das posições. E foram precisamente as dificuldades resultantes dessa distância que, afastando das altas esferas administrativas os próceres sertanejos, mantiveram os pendores democráticos dos homens fortes e sinceros dessa zona.

Para as 18 freguesias do sertão apenas 16.052 escravos, a metade da escravaria das dez freguesias açucareiras. Por isso, quando, em 1888, a abolição, abrindo as senzalas e desertando os campos agrícolas e pastoris, derrubou o prestígio do senhor de engenho, a zona pecuária não chegou a desorganizar-se para o trabalho. Outro tanto não aconteceu na zona açucareira, onde a desorganização do trabalho abalou profundamente o edifício econômico, social e político, que os senhores de engenho haviam construído sobre o dorso frágil do escravo.

## RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

( Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas.).

### 150. CURSO DE BANDEIROLOGIA

Em 1946, portanto há quarenta anos, sendo interventor federal em São Paulo o embaixador Macedo Soares, promoveu o Governo Estadual um "Curso de Bandeirologia", ministrado por expressivas figuras das letras históricas do País: Afonso de Taunay, Virgílio Corrêa Filho, Sérgio Buarque de Holanda, Alfredo Ellis Júnior, Afonso Arinos de Melo Franco, Joaquim Ribeiro, Tito Lívio Ferreira, Sérgio Millet, Félix Guisard Filho e Paul Vanorden Shaw. Da organização do curso encarregou-se Honório de Sylos, então diretor do Departamento Estadual de Informações. Recordo-me da excelente receptividade desse curso, num momento bastante significativo de nossa História.

O importante a registrar, no caso, é que o próprio Governo do Estado, meses depois, promoveu a publicação de um belo volume, ilustrado por Belmonte, grande caricaturista e também dedicado pesquisador da história paulista, contendo seis das dez conferências de que constou o curso. Faltou ao volume uma nota introdutória, prefácio ou coisa similar ( e ninguém melhor que Honório de Sylos para o fazer ) informando sobre a natureza, o programa e os objetivos do curso e, ainda, uma nota sobre os conferencistas, pessoas muito conhecidas na época, não há dúvida, mas, em alguns casos, menos lembradas pelos pósteros. Foi uma pena que não se publicassem todas as conferências. Não sei se seus autores não as escreveram ou se ficaram propositalmente para um segundo volume, que, neste caso, não chegou a sair.

A verdade é que, embora tendo apenas quarenta anos, o **Curso de Bandeirologia** tornou-se livro bastante raro, pois sua tiragem foi limitada e a distribuição restrita. Nele se inserem as seguintes conferências: "O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil" ( Taunay ); "O bandeirismo na formação das cidades" ( Corrêa Filho ); "O bandeirismo na economia do século XVII" ( Ellis Júnior ); "A sociedade bandeirante das Minas" ( Afonso Arinos ); "Problemas fundamentais do folclore dos

bandeirantes" ( Joaquim Ribeiro ) e "As monções" ( Sérgio Buarque de Holanda ).

Graças à atenção de Honório de Sylos, posso informar os títulos das que não foram publicadas: "Os últimos bandeirantes" ( Tito Lívio Ferreira ); "Vida e morte do bandeirante" ( Milliet ); "Os bandeirantes no Vale do Paraíba" ( Guisard ) e "O bandeirismo e as grandes revoluções modernas" ( Shaw ).

Dos dez conferencistas, apenas dois sobrevivem: Tito Lívio Ferreira e Afonso Arinos; e sobrevive também, para alegria nossa, o organizador do curso, Honório de Sylos, meu querido amigo e confrade da Academia Paulista de Letras. Como seria bom se as conferências que permaneceram inéditas pudessem ser encontradas, para que delas se fizesse uma publicação ou em avulso ou em alguma das revistas culturais que circulam em São Paulo ! ( 1-10-1986 )

\*

## 151. REBUSCANDO O PASSADO BOTUCATUENSE

É sempre um prazer a leitura de uma história de cidade que não se preocupe apenas com o nome do fundador ou a data da fundação da mesma. Quantos e quantos volumes não fazem outra coisa, não levando, no mais das vezes, a nada. Sem desprezar tais elementos, pois, afinal, eles têm sua importância, Hernani Donato demonstrou em seu livro sobre a história de Botucatu ( sua terra natal ) que, na crônica de uma cidade há coisas bem mais importantes. Talvez seu livro peque pelo excesso de informações. Todavia, bem pensando, elas não são supérfluas. O autor as colocou numa seqüência que nos permite conhecer o processo de evolução da cidade. Particularmente quando se percebe que elas servem ao "cotidiano" — um dos pontos fracos da história urbana brasileira. Poderia, ainda, tal soma de informações cansar ao leitor que não conheça a cidade. Não a mim, que a conheço, tendo dela até uma certa vivência. A falta que senti, isto sim, foi de uma planta da cidade, que me permitisse localizar logradouros a toda hora mencionados.

Pondo de lado a maneira agradável com que Hernani Donato escreve, o que não é novidade para quem conhece sua obra, há, em seu livro, duas coisas que particularmente merecem atenção, pois representam pontos altos do ponto de vista historiográfico. Primeiro: a indicação precisa e correta das fontes. Este é, como já tenho feito sentir em diversas oportunidades, o ponto fraco da historiografia brasileira, sobretudo a mais antiga. Partia o historiador do princípio de que todo mundo tinha obrigação de acreditar no que ele escrevesse. A este respeito, a historiografia moderna vai para o extremo oposto, sendo rigorosa talvez até em excesso

quanto à citação das fontes. O que não impediu que, não faz muito, um conhecido historiador me respondesse a uma crítica que lhe fiz sobre a falta de fontes em seu livro: "Vê lá se eu sou bobo de indicar as fontes que utilizei; os outros que procurem, como eu procurei". Hernani Donato não se importou de ser "bobo"... Não escondeu nada. Quando se refere a documentos do Arquivo do Estado, por exemplo, desce a pormenores, com a indicação até do número da lata ou do maço onde eles podem ser encontrados. Grande lição ! Segundo: o título. Hernani resistiu à tentação de dar ao seu livro título que parecesse definitivo. Quantos por certo o chamariam "História de Botucatu". Nosso autor chamou-o modestamente **Achegas para a História de Botucatu**. Alguém já escreveu que, no Brasil, dificilmente um livro deveria chamar-se "História" disto ou daquilo, mas sempre "Subsídios", "Achegas", "Contribuições", ou coisa parecida, para a história que um dia certamente poderá ser escrita em caráter definitivo. Mas isto, só quando superarmos de vez a fase das pesquisas arquivais que ainda nos impedem digamos a última palavra sobre qualquer coisa.

A registrar-se a bela apresentação do volume, bastante ilustrado, numa coedição da Prefeitura da Cidade e do Banco Sudameris do Brasil (14-1-1978).

\*

## 152. LEGISLATIVO INTERESSADO EM CULTURA

Infelizmente não se trata do nosso. Nem do municipal, nem do estadual. O Legislativo interessado em cultura a que me refiro é o do Estado de Santa Catarina, que se decidiu a promover extenso programa editorial constante, até agora, de nove volumes, versando sobre temas catarinenses, notadamente relativos à história daquele Estado. Tive o privilégio de recebê-los por gentileza do senhor deputado Stelio Boabaid, presidente da Assembléia Legislativa, que m'os enviou por indicação do prezado amigo e confrade professor Walter F. Piazza, da Universidade Federal de Santa Catarina e atuante historiador, autor de numerosas obras sobre a história de seu Estado, duas das quais integrando a coleção que me apraz registrar: **Dicionário político catarinense** e **O Poder Legislativo catarinense**. Para a primeira, obra de vulto, contou Piazza com a colaboração de diversos historiadores para as exaustivas pesquisas que o livro certamente demandou.

É com prazer que registro os outros volumes: **Breve notícia sobre o poder legislativo em Santa Catarina: suas legislaturas e legisladores, de 1835 a 1974**, de Oswaldo R. Cabral; **Integração: estudos sociais e históricos sobre Joinville**, de Carlos Gomes de Oliveira; **A pirita humana: os mineiros de Criciúma**, de Terezinha G. Volpato (sobre as condições de vida dos trabalhadores das minas do Sul do Estado); **A Guerra do Contes-**

tado: a organização da irmandade cabocla, de Marli Aurias; **O Senador Lufs Delfino, sua vida e sua obra**, de Ubiratã Machado, volume comemorativo do sesquicentenário do nascimento do grande poeta e político catarinense; **Um Estado entre as duas Repúblicas**, de Carlos Humberto Corrêa ( sobre as conseqüências da Revolução de 1930 em Santa Catarina ).

Finalmente, a **Ilha de Santa Catarina**. Trata-se de segunda edição de volume aparecido em 1979 e que, parece, foi a primeira obra lançada neste programa editorial da Assembléia Legislativa daquele Estado. Volume bastante precioso, reunindo relatos sobre a Ilha de Santa Catarina de viajantes estrangeiros dos séculos XVIII e XIX. A seleção foi organizada por Paulo Berger, grande especialista em viajantes estrangeiros no Brasil. Reúne depoimentos de vinte viajantes que estiveram naquela Ilha. Volume fartamente ilustrado, inclusive com fac-similes dos frontispícios de todas as obras ( raríssimas ) donde os excertos foram extraídos.

Eis o belo programa editorial magnificamente cumprido pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Como seria bom se todos os legislativos estaduais ( e mesmo municipais ) tivessem idêntico interesse pelos aspectos culturais de seus Estados ou municípios, ao que revelou o de Santa Catarina com relação ao passado da simpática terra "barriga-verde". ( 18-2-1987 )

### 153. O ÚLTIMO LIVRO DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

O saudoso Sérgio Buarque de Holanda sempre se mostrou fascinado pela história da conquista e ocupação do Oeste do Brasil. Demonstrou-o em alguns dos seus trabalhos mais importantes. Não só em **Monções**, como nos ensaios que reuniu para o volume **Caminhos e Fronteiras**. Sobre o tema estava escrevendo trabalho que tudo indicava seria de vulto, quando o abandonou para atender a outros compromissos. E acabou deixando-o inacabado quando a morte o colheu em 1982. Nem sequer teve oportunidade de concluir um capítulo, ficando truncada a última frase.

Bem andou a família do saudoso mestre confiando a José Sebastião Witter os originais do que veio a ser, assim, seu último livro, publicado apenas no ano passado, quatro anos após o falecimento do autor. José Sebastião Witter, que tão bem conheceu Sérgio e por quem demonstrou sempre enorme carinho, desvelou-se em cuidados extremos na revisão do livro, sugestivamente intitulado **O Extremo Oeste** ( São Paulo, Brasiliense ). Consta de dois grandes capítulos: "Caminhos do Extremo Oeste" e "A conquista do Extremo Oeste". A necessidade de proceder à revisão do texto, levou Witter a se referir, no prefácio, a um dos traços curiosos da personalidade do grande historiador: o cuidado com que ele revia seus escritos, sempre à procura de uma forma mais adequada, mais clara, mais consoante com aquilo que ele de fato queria dizer. Não era simples preocu-

pação de perfeccionismo. Não. Witter o diz bem: “Se por um lado existe em Sérgio a perspicácia, a sutileza e a agudeza de percepção sempre reveladora, por outro está o rigor do estilista, que busca e rebusca até encontrar a melhor forma de apresentar, com propriedade, aquilo que encontrou nos documentos”.

Informa o prefaciador que Sérgio certamente faria mais algumas revisões, antes de entregar o livro à publicação. Mas não as fez. É ainda Witter quem nos dá conta de sua tarefa: “Era meu desejo não alterar nada, contudo foi necessária a intromissão na obra do mestre para evitar algumas repetições de palavras, que ele jamais faria e também em alguns pontos onde o argumento provava que o documento usado não fora corretamente transcrito. O próprio mestre, com sua precisão de pesquisador, permitiu a retomada da fonte e a correção precisa.” E cita vários exemplos das correções a que se viu obrigado a proceder.

Não se sabe o que mais o autor pretenderia acrescentar ao volume. Não importa. Vale-nos — e muito — saber que, com esta edição, conforme lembra Witter, “a obra deixa de ser acessível a poucos para atingir a muitos”. E graças a uma edição conjunta da Brasiliense com a Secretaria Estadual de Cultura, cujo titular, Jorge da Cunha Lima, dispôs-se a escrever bonita página de apresentação do livro em tão boa hora editado. ( 25-2-1987 )

\*

## 154. UMA REVISTA DE HISTÓRIA DA ECONOMIA

Há mais de trinta anos, precisamente em junho de 1953, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo lançava o primeiro número de uma preciosa **Revista de História da Economia Brasileira**, cerca de 150 páginas reunindo, além de excelente colaboração, ainda seções de documentos e resenhas bibliográficas. Pela direção, respondia Jorge Martins Rodrigues, ele próprio autor de um dos trabalhos constantes do volume, sobre a rivalidade comercial de ingleses e norte-americanos no Brasil no século passado, assunto na época pouco estudado e que estimularia posteriormente o aparecimento de trabalhos mais desenvolvidos, como, entre outros, o de Antônia Fernanda de Almeida Wright, com o sugestivo título de **O desafio americano**.

Outros capítulos constantes da revista: “Tendências e características gerais do comércio exterior no século XIX”, de Hélio Schlittler Silva; o do “brazilianist” Stanley J. Stein sobre a lavoura de café no Vale do Paraíba; o de Miguel Costa Filho sobre o açúcar em Minas Gerais; o de Heitor Ferreira Lima sobre os aspectos econômicos da Independência e o de Oliver Onody sobre a história do imposto de importação.

A seção de documentação oferecia a tradução de dois capítulos de precioso e raríssimo livro de impressões sobre o Brasil na época da Regência, de autoria de um certo Friedrich Tietz, publicado em Berlim, em 1839. Infelizmente, o tradutor nada informa sobre o autor, praticamente desconhecido e raramente mencionado pelos que se têm ocupado de bibliografia estrangeira sobre o Brasil. Apenas Rubens Borba de Moraes e Abeillard Barreto o citam, informando, o primeiro, sobre os assuntos a que mais ênfase dá em seu livro: igreja, sociedades secretas, marinha, exército, clero, instituições “feudais” no País, etc. Por sua vez, Barreto informa com pormenores dos temas relativos ao Rio Grande do Sul: Revolução Farroupilha ( em franco progresso quando ele visitou o Brasil ), missões, colônias alemãs, entre outros. Os dois capítulos traduzidos nesta “Revista de História da Economia Brasileira” deixam o leitor com “água na boca”, uma enorme vontade de conhecer o livro todo, até hoje não traduzido.

A preciosa revista abria suas páginas com uma expressiva homenagem a Roberto Simonsen, havia pouco falecido, e um dos pioneiros, como é sabido, dos estudos de história econômica do Brasil, autor de obra clássica, que até hoje se reedita. Lamentavelmente a “Revista” ficou no primeiro número, sem que se perceba a razão de seu não prosseguimento. Trinta anos depois, o Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, tendo em vista o alto valor dessa publicação, houve por bem proceder a uma reedição fac-similar da mesma, reduzindo o formato, para maior comodidade de leitura. ( 1-4-1987 )

\*

#### 155. BOM AMIGO E COMPANHEIRO ( RENATO DA SILVEIRA MENDES )

Jornal da Capital registrou o falecimento, num dos últimos dias do mês passado (março), do professor Renato da Silveira Mendes. A notícia frisava sua qualidade de professor aposentado da Universidade de São Paulo. Foi pena que em seu necrológio não houvesse espaço para registrar o traço fundamental de sua vida, vem vivida, aliás, pois alcançou mais de oitenta anos. Professores aposentados da Universidade de São Paulo é o que não falta nesta terra e até quem estas linhas escreve o é. Mas, em Renato da Silveira Mendes havia algo mais. Foi ele integrante dos mais expressivos do grupo pioneiro de geógrafos que floresceu na grande universidade paulista, formado por mestres do valor de Deffontaines e Monbeig.

Conhecia-o há meio século, pois tive o privilégio de tê-lo como colega de turma no Curso de Geografia, no início da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Bom amigo e bom colega, era em sua casa, na época numa travessa da antiga Avenida Água Branca, que costumávamos nos reunir para os estudos apressados em vésperas de exames... Diplo-

mado, continuou na Faculdade como assistente e depois professor, realizando brilhante carreira.

Lembro-me bem de uma excursão que realizamos à Baixada Fluminense, nas férias de 1940 e na qual, por sinal, ele se acidentou, embora sem gravidade. No Rio, fomos cordialmente recebidos por colegas da Faculdade Nacional de Filosofia, que em breve se tornariam grandes nomes da Geografia nacional. Havia, na ocasião, um certo empenho em mostrar as obras de saneamento da Baixada Fluminense, realmente uma grandiosa obra pública, recuperando a economia e a vida humana de uma extensa região que havia mais de meio século jazia praticamente no abandono, implicando em verdadeira solução de continuidade na ocupação do solo entre o mar e a montanha.

Interessamo-nos pela Baixada e a ela voltamos várias vezes para estudos e pesquisas. Renato interessado nas transformações da paisagem e eu nos caminhos antigos que conduziam às Minas Gerais. Chegamos a planejar um livro em colaboração. Renato pensou melhor e de maneira mais prática, tomando a Baixada como tema em seu doutorado, do qual resultou uma das obras capitais da bibliografia geográfica brasileira. Quanta saudade isto me traz, recordando as muitas e muitas vezes em que discutíamos e trocávamos idéias acerca de nossos trabalhos! E não só na Baixada, mas em muitas outras regiões do Brasil, por onde andamos. Contingências da vida fizeram com que nos afastássemos, embora não nos esquecêssemos. Continuei me interessando pela sua carreira como ele, estou certo, interessou-se pela minha. A última vez em que o vi, há mais de dois anos, foi por ocasião de minha posse na Academia Paulista de Letras, aonde compareceu com a esposa e a filha. Ausente de São Paulo por ocasião de seu passamento, registro aqui minha palavra de saudade ao bom amigo. (8-4-1987)

\*

## 156. O ENSINO DO COMÉRCIO E DA ECONOMIA

O Estado, entre nós, demorou muito a se interessar pelo ensino do Comércio e da Economia. Enquanto “Ginásios do Estado” eram criados por toda parte, não se tem conhecimento de nenhuma “Escola de Comércio” instituída pelo poder público. O ensino comercial e, depois, o das ciências econômicas ( numa forma mais abrangente e sofisticada ) ficou por muitos anos exclusivamente na alçada particular. Ressalte-se o trabalho pioneiro de entidades como a Academia de Comércio, de Juiz de Fora ( a mais antiga do Brasil ), a “Álvares Penteado”, de São Paulo ou a nossa “Bento Quirino”, pioneira, parece, no Estado de São Paulo.

A própria Universidade de São Paulo, quando de sua criação em 1934, não se interessou pelo problema. Apenas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ( a única unidade nova então criada ), em seu leque

de treze ou quatorze cursos abria espaço para o estudo da Economia como uma das cadeiras do curso de Ciências Sociais, cadeira, aliás, diga-se de passagem, e para seu louvor, regida, no início, por mestres estrangeiros da envergadura de François Peroux e Paul Hugon. Este, tendo permanecido muitos anos no Brasil, pôde formar verdadeira escola, que passou a pontificar nas Faculdades de Ciências Econômicas, quando estas começaram a surgir. A própria Universidade de São Paulo só criou a sua depois de doze anos de existência. E revelou-se desde logo uma das mais ativas unidades do grande complexo universitário paulistano, o que vem provar que, de fato, estava fazendo falta uma escola dessa natureza.

Os dois belos volumes publicados, comemorando os trinta e cinco anos da hoje denominada “Faculdade de Economia e Administração”, e ao mesmo tempo o cinquentenário da própria Universidade de São Paulo, organizados e coordenados pela professora Alice P. Canabrava, tiveram como objetivo precípua justamente mostrar a atividade desenvolvida em todos os setores pela grande instituição que começou modestamente ( lembro-me bem ) em edifícios outrora ocupados pelo Colégio Rio Branco, à rua Doutor Vila Nova, e hoje se encontra, como, aliás, quase todas as outras unidades da USP magnificamente instalada no “campus” do Butantã, que merecidamente recebeu o nome de Armando Sales Oliveira, o grande fundador da Universidade paulistana, ainda hoje, com todos os seus problemas, a mais importante do País.

Entregue a coordenação da obra a uma renomada historiadora, que sabe como ninguém o valor dos documentos e que, para a sua empresa, solicitou a colaboração de quantos lhe pareceram tivessem o que dar, temo-la hoje com um retrato fiel e documentado de quanto produziu a Faculdade nos seus trinta e cinco anos. Não apenas os dados estatísticos, mas tudo quanto contribuiu para a organicidade e institucionalização da grande obra. Merece destaque, por ser matéria pouco comum em livros desta natureza, a preocupação em registrar todas as publicações da Faculdade em seus vários departamentos e mesmo as individuais de seus professores. (22-4- 1987)

\*

## 157. JAPÃO: HISTÓRIA E CULTURA

É digna de todo encômio a preocupação, que há vários anos vem demonstrando o dr. José Yamashiro no sentido de divulgar, entre nós, a história do Japão e os traços mais significativos da cultura japonesa. Já me foi dada a oportunidade de me ocupar de livros anteriores do ilustre jornalista paulistano. De fato, com a **Pequena História do Japão** (1950), a **História dos Samurais** (1982) e agora sua recente **História da cultura**

japonesa (1986, Ibrasa), construiu Yamashiro um grande “portão de ingresso ao Japão, para brasileiros”, como bem o disse Benedito Ferri de Barros no prefácio que escreveu para o livro.

Ao comentar obra anterior do dr. Yamashiro, notei seu excesso de escrúpulo em advertir o leitor de que seu trabalho é de jornalista e não de historiador: um jornalista interessado em divulgar aspectos da cultura japonesa, praticamente desconhecidos entre nós. E abre este novo volume reafirmando o mesmo escrúpulo. E dentre os temas de que trata, agora, explicita este: “Precedendo à apreciação de cada período cultural, apresentamos um sucinto apanhado histórico, a fim de oferecer aos leitores não familiarizados com a História do Japão um **background** mínimo para o entendimento da evolução cultural dos japoneses”. E esta preocupação com o sentido de evolução não será, por acaso, tarefa de historiador ?

Historiador de fato, que o jornalista também soube ser, neste novo livro talvez de maneira mais incisiva que nos anteriores. O que se explica precisamente pelo seu caráter de maior preocupação com os temas culturais. E nele, tudo é novidade para nós. A visão panorâmica que o autor nos oferece das fases mais expressivas da evolução cultural do povo japonês mostra como esse povo admirável, no decorrer de sua milenar evolução, demonstrou extraordinária capacidade de preservar seus valores autóctones ( e autênticos ) e ao mesmo tempo introduzir e assimilar culturas estrangeiras.

O prefaciador do livro observou com propriedade: “De um ponto de vista acadêmico, não há forma mais inteligente, útil e atualizada de se escrever História” do que a empregada pelo autor neste seu novo livro. E continua: “Pensamos, assim, que, a despeito de sua intrincada despretensão, a tríade histórica dos livros de Yamashiro sobre o Japão está fadada a constituir, por tempo indeterminado e interminável, o tripé de acesso e estudo da civilização nipônica para os brasileiros, como trabalhos que o principiante não poderá ignorar e a que os especialistas permanentemente hão de recorrer para situar questões de ordem geral”. (20-5-1987).

## **UNIDADES UNIVERSITÁRIAS**

### **I – INSTITUTOS**

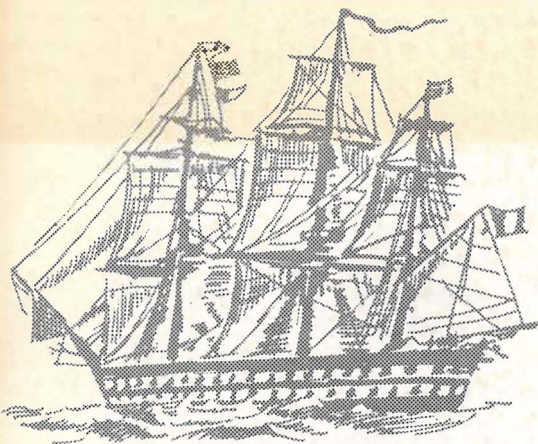
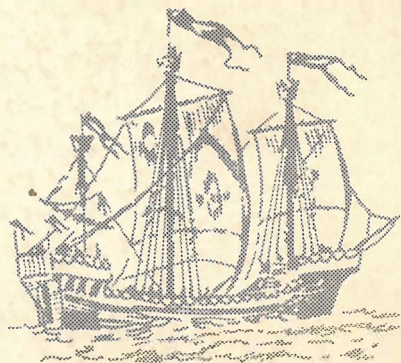
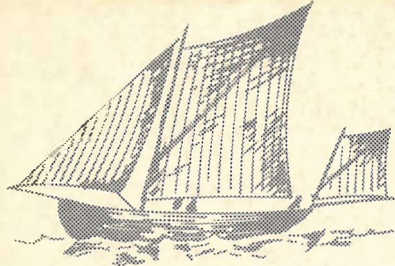
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

### **II – FACULDADES**

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

### **III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES**

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino  
Colégio de Aplicação "Pio XII"  
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA